

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Patrícia Martins Mafra

**Angola: tensão e discurso político**  
**Constituição do *ethos* discursivo e regulação do coenunciador**

Doutorado em Língua Portuguesa

São Paulo

2020

**Patrícia Martins Mafra**

**Angola: tensão e discurso político  
Constituição do *ethos* discursivo e regulação do coenunciador**

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Língua Portuguesa, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos.

São Paulo

2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, por seu amor e misericórdia.

Ao meu pai Raul Mafra, exemplo de integridade.

Aos meus filhos Marco Aurélio, Mariana, Júlia e Ana Luiza - razão de tudo.

Às minhas netas Isabela e Sophia, felicidade e alegria.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção e amor infinito.

À minha família, pela companhia e amor incondicional.

Ao Toby, indiscutivelmente, o mais incansável dos amigos.

Aos meus amigos sempre presentes.

Aos colegas da Pós-Graduação, pelas conversas sempre animadoras.

À minha amada orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Neusa Barbosa Bastos que mais uma vez acreditou em mim e, durante todos esses anos, me ensinou a determinação para ser uma melhor pesquisadora sempre.

À querida Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dieli Vesaro Palma que muito me ensinou como Professora e parceira no Grupo de Historiografia e pelas valiosas contribuições na qualificação desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos Vinícius Veneziani dos Santos, por ser um exemplo de Professor no Instituto Federal e pelas contribuições tão pontuais na qualificação deste trabalho.

Ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Língua Portuguesa – Prof. Dr. Luiz Antonio Ferreira, pela amabilidade e por ter me socorrido nos difíceis momentos burocráticos desta pesquisa.

À CAPES/PROSUP, pelo apoio financeiro.

**Autor:** Patrícia Martins Mafra

**Título:** Angola: tensão e discurso político - Constituição do *ethos* discursivo e regulação do coenunciador

## RESUMO

Este trabalho tem como foco a análise de discursos políticos de Angola e, assim, analisa a constituição do *ethos* e a heterogeneidade discursivas, com o objetivo de reconhecer qual o “real” que favorece a regulação dos coenunciadores de discursos presidenciais. Para tanto, definimos como *corpora* discursos de tensão do, então, Presidente José Eduardo dos Santos, nos seguintes acontecimentos discursivos: assinatura do Acordo de Lusaka, no ano de 1994, e 40º aniversário da independência de Angola, no ano de 2015. Nesta pesquisa, seguimos a teoria da Análise de Discurso de linha francesa fundada por Michel Pêcheux . Essa concepção corresponde a um cenário de debates que envolve as condições de produção do objeto investigado, as relações existentes entre o discurso e o resultado da convergência de correntes de pesquisa provindas da Linguística, das Ciências Sociais e da Psicanálise. Por meio da metodologia qualitativa, observamos as ideologias evidentes com a análise das formações discursivas; investigamos a constituição dos *ethos* discursivos; verificamos os efeitos de sentido produzidos nos discursos ligando a língua e a exterioridade; a língua e a ideologia e a ideologia ao inconsciente e, por fim, descrevemos a heterogeneidade discursiva no processo de interpretação do coenunciador. Considerando os resultados obtidos, observamos a constituição de *ethos* similares em ambos os discursos e podemos afirmar que a percepção de um “real” único é impossível, visto que há um lugar de justificação desse “real” que é mascarado pelo discursos de representação, propondo um jogo de identificação e de exclusão no processo de interpretação, construindo-se, assim, uma consciência social alienada pelos discursos dominantes.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Discurso Político. *Ethos*. Heterogeneidade. Real.

**Author:** Patrícia Martins Mafra

**Título:** Angola: tension and political discourse – Discursive ethos constitution and co-announcer's regulation

### **ABSTRACT**

This piece of work has focus on angolan presidential discourse analysis, and, like this, analyses the *ethos* constitution and discursive heterogeneities, aiming to recognize what is the “real” that favors the co-announcer's regulation of presidential discourses. To do so, we define as *corpora* tension discourses from the then President José Eduardo dos Santos, in the following discursive happening: the signature of the Lusaka Accord, in the year 1994, and the 40° anniversary of the independence of Angola, in the year 2015. In this research, we follow the theoretical perspective Discourse Analysis of french line started by Michel Pêcheux. This conception matches a scenery of debates that involves the conditions of production related to the object under study, the existing relationships between the discourse and the result of converging Linguistics, Social Studies and Psychoanalysis. Through qualitative methodology, we observe the evident ideologies using discursive formation analysis; we investigate the constitution of the discursive *ethos*; we verify the effects of meaning produced in the discourses connecting the language to the exteriority; the language to the ideology and the ideology to the unconscious and, lastly, we describe the discursive heterogeneity in the process of the co-announcer's interpretation. Considering the results obtained, we can affirm that the perception of a unique “real” is impossible, since there is a place of justification of that “real” which is masked by the representation discourses, proposing a game of identification and exclusion in the process of interpretation, thus building a social consciousness alienated by the dominating discourses.

**Keywords:** Discourse Analysis. Political Discourse. Heterogeneity. Real.

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
<b>Capítulo I</b>	
<b>Percurso: Análise de Discurso de linha francesa.....</b>	<b>15</b>
1.1 Pêcheux.....	15
1.2 AD – primeira fase: ideologia.....	15
1.3 AD – segunda fase: formação discursiva e interdiscurso.....	18
1.4 AD – terceira fase: acontecimento e heterogeneidade discursiva	22
1.5 AD – terceira fase: coenunciador: heterogeneidade e	
homogeneidade discursiva.....	26
1.6 <i>Ethos</i> discursivo.....	29
<b>Capítulo II</b>	
<b>O fundamento da Política.....</b>	<b>33</b>
2.1 Marx : Estado e Sociedade Civil.....	33
2.2 Weber: relações de dominação.....	37
2.3 Ainda há um sentido para a política?.....	41
2.4 A Transfiguração do político.....	44
<b>Capítulo III</b>	
<b>Identidade: segurança e liberdade na pós-modernidade.....</b>	<b>52</b>
3.1 Identidade na pós-modernidade.....	52
3.2 A luta pelo poder: globalização e segurança.....	56
3.3 Segurança e liberdade.....	59
<b>Capítulo IV</b>	
<b>Marcas históricas: enunciador e coenunciador em Angola.....</b>	<b>62</b>

4.1 A chegada.....	63
4.2 Angola: herança do colonizador.....	67
4.3 Caminhos para a democracia.....	71
<b>Capítulo V</b>	
<b>Análise dos <i>corpora</i>.....</b>	<b>79</b>
5.1 Parâmetros para a análise.....	79
5.2 Análise dos <i>corpora</i> : <i>ethos</i> discursivo.....	79
5.3 Poder político: imagens do enunciador e do coenunciador.....	87
5.4 Referente e ideologia.....	96
5.5 Heterogeneidade do discurso e metáforas.....	99
Conclusão.....	105
Referências.....	109
Anexo A: Discurso Acordo de Lusaka.....	113
Anexo B: Discurso 40º aniversário da independência de Angola.....	116

## INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, na linha de pesquisa Texto e Discurso, nas modalidades oral e escrita, delimitando-se à Análise de Discurso francesa, daqui para adiante AD. Essa teoria fundada por Michel Pêcheux e hoje um campo de estudos globalizado e em plena expansão, não se deixa furtar à exigência de se situar num cenário de debates que envolve as condições de produção do objeto investigado, as relações existentes entre o discurso e o resultado da convergência de correntes de pesquisa provindas da Linguística, das Ciências Sociais e da Psicanálise.

Buscamos contribuir, de alguma forma, para a expansão da interpretação do termo “discurso”, pois consideramos que somos seres simbólicos e sócio-históricos e que não é possível separarmos linguagem de sociedade. Significar é vital para a nossa existência. O pressuposto de que é o discurso que movimenta os sujeitos na história é a sustentação de sentidos em direção à construção de liberdade, dá ênfase à importância da análise do discurso político angolano, já que se faz urgente a compreensão da resistência e de possíveis deslocamentos para a produção de outras formações discursivas que correspondam ao mais próximo possível do “real” sentido da política.

Dito isso, esta tese surge a partir da atuação desta doutoranda como funcionária pública no cargo de Assessor de Serviços Legislativos desempenhando a função de organizar os trâmites e a produção das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes – estado de São Paulo. O trabalho diário junto aos políticos, no decorrer de toda a década de 1990, suscitou questionamentos acerca das representações produzidas por indivíduos que, detentores do poder por meio do voto em uma república democrática, puderam agir sobre o outro e, de alguma forma, definir o modo e as condições de vida daqueles que o legitimaram.

Privilégio dado a poucos, as ações cotidianas no trabalho e as observações daquele cenário trouxeram-nos algumas certezas. Dentre essas, podemos destacar a de que o indivíduo é regulado a partir do discurso - a materialidade específica da ideologia nas formações discursivas. Para Pêcheux (1988), fiel ao marxismo de Althusser, a ideologia é, fundamentalmente, aquilo que determina o sujeito, à sua revelia, na ilusão da autonomia que lhe fornece a língua e complementa com o fato

de que não há discurso sem sujeito e sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

No mestrado, o percurso teórico da Análise do discurso deu-se com a análise da constituição do *ethos* discursivo dos presidentes de Angola e do Brasil -países lusófonos, e norteou a escolha do recorte do discurso presidencial angolano para a análise do *ethos* discursivo e regulação do coenunciador para esta tese. Os discursos do Senhor José Eduardo dos Santos, então, Presidente da República de Angola, na assinatura do Acordo de Lusaka, em 20 de novembro de 1994 (anexo A) e no 40º Aniversário da Independência Nacional, em Luanda, na data de 11 de novembro de 2015 (anexo B), classificados como discursos de tensão, sendo o primeiro posterior à tomada do poder e o segundo como um discurso de prestação de contas, são os recortes específicos para a análise nesta pesquisa.

A produção deste trabalho se dá com base na hipótese de que diante da constituição do *ethos* de discursos presidenciais angolanos e da heterogeneidade do discurso, seja possível reconhecer qual o “real” que favorece a regulação dos coenunciadores. Entendemos que é necessário considerar os aspectos teóricos da Linguística, das Ciências Sociais e da Psicanálise, para que possamos propor uma resposta para a hipótese colocada.

Paradoxos sobre o termo política estarão expostos, além do recorte sociológico acerca do poder político e Estado, nas visões teóricas de Marx e Weber, pois a AD situa-se em um campo de debate que envolve o acontecimento do objeto investigado. Conceituaremos “política” a partir da filósofa Hannah Arendt (2003) que propõe o termo como chance e espaço de liberdade, tratando-se da convivência entre diferentes, sempre abarcada de preconceitos que se antecipam confundindo o que seria o fim da política com a política em si. Além dela, incluímos o sociólogo Michel Maffesoli (1997) que apresenta a transfiguração do político no decorrer do tempo.

A apresentação desses elementos é uma estratégia positiva na pesquisa, pois entendemos que as relações do enunciador – um presidente africano, em momento de tensão, com os mais variados atores – os coenunciadores, representa um acontecimento constituído por várias contradições.

A questão identitária, nos pressupostos teóricos de Bauman (2005) e Hall (2015), faz parte de um capítulo da tese, pois estruturará a verificação do procedimento de regulação do coenunciador angolano. Esse estudo é pertinente para

compor o trabalho, já que para a AD a língua comporta uma ordem – o real, que é uma condição para produção dos efeitos de sentidos entre os interlocutores.

Considerada a questão identitária propícia como mais um método para interpretar a produção dos efeitos de sentido e, ao nosso entender, na busca das fendas no simbólico nos discursos, atender-nos-emos à colaboração das reflexões de Lacan sobre a definição do inconsciente estruturado como linguagem e para a análise da heterogeneidade/homogeneidade discursiva no processo de construção/desconstrução na interação. Pêcheux e Gadet (2004) afirmam que o real sofre uma transformação na relação história e inconsciente, em outras palavras: existe um “real” da língua que tem a ver com a ordem da língua – ordem significativa em funcionamento, que é marcado pela falha ao encontrar-se com a ordem da história.

Por fim, investigaremos o processo da constituição do *ethos* dos referidos discursos, para a compreensão de como o coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso por meio de incorporação, pois o discurso não é para ser contemplado, já que se trata de um complexo processo que passa pela identificação ou não do coenunciador em relação aos recortes mobilizados pelo enunciador.

Assim, há a marcação da necessidade da análise das condições de produção do discurso, das representações sociais abarcadas pela nação angolana sobre política e poder, das questões pertinentes ao *ethos* discursivo, da materialidade ideológica evidenciada pelas formações discursivas e a heterogeneidade discursiva no uso de metáforas que contribuem para a diluição do “real” e apresentação de uma nova realidade que conduzem à regulação do coenunciador.

Para tanto, utilizamos a metodologia qualitativa, acerca desse tipo de pesquisa considerada uma forma adequada para o conhecimento da natureza do fenômeno social, haja vista a coleta de dados na realidade pesquisada para, posteriormente, analisá-los de forma indutiva. Acerca desse tipo de estudo, podemos definir a AD como uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, a partir da revisão das referências com a revisão de obras que discorrem sobre língua, política, ideologia, identidade, lusofonia, *ethos* discursivo, formação discursiva, formação ideológica, inconsciente, “real” e a contradição no discurso político sendo que a complexidade do exame aumentou à medida que nos aprofundamos nos assuntos.

A Fundamentação teórica deu-se com o foco na Análise do Discurso – AD, de linha francesa, com observação na teoria fundada por Pêcheux (1988) e nas leituras de Courtine (2016), Gadet (2004), Indursky (2001), Maingueneau (2019), Malidier (2003), Orlandi (2012), Osakabe (1979) e Vilalba (2015). Além disso, referências sobre a constituição do *ethos* discursivo em Amossy (2008), Charaudeau (2008) e Eggs (2008). Sobre as confluências das disciplinas que perpassam o campo da AD, houve o foco em Althusser (1985), Arendt (2003), Bauman (2005), Hall (2015), Lacan (1995), Maffesoli (1997), Marx (1993) e Weber (2014). O conjunto dessas leituras visaram às respostas para os seguintes questionamentos: Os discursos presidenciais angolanos de momentos distintos, 1994 e 2015, representativos da república democrática, podem representar constituições distintas do *ethos* discursivo? Diante da constituição do *ethos* de discursos presidenciais angolanos e da heterogeneidade do discurso no movimento de construção/desconstrução, é possível reconhecer qual o “real” que favorece a regulação dos coenunciadores?

A seguir seguem o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa:

## II) Geral

- Este trabalho tem como objetivo geral analisar a constituição do *ethos* discursivo e a heterogeneidade discursiva dos pronunciamentos do, então, Presidente angolano José Eduardo dos Santos, em recortes sincrônicos dos anos de 1994 e 2015 - e, diante disso, reconhecer qual o “real” que evidencia a regulação dos coenunciadores.

## II) Específicos

- Apresentar por meio da análise das formações discursivas as ideologias, especificamente, na região política, a fim de reconhecer a recepção dos pronunciamentos presidenciais angolano nos recortes de 1994 e 2015;
- investigar a constituição do *ethos* discursivo e se suas imagens interferem na produção de efeitos de sentido produzidos pelos coenunciadores;
- verificar os efeitos de sentido produzidos nos pronunciamentos citados ligando a língua e a exterioridade; a língua e a ideologia e a ideologia ao inconsciente, a fim de definir a “realidade” pretendida pelo enunciador dos discursos;
- descrever a heterogeneidade discursiva na desconstrução/construção no processo de interpretação do coenunciador, a fim de reconhecer o “real” pretendido para a regulação do coenunciador.

Este trabalho está estruturado em introdução, quatro capítulos de desenvolvimento e um capítulo de análise dos *corpora* estabelecidos. Além disso, temos a conclusão, as referências e os anexos (A) e (B) que compõem o recortes de análise. Os capítulos estão subdivididos da seguinte forma:

O primeiro capítulo “Percurso: Análise do Discurso de linha francesa” discorre sobre a constituição da teoria da Análise do Discurso -as três fases, e da questão do *ethos* discursivo, sendo composto por seis tópicos sendo: 1.1. *Pêcheux*; 1.2. *AD - primeira fase: Ideologia*; 1.3 *AD - segunda fase: formação discursiva e interdiscurso*; 1.4 *AD - terceira fase: acontecimento e heterogeneidade discursiva*; 1.5 *AD - terceira fase: coenunciador: heterogeneidade e homogeneidade discursiva* e 1.6 *Ethos discursivo*.

O segundo capítulo “O fundamento da política” é subdividido em quatro tópicos sendo: 2.1 *Marx: Estado e Sociedade Civil*; 2.2 *Weber: relações de dominação*; 2.3 *Ainda há um sentido para a política?* e 2.4 *A transfiguração do político*.

O terceiro capítulo “Identidade: segurança e liberdade na pós-modernidade” versam em três tópicos: 3.1 *Identidade na pós-modernidade*; 3.2 *A luta pelo poder: globalização e segurança* e 3.3 *Segurança e liberdade*.

O quarto capítulo diz respeito à contextualização social-histórica de Angola - “Marcas históricas: enunciador e coenunciador em Angola”, sendo dividido em três tópicos que abrangem fatos desde a colonização até o momento dos pronunciamentos dos discursos citados e são: 4.1 *A chegada*; 4.2 *Angola: heranças do colonizador* e 4.3 *Caminhos para a democracia*.

No quinto, e último capítulo desta tese - “Análise dos *corpora*”, partimos da revisão das referências para chegar à análise dos *corpora* para aplicá-lo ao contexto particular das hipóteses levantadas e assim temos: 5.1 *Parâmetros para a análise*; 5.2 *Análise dos corpora: ethos discursivo*; 5.3 *Poder político: imagens do enunciador e do coenunciador*; 5.4 *Referente e ideologia* e 5.5 *Heterogeneidade e metáforas*.

Ao final de cada capítulo é apresentada uma síntese com as considerações finais do capítulo com a finalidade de recuperar conceitos e de criar uma relação de entendimento para o próximo capítulo.

## 1. PERCURSO: ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

### 1.1 Michel Pêcheux

O capítulo tem início com a apresentação do percurso teórico-epistemológico da Análise do Discurso de linha francesa proposta por Michel Pêcheux (1938-1983). De acordo com o teórico, o discurso não é essencialmente político é, também, história na língua, ou seja, observatório entre língua e ideologia, confronto entre simbólico e ideológico. Os efeitos de sentido são produzidos por interlocutores assujeitados pela ideologia constituindo-se sujeitos, diante de um complexo processo discursivo e produtor da heterogeneidade discursiva.

O teórico diplomou-se em filosofia pela Ecole Normale Supérieure de Paris (ENS), em 1963, e teve como professor e seu grande mentor: Louis Althusser. O encontro garantiu a conceituação teórica da Análise do Discurso de linha francesa construída nos anos seguintes. Esse ambiente foi testemunha da presença e reflexões de diversos pensadores das áreas da Filosofia, das Ciências Humanas e Sociais e da Psicanálise que buscavam compreender o sujeito atravessado pela ideologia e condicionado aos complexos mecanismos do inconsciente. Em 1969, Pêcheux influenciado pelo filósofo Georges Canguilhem, também influenciador de Foucault, iniciou suas atividades no CNRS (Centre de la Recherche Scientifique) e com o psicólogo Michel Plon e o matemático-linguista Paul Henry organizaram o Seminário HPP - *Pesquisas sobre a teoria das ideologias*.

Michel Pêcheux sempre se mostrou inquieto tanto em relação às teorias interdisciplinares da AD, como nas próprias fundamentações teóricas. Diante disso, reformulou questões centrais confirmadas em três fases distintas no percurso de sua produção intelectual da AD. Essas épocas evidenciam a constante preocupação do teórico em estar em confronto com as suas próprias certezas.

### 1.2. AD - primeira fase: ideologia

A obra *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux é considerada um esboço da teoria Análise do Discurso que se configurava. Sobre esse início Maldidier (2003, p. 21) evidencia:

A teoria do discurso, ainda que a expressão não fique com todas as letras, está ainda por nascer. Pode-se adivinhar que terá a ver com uma teoria da ideologia (o termo “ideologia” é apenas mencionado, e sem dúvida, com uma teoria do inconsciente).

Pêcheux faz uma releitura da teoria do linguista Saussure, reafirma a dicotomia língua/fala e evoca uma afirmação científica irreversível denominada “o corte saussuriano” para explicar que a língua é um sistema e, nesse momento, interrogar sobre o “efeito metafórico”. Esse movimento de releitura de Saussure identifica-se com o modo como Althusser releu Marx e Lacan releu Freud, marcando o tripé de um dos meios para construir e explorar a elaboração dos princípios e procedimentos da Análise do Discurso.

Nessa primeira fase Pêcheux lança as bases do objeto do discurso, momento em que se cruzam a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Embasado em *Aparelhos Ideológicos do Estado e o assujeitamento*, o teórico reflete sobre o sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente.

Pêcheux, aluno de Louis Althusser, inicia seus trabalhos com uma intensa influência de seu mestre - a ideia de “lutas de classes na teoria” que perpassa por todo o seu trabalho, pois acreditava que ser um intelectual não apenas permitia, mas também exigia o engajamento em questões políticas que deveriam intervir na luta de classes. Nesse início contou, também, com a colaboração do psicanalista Michel Plon e o linguista e matemático Paul Henry que buscavam estabelecer sob outras bases a questão da semântica e do sentido. Além disso, havia a dimensão política e a tentativa de aplicação das teses de Althusser na análise do discurso.

Nessa fase, o teórico utiliza o pseudônimo Thomas Herbert retornando à teoria de Marx e Freud com o objetivo de discutir o *sujeito* e a *ideologia* em suas relações com a língua e, assim, o discurso não poderia ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentando por um sujeito nem com o texto.

O discurso tinha um lugar e não era possível confundir os arquivos com o discurso e o texto não era o discurso, portanto, chega-se à conclusão de que o discurso é o texto mais tudo o que permite dar um sentido e não somente o texto, pressupondo-se, portanto, o não-dito. O que se escuta é sempre atravessado por um dito anterior, ou seja, o discurso não funciona de modo isolado. Ele está sempre ligado a outros discursos que são convocados por sua materialidade.

Pêcheux justifica a ideia ainda não concretizada acerca do *interdiscurso*, afirmando que as reflexões da teoria na obra *Análise Automática do Discurso* foram escritas em uma “urgência teórica”, já que mais abria questões do que dava respostas. Dentre uma dessas questões podemos citar a seguinte: Quais são os discursos que trabalham no interior de um discurso, linguisticamente? É exatamente essa a ideia de pré-construído que indica que não há discurso que não faça apelo a outros discursos.

Nesse período, a enunciação - processo em que as marcas linguísticas inscrevem o sujeito na língua, volta em cena depois de tantos anos de estruturalismo puro. Embora proponha aos linguistas um modo de abordar a relação entre língua e história, isto é, de pensar a exterioridade no interior do objeto língua, seus estudos nesta primeira fase ficam restritos a um conjunto de enunciados fechados.

Michel Pêcheux, juntamente, com outros teóricos como o linguista Jean Dubois, busca fundar na Análise do Discurso o conceito de “condição de produção” oriundo do marxismo e que era utilizado em psicologia social. Entretanto, é importante salientar que ainda não se deu nenhuma reflexão específica a respeito da natureza heterogênea do discurso. Sobre o conceito de “condição de produção” Malidier (2003, p. 23) discorre o seguinte:

A referência às condições de produção designava a concepção central do discurso *determinado* por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora a linguagem, faz que um discurso seja o que ele é: o tecido histórico social que o constitui. Ao mesmo tempo, tinha um papel operatório na construção do *corpus*: verdadeiro filtro, pode-se dizer mais tarde, para selecionar as sequências discursivas que formam o espaço fechado do *corpus*.

Diante do conceito “condição de produção”, Pêcheux (1991), afirma que é impossível analisar um discurso como um texto, sendo necessário ter em mente a referência a um conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção. Esse dispositivo proposto pelo teórico refletiu duas fases distintas: a primeira o registro da superfície discursiva – manual e a segunda considerada automática. Ambas tratam de uma análise linguística de sequências de *corpus* que consistia em desfazer os encaixes da sintaxe, podendo ser comparadas às classes distribucionais do linguista americano Zellig Harris, nas quais os algoritmos intervêm para construir o domínio semântico.

Ainda que a linguística da enunciação reconheça o sujeito falante como o enunciador, aquele que toma as palavras para si e se marca na língua, a teoria ainda se mostra muito limitada por não reconhecer o processo histórico e ideológico em que os sujeitos constituem seus discursos, e por isso mesmo, constituem a língua. Em ligação direta com a questão da produção de um enunciado por um sujeito enunciador, a enunciação mostrava-se a porta de entrada no discurso e, diante disso, Michel Pêcheux, refletia que não era pela enunciação que as coisas deveriam passar e decidiu seguir para o lado da semântica. Essa certeza o levaria a encontrar uma abertura para propor os estudos dos sentidos.

### **1.3 AD - segunda fase: formação discursiva e interdiscurso**

Na segunda fase o teórico revê as formulações iniciais, buscando o outro, escapando do aprisionamento metodológico, ocasionando o deslocamento para as questões de formação discursiva (FD) e de formações ideológicas (FI), ponderando que, até então, falava-se de forças desiguais e que a partir daquele momento a questão de sujeito e sentido passariam por uma reavaliação: a lógica.

Diferenciando-se do conceito de Foucault sobre Formação Discursiva, Pêcheux considera e estabelece relações entre a noção de FD e a noção de FI e indica que uma ou mais FDs se constituem como componente de uma FI dada:

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e o que deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Pêcheux (2014, p. 147)

Considerando que a ideologia não é o único elemento em que se efetuará a reprodução e transferência das relações de produção de uma formação social, podemos afirmar que as determinações econômicas permitem essa possibilidade, fato esse evocado por Althusser. As ideologias não são produzidas pelas ideias, mas sim de práticas, isto é, a contradição marcada pela luta de classes que parte da reprodução das relações de produção e estende-se até a transformação. Como esclarece Pêcheux (2014, p. 131):

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição – desigualdade-desubordinação entre os seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem de *maneira igual* para a reprodução e para transformação.

De acordo com o teórico, a produção de sentido é o resultado das relações estabelecidas socialmente e está em constante processo de modificação, ou seja, o filósofo parte da concepção do homem como ser prático e social que repousa na ideia capital do trabalho como forma modelar de práxis -parte do conhecimento voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais. As relações sociais de produção, assim, são construídas a partir das condições materiais existentes, isto é, os indivíduos são dependentes das condições materiais de produção. Todas as questões humanas são produtos do trabalho e só podem ser compreendidas no contexto em que foram produzidas. A conjugação da produção material com a forma correspondente de intercâmbio constitui o modo de produção e a sucessão de formas de intercâmbio (linguagem) e de modos de produção dão ênfase às mudanças de formas de propriedade. Marx e Engels (1998, p.30) explicam:

A força multiplicada decorrente da cooperação entre os homens gera um poder social que adquire a forma do Estado e aparece a estes homens não como poder deles próprios, porém como poder alienado, à margem dos homens e fora do alcance do seu controle.

Importante citar o materialismo histórico para discorrer sobre a perspectiva discursiva e com ela a noção de materialidade. De acordo com Orlandi (2012) não podemos reduzir a materialidade “ao que está dito”, ou “dado”. Na ética materialista – assim como na capitalista – saúde, bem estar, riqueza, prazer etc., devem ser interesses fundamentais na vida. Quanto a diferença entre materialismo histórico e dialético, Orlandi (2012, p. 71) explana o seguinte:

O materialismo histórico é termo criado por Engels para designar a doutrina de Karl Marx, segundo a qual os fatos econômicos estão na base e são a causa determinante dos fenômenos históricos e sociais. O materialismo dialético engloba o materialismo histórico. Considera o universo como um todo, formado de *matéria e movimento*, engajado em uma evolução ascendente que atinge níveis e graus de *complexidade quantitativa* que por uma transformação brusca produz *mudanças qualitativas* completamente novas.

Nisso, buscava-se explicar o porquê da materialidade concreta da instância ideológica existir sob forma de *formações ideológicas*, já que se tratam de propriedades regionais que mostram-se evidentes na política, religião, moral, lei, justiça, família, saber etc., assim, as relações de desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos de Estado, ou seja, as regiões, os objetos e as práticas que lhe correspondem produtoras da cena da luta ideológica de classes. Na região política para definir comando da ordem, Pêcheux (2014, p.133) esclarece:

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação* (o que se encontra expresso, por exemplo, na palavra ordem “colocar a política no posto de comando”), que acarretariam uma transformação do *conjunto* do “complexo aparelhos ideológicos de Estado” em sua relação com o aparelho de Estado e uma transformação do próprio aparelho de Estado.

A constituição do sentido se junta à constituição do sujeito por meio da interpelação. O não-sujeito é interpelado – constituído em sujeito pela ideologia, contrariando a evidência do sujeito como único, insubstituível e idêntico a si mesmo. Para Pêcheux (2014 p.141):

O que oculta essa evidência, como vemos agora, é o ato de que o sujeito é desde sempre “um indivíduo interpelado em sujeito” o que para ficar no tom do exemplo de Althusser, poderia ser ilustrado por essa injunção absurda que as crianças se dirigem a modo de pilhéria: “Senhor Fulano de Tal, o senhor poderia dizer o seu nome?”, injunção cujo aspecto lúcido mascara o parentesco com a operação policial de distribuição-verificação das *identidades*.

As palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas e que essas representam na linguagem a materialidade das formações ideológicas. De acordo com Pêcheux (2014), uma palavra, expressão ou proposição não tem um sentido estritamente próprio – literal e, sim, seu sentido é produzido em cada formação discursiva em relações com outras

palavras, expressão ou proposição, ou seja, quando passam de uma formação discursiva à outra. Dessa forma, o *processo discursivo* passa a significar um sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada. Pêcheux (2014, p. 148) evidencia uma melhor compreensão desse processo:

Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos “domínios de pensamento” se constitui sócio-historicamente sob a forma de ponto de estabilização que produzem o sujeito, *com*, e simultaneamente, aquilo que lhe é dado a ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via, como veremos, que todo o sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) e aí se acha a *condição* (e não efeito) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender o ser a partir do pensamento.

O reconhecimento da formação discursiva e o lugar da constituição do sentido amplia para a consideração do *interdiscurso* - que Pêcheux (2014) conceitua como “o todo complexo dominante” das formações discursivas em que lhe é própria a dissimulação na transparência do sentido que nela se forma. Há nela o contraditório em que se representa o material em que reside o “já-dito antes” sob o complexo de formações ideológicas.

O interdiscurso é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação, assim, o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso se realiza por meio do complexo processo das formações ideológicas – especificamente o interdiscurso intrincado nesse processo e fornece “a cada sujeito” a sua “realidade” – o aceito e o experimentado. Nesse processo o EGO – o imaginário do sujeito não pode reconhecer sua subordinação/assujeitamento ao Outro, já que realiza no sujeito sob a forma de autonomia. Pêcheux (2014) afirma que o sujeito se constitui do “esquecimento” daquilo que o determina, ou seja, a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela sua identificação com a formação discursiva que o domina. Essa identificação, fundadora da identidade imaginária do sujeito se apoia no fato da especificidade do interdiscurso – que é pré-construído, do “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que impõe “a realidade” e “o seu sentido” sob a forma de universalidade.

Assim, podemos afirmar que na teoria não-subjetiva da subjetividade o sujeito acredita na evidência Universal e na unidade do seu dizer porque não se dá conta de sua condição de “assujeitado” à ideologia e afetado pelo inconsciente.

A significação do discurso não está estritamente alienada ao significante e a produção dos efeitos de sentido ocorre na prática discursiva (FDs) em que se dá o interdiscurso dos posicionamentos ideológicos (FIs), ou seja, o sentido é produzido na e pela prática discursiva.

Na segunda fase teórica há a proposição da teoria não-subjetiva da subjetividade em que coloca que o sujeito acredita na evidência e na unidade de seu dizer, pois não se dá conta de sua condição de “assujeitado” à ideologia e afetado pelo seu inconsciente. Em *Semântica e Discurso, o teórico* formula as duas formas de esquecimento com base na relação existente entre o “sistema pré-consciente-consciente” sendo nessa ordem o esquecimento n.º 2 e o “sistema inconsciente” esquecimento n.º 1. Pêcheux (2014, p. 161 e 162) conceitua-os da seguinte forma:

[...] “esquecimento” pelo qual todo o sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase- um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

[...] que dá conta do fato que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n.º1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos- esse exterior determina a formação discursiva em questão.

A posição que o sujeito ocupa ao produzir as suas formulações é afetada por essas duas ilusões constitutivas: na ordem do sistema pré-consciente-consciente o sujeito pensa controlar os efeitos de sentido que suas formulações produzem no seu discurso, já na ordem do sistema inconsciente ele pensa ser a fonte e a origem do seu dizer. Podemos, então, afirmar que no *esquecimento n.º 2* o sujeito não tem a consciência de sua dispersão que o torna múltiplo e fragmentado, isto é, ao produzir o seu discurso ele tem a ilusão de que pode controlar o que dele pode ser apreendido como sentido, pois ele faz parte de uma formação imaginária onde se produz uma imagem de si mesmo e do outro interlocutor, bem como dos lugares sociais de que cada um ocupa no momento. Já no *esquecimento n.º 1* o sujeito se percebe como fonte e origem de seu dizer, esquecendo-se que todo e qualquer discurso é sustentado pelo já-dito.

#### **1.4 AD- terceira fase: acontecimento e heterogeneidade discursiva**

A terceira etapa dos trabalhos de Michel Pêcheux se dá sob a influência de Mikhail Bakhtin e Michel de Certeau que evidenciam a importância histórica do acontecimento e, assim, opondo-se à estrutura, abrem para a possibilidade de transformação, juntamente com o dialogismo. Seguindo a diretriz de que não existe discurso ingênuo do ponto de vista ideológico, Pêcheux reavalia a questão da interpelação ideológica e, exatamente no marxismo, une a teoria à política. Madidier (2003, p. 68) evidencia essa questão:

Althusser avança que “Os sujeitos vão por si sós” porque eles são sujeitos, isto é, indivíduos interpelados em sujeitos pela ideologia. É uma maneira de colocar a questão que os marxistas tradicionais não param de elidir, contentando-se com uma afirmação materialista muito geral sobre a determinação dos homens na História. Para Michel Pêcheux, o acontecimento constituído pela tese althusseriana da interpelação, se é teórico, no sentido em que coloca o marxismo em relação com os conceitos psicanalíticos, é também e sobretudo *político*: ele faz entender, no interior do próprio movimento operário, que não é possível escapar das injunções da ideologia dominante.

Reflexões sobre o funcionamento do sujeito: “[...] no *Semântica e Discurso*, o “sujeito funciona bem demais”, só encontramos interpelações bem sucedidas, assujeitamentos realizados: nada falha aí”. Madidier (2003, p.69), leva Pêcheux, com a ajuda de outros teóricos, a pensar que até, então, somente se observava o “eu imaginário”, configurando apenas o sujeito pleno sem encontrar nenhuma contradição em seu percurso. É pelo eixo do *esquecimento* que esta crítica passa a ser amparada. No artigo 37 de *Languages* o teórico expõe: “Os traços inconscientes do Significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham sem interrupção no batimento sentido/*non sens* do sujeito dividido”. A partir disso há o foco na ideologia dominada e coloca seus limites. Madidier (2003, p. 70) faz o recorte: “A ordem do inconsciente não coincide com a ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento, nem com a repressão, mas a ideologia não pode ser pensada sem a referência ao registro do inconsciente”.

Vários componentes anteriores para pensar o novo na Análise do Discurso seriam retomados: a enunciação já debatida com o linguista Paul Henry, a dominação da ideologia dominante de Althusser, e a noção de interpretação estavam por delinear a nova questão da *heterogeneidade discursiva*.

A virada da década de 70 para 80, no campo de estudos do discurso direciona-se para os estudiosos da Linguística, da História e da Psicanálise e assim,

abrem-se questões para o “real” da língua, o “real” da história e o “real” do inconsciente que estavam imbricadas com a questão das materialidades discursivas.

Vários outros pesquisadores deram caminhos para que Pêcheux pudesse avançar nesta terceira fase teórica denominada como o processo de *desconstrução-reconstrução* em que ele pensava não mais no sucesso da interpelação, mas sim nos obstáculos entre a interpelação e o sujeito. Com Jean-Marie Marandin - linguista e pesquisador, segue a observação “do outro no mesmo” fora do marxismo e mais apoiado em Foucault. Sua perspectiva vai além da teoria globalizante do discurso e aproxima-se do ponto de vista descritivo. Por esse caminho o *interdiscurso* foi colocado em foco e é inserida a questão do *intradiscurso*. Podemos considerar, então, a questão da seguinte forma: a posição que o sujeito ocupa ao produzir as suas formulações é afetada por duas ilusões que lhe são constitutivas: controlar os efeitos de sentido que suas formulações produzem no seu discurso – *esquecimento n.º 2*, e ser fonte e origem de seu dizer – *esquecimento n.º 1*. Portanto, o sujeito concebido pela AD - sujeito dos esquecimentos, gera uma multiplicidade de sentidos pelo interdiscurso.

Assim, por ser dotado de inconsciente e ser interpelado pela ideologia temos o resultado de um sujeito social e historicamente determinado, juntado a um Outro no mesmo sujeito, concebido na AD, dos *esquecimentos* que geram uma multiplicidade de sentidos pelo *interdiscurso*. Os sentidos são alternados na forma material do discurso por meio do *pré-construído* – aquilo que todo mundo sabe, e por meio do *intradiscurso* – o que foi dito antes; o que é dito agora e o que será dito depois – *fio-discursivo*.

Além de Marandin, Pêcheux renova a problemática dos limites da língua e do discurso com a ajuda da linguista Jacqueline Authier que coloca em evidência as rupturas enunciativas no “fio do discurso” – o surgimento de um discurso outro no próprio discurso. (Authier, 1990, p.28):

Essa concepção de discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado..., pouco importa a palavra desde que longe do desdobramento do sujeito ou da divisão como efeito sobre o sujeito do seu encontro com o mundo exterior, divisão que se poderia tentar apagar por um trabalho de restauração com a unidade da pessoa, mantido o caráter estrutural constitutivo da clivagem pelo sujeito.

A partir dessas concepções a vertente é a da *heterogeneidade* do discurso e Madidier (2003, p. 74) explica esse momento:

O primado do outro sobre o mesmo se impôs, eu poderia dizer, parodiando Michel Pêcheux. O que nos anos precedentes, procurava-se através da contradição marxista ou as falhas da interpretação ideológica se inscreve agora no termo “heterogeneidade”. Efeito da moda sem dúvida, mas também recurso a uma categoria discursiva suscetível de ser retrabalhada.

Outro importante condutor para as reflexões dessa terceira fase foi o Linguista Jean-Jacques Courtine descrito de maneira exemplar por Gregolin (2006, p.5):

Já estava em curso, nesse início dos anos 1980, aquilo que Courtine vai denominar como *mutações das discursividades*: mudanças históricas e políticas que reclamavam deslocamentos teóricos. E ele falará, insistentemente, em seus textos, sobre essa necessidade. Mais do que isso, apontará os movimentos da memória e do esquecimento que envolveram, na França, o projeto político da análise do discurso depois do desaparecimento de Michel Pêcheux. E mostrará essas metamorfoses como novas exigências (teóricas e políticas) a serem incorporadas aos percursos da análise do discurso.

A relação *constitutiva* entre a Análise do Discurso e o seu objeto é, então, colocada com a observância de um pensamento político que falha. Dessa forma, Pêcheux, juntamente com outros pesquisadores, desconstrói e reconstrói os próprios objetos da análise de discurso. As críticas em relação à orientação *homogeneizante* do discurso incidem sobre a centralidade da paráfrase.

Para a configuração da reconstrução da teoria buscou-se não tomar uma perspectiva classificatória e a questão “do discurso outro” acaba reencontrando sua ideia central: “pré-construído”, “interdiscurso”, “a presença-ausente de um não dito”.

Os trabalhos do projeto da RCP Adela -Recherche Coopérative Programée - Analyse du discours e lecture d’archive fizeram parte das ações após o Colóquio *Materialidades Discursivas* e possuíam três grandes eixos: Arquivo-sócio histórico, Pesquisas linguísticas sobre a discursividade e Informática em Análise do Discurso. De acordo com Madidier (2003), para Pêcheux, no início dos anos 80, a dicotomia entre “científico” e “literário” encontraram-se e tinham como o destino o aprofundamento. As discussões giravam em torno de algumas problemáticas como: ausências de fronteiras do interior e do exterior do discurso, na fronteira assinalável a presença-ausência do outro no mesmo sentido, inconsistência de uma *formação*

*discursiva* por Foucault, discurso do outro no mesmo por Authier e no domínio ideológico como efeito do interdiscurso no intradiscurso por Courtine e Marandin.

Pêcheux, diante desse processo, traz à tona o conceito *heterogeneidade*, evidenciando o sentido para o sujeito do discurso. Sobre esse ponto Maldidier (2003, p. 53) explicita o seguinte:

Assim se estabelece a teoria do discurso. Ela conduz ao exame das propriedades discursivas da forma-sujeito, que abre pistas decisivas para a análise de discurso. “A interpelação do indivíduo em sujeito em seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) à formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): esta identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito repousa sobre o fato de que os elementos do interdiscurso (sob a sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina estão reinscritos no discurso do próprio sujeito” (texto IV).

### **1.5 AD - terceira fase: coenunciador: heterogeneidade e homogeneidade discursiva**

Na terceira fase da teoria da AD – época da construção/desconstrução dos pilares teóricos, várias discussões foram marcadas por teóricos da Linguística e das Ciências Sociais que desenvolveram a noção de *Heterogeneidade* do discurso:

A noção de heterogeneidade do discurso foi desenvolvida ao longo de vários trabalhos: Pêcheux, em *Remontémons de Spinoza a Foucault* (1981); Courtine, em sua tese, reformulou fortemente a noção de formação discursiva, mostrando que suas fronteiras são fundamentalmente instáveis, permitindo sua permanente configuração (1981); Courtine e Marandin (1981); Authier, que mostra que sob as palavras do sujeito estão as palavras do outro (...), para citar apenas alguns trabalhos que deram início a essa reflexão. (Indursky, 2001, p.27).

Pensar a heterogeneidade discursiva nos leva ao consenso de que sob a palavra de um sujeito existem as palavras de outros sujeitos, já que o discurso é da ordem do “já-dito” amplo e disperso remetendo à dizeres de outros sujeitos em outros discursos, espaços e em outros tempos, isto é, o “já-dito” remete ao *interdiscurso* – *memória discursiva*. Indursky (2001, p.28) relaciona a heterogeneidade, formação discursiva e contradição:

Assim, o estudo da heterogeneidade permite apreender tanto o contato entre Formações Discursivas diferentes e suas respectivas formas-sujeito, estabelecendo relações de confronto, de aliança, de exclusão, quanto o contato entre posições-sujeito, inscritas na mesma Formação Discursiva, mas igualmente diversas, o que implica a concepção de uma Formação Discursiva

heterogênea, em que o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem à contradição.

Dessa forma, podemos pensar o discurso como um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, já que estabelece relação com as condições de produção do discurso e com as relações interdiscursivas que trazem uma materialidade linguística, contudo não se reduzem a elas. Conclui-se que o espaço discursivo é heterogêneo e é produzido por um sujeito interpelado ideologicamente e identificado por uma posição-sujeito inscrita em uma FD, ou seja, o sujeito produz o seu discurso a partir de um lugar social e para isso mobiliza diferentes relações com a exterioridade e as organiza.

De acordo com Indursky (2001), temos a partir desses movimentos a *heterogeneidade estruturada* - a posição-sujeito produtora de significados provenientes de uma recontextualização de elementos naturalizados e apagados os que dele foram provenientes. Essa naturalidade/espontaneidade produzem o efeito da *homogeneidade discursiva*.

A ilusão discursiva resultante do trabalho de inserção de recortes discursivos de interdiscursos sugere o apagamento da *memória discursiva* evidenciando uma nova realidade no acontecimento do discurso. De acordo com Indursky (2001), os recortes do exterior parecem ser alí produzidos e essas marcas acabam por ser quase invisíveis, ou seja, encontramos na ilusão da homogeneidade um caminho para a obtenção da produção do efeito de sentido pretendido. Para a AD trata-se de produzir o efeito de uma superfície plana e sem emendas, de produzir o efeito da homogeneidade. No aspecto linguístico não existem marcas sintáticas de linearização. A costura perfeita é capaz de produzir o efeito de realidade e unidade do enunciado.

O atravessar pelo esquecimento é necessário na produção de um enunciado, pois isso garante que seu eco seja um novo outro no discurso. Essa complexidade discursiva pode ser pensada na relação da produção de efeitos de sentido pelo coenunciador. As condições de produção de um discurso dizem respeito tanto ao enunciador quanto ao coenunciador e, pensando no processo de interação como unidade complexa, observa-se que a enunciação de um discurso é uma unidade incompleta, pois é de natureza intervalar e seu sentido estará no espaço discursivo

dos interlocutores. Sendo assim, as condições de produção levam à possibilidade de várias interpretações do coenunciador considerando-se o *interdiscurso*.

O coenunciador interage com todos os outros interdiscursos estabelecidos pelos próprios outros sujeitos e pelo próprio enunciador. Desse modo, evidencia-se um complexo movimento de interlocução: vários enunciadores invisíveis em UM e vários coenunciadores invisíveis em UM caracterizando o discurso como altamente heterogêneo. Devemos considerar que os efeitos de sentido produzidos pelo coenunciador depende das condições de produção do discurso e do reconhecimento dos interdiscursos – memória discursiva.

O sujeito no processo de interação desestabiliza a superfície plana colocada introduzindo elementos que lhe são externos. É necessária a consideração de suas incorporações para poder se identificar ou não com os recortes que o enunciador mobiliza, ou seja, a identificação com a rede interdiscursiva para a produção de efeitos de sentido visados pelo enunciador. Indursky (2001) afirma que podemos considerar no processo de interação uma *heterogeneidade estruturada* no turno do enunciador e uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada* do coenunciador.

Charaudeau (2008) ressalta que as representações sociais possuem três dimensões: cognitiva - organização mental da recepção; simbólica - interpretação do real, e ideológica - atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias. A realidade que cerca o sujeito é interpretada a partir das representações, ao mesmo tempo, mantendo com ela as relações simbólicas e atribuindo-lhes significações. As representações são constituídas pelo conjunto de crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidas e partilhadas por indivíduos de um mesmo grupo social a respeito de um dado aspecto social. Sobre o que constituem essas representações Charaudeau (2008, p. 197) concebe:

[...] assim formulamos a hipótese de que essas representações constituem maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir um valor) o mundo diante de discursos que engendram saberes, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. (grifo do autor).

Especificamente, a representação social acerca da imagem dos governantes, de acordo com Charaudeau (2008, p. 87), corresponde às expectativas do governado: “É preciso que se produza o reencontro entre o olhar que a instância cidadã lança sobre a instância política e o que a instância política lança sobre a cidadã”. No domínio

da política, a construção de imagens deve ser voltada para o público, já que devem funcionar como suporte de identificação. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros.

## 1.6 *Ethos* Discursivo

Antes de nos ater à noção do *ethos* sob a perspectiva contemporânea, se faz necessário citar os estudos de Aristóteles – primeiro autor de uma elaboração conceitual do *ethos* – para quem o orador deveria mostrar seus traços de personalidade ao auditório, pouco importando a sua sinceridade, em busca de causar uma boa impressão. Os estudos de Aristóteles direcionam o *ethos* para a mais importante das três provas engendradas pelo discurso – *logos*, *ethos* e *pathos*, distanciando-se dos retóricos de sua época que julgavam que o *ethos* não contribuía com a persuasão.

Aristóteles já empregava o termo *habitus*, ou na teoria da sociologia interacionista – ao seu tipo social. Dessa forma, encontram-se dois campos semânticos opostos ligados ao *ethos*: sendo o primeiro o sentido moral que engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade e o segundo de sentido neutro e objetivo que reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Essas duas concepções não se excluem, mas se constituem e são necessárias a qualquer atividade argumentativa. A respeito desse conceito de Aristóteles, Eggs (2008, p.31) conclui que:

Se Aristóteles critica seus predecessores no início de sua retórica, é porque eles dedicaram seus tratados exclusivamente a questões que dizem respeito aos afetos ou aos caracteres dos juizes, a questões exteriores à arte retórica, calando sobre o verdadeiro “corpo de persuasão”, a saber, os argumentos. Aristóteles não nega o papel persuasivo do *ethos* e do *phatos*; simplesmente quer sublinhar que essas duas provas não pertencem a *entechniques*, isto é, não pertencem à arte retórica – a não ser que sejam produzidas no e pelo discurso. É preciso que a credibilidade do orador “seja o efeito de seu discurso”. (grifo do autor).

De acordo Charaudeau (2008), o enunciador de um pronunciamento presidencial legitimado pela instância cidadã tem a imagem fundamental de dominação para o coenunciador, a qual é fortalecida com a situação de inércia que aparenta ter o coenunciador no momento da enunciação. Contudo, a situação real do

coenunciador é a de que o enunciador faça dele representações para que se dê a continuidade ao discurso. A encenação do discurso político está entre a ordem da razão e da paixão, misturando o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O sujeito político adota as estratégias para a construção da imagem de si (*ethos*) para obter a afirmação de sua legitimidade, credibilidade e seduzir o seu público.

Na década de 80, a integração do termo *ethos* é dada à ciência da linguagem com expressão na teoria polifônica de enunciação – pragmática semântica – de Oswald Ducrot, que concebe o *ethos* na aparência do ato de linguagem, naquilo que o locutor dá a ver e a entender. Maingueneau (2008) reelabora a noção de *ethos* como construção de uma imagem de si, a partir de estudos voltados nos trabalhos de Pragmática e de Análise do Discurso, trabalhando a noção de *ethos* em direções que ultrapassam, em muito, o quadro da argumentação, muito embora admita que sua problemática não seja, fundamentalmente, infiel às linhas de força da concepção aristotélica do *ethos*.

De acordo com Maingueneau (2008), o *ethos* está ligado à intenção a que corresponde o discurso do locutor e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade oratória. É uma noção sociodiscursiva, um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de enunciação.

A noção do *ethos*, além da característica marcante de ser ligada à reflexibilidade enunciativa, permite a articulação entre corpo e discurso. Há a necessidade de observar a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso e deve ser captada por uma “voz”, representada pela materialização de um corpo que enuncia. Maingueneau (2008) propõe que tanto o texto oral, quanto o texto escrito apresentam uma “vocalidade” específica que é corporificada. O resultado dessa corporificação subjetiva é denominado “fiador” que por meio de seu “tom” atesta o que é dito. Tanto o caráter quanto a corporalidade do fiador apoiam-se nas condições de produção do discurso.

Importante considerar que a incorporação não é um processo uniforme; ela se modula de acordo com o gênero e o tipo de discurso (Maingueneau, 2008). Citando, especificamente, o discurso político, essa incorporação se dá a partir de uma legitimação adquirida e atribuída. Além da legitimação, o sujeito político deve ser crível e persuadir o maior número de indivíduos, com os quais ele partilha valores. Em

busca de resultados positivos, ele se utiliza de meios discursivos que ajudam na encenação do *ethos*.

O *ethos* político é voltado para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. Dessa forma evidencia-se a complexidade da construção do *ethos* do enunciador político, tendo em vista os vários traços constitutivos do *ethos* de credibilidade e de identidade que são relacionados às expectativas dos cidadãos, por meio de imaginários que podem atribuir valores positivos ou negativos às ações discursivas do sujeito político (Charaudeau, 2008).

As ideias do sujeito político não podem ser separadas, tendo em vista que elas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica, especialmente, no âmbito do discurso político. É necessário que o sujeito político creia no seu poder de fazer e tenha para isso o suporte de sua identificação, já que deve possuir credibilidade para a adesão às suas ideias. De acordo com Charaudeau (2008), duas figuras identitárias reagrupadas pertencem ao discurso político: o *ethos* de credibilidade e o *ethos* de identificação.

Essas figuras identitárias se agrupam em duas grandes categorias: os *ethé* da credibilidade, que se fundam na razão; e os *ethé* da identificação, que se fundam no afeto social. Nesse reagrupamento é possível considerar que tanto o *ethos* de credibilidade, quanto o *ethos* de identificação podem ser considerados, conforme caracterizado por Charaudeau (2008), fenômenos de *ethos* composto por misturarem vários *ethé*, ou seja, misturam traços de vários *ethos*.

O coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso por meio de incorporação, já que o texto não é para ser contemplado, e sim a enunciação voltada para um coenunciador que deve ser mobilizado a aderir a um certo universo de sentido. Sobre a relação do coenunciador com a ideologia, Maingueneau (2008, p.72) explicita:

O poder de persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente identificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à figura desse “fiador” que, mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que se supõe que ele faz surgir em seu enunciado. Paradoxo constitutivo: é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer. (grifo do autor).

O poder das palavras sempre dependerá da adequação da função social do enunciador e de seu discurso. Não há efetividade do discurso se não for pronunciado por um locutor legitimado em uma situação legítima e, também, diante de coenunciadores legítimos. Para Amossy (2008, p. 120 e 121), nesse caso o *ethos* ocupa um lugar determinante:

Nesse quando o *ethos* ocupa um lugar determinante, mas nada tem de construção discursiva. Ele se confunde com o *skeptron* (cetro) estendido àquele que toma a palavra. Em outros termos, ele consiste na autoridade exterior de que goza o locutor. Esse aparece como um “porta-voz autorizado”; ele “só pode agir sobre outros agentes pelas palavras [...] porque sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo de quem ele é o mandatário e do qual ele é o *procurador*.”

O discurso é um acontecimento que está inscrito em uma configuração sócio-histórica e não pode ser dissociada a organização de seus conteúdos nem o modo de legitimação de sua cena discursiva. De acordo com Maingueneau (2008), para a AD o *ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação. O *ethos* e as ideias são inseparáveis, pois a maneira de apresentá-las cria imagens, é, portanto, por meio do ato de enunciação que o público constrói representações do *ethos* do enunciador. É importante observar que existe um quadro profundamente interativo em lugares e momentos de enunciação para a construção dessas imagens.

Por meio do estudo do percurso da construção teórica da Análise do Discurso de linha francesa, é possível afirmar que o discurso pode ser conceituado como produção de efeito de sentido entre interlocutores e que os sentidos não estão nas palavras, mas na relação que se estabelece entre a estrutura e acontecimento, compreendendo que o gesto de interpretação produz realidades de múltiplas maneiras e está sujeito a variações que não se controlam.

## 2. O FUNDAMENTO DA POLÍTICA

Iniciamos o capítulo resgatando uma metáfora do linguista Charaudeau (2008): “A máscara não é necessariamente o que esconde a realidade”. Existe um jogo de ser e de parecer no simbólico da identificação, sem oposição entre o verdadeiro e o falso, o autêntico e o artifício, o vivido e o representado. O fato é que o jogo político não se reduz ao que diz uma pessoa e sim que sentido é produzido pelo ato de linguagem, que é o encontro entre um sujeito que enuncia e um outro que interpreta, cada qual agindo em função daquilo que imagina do outro. A enunciação do sujeito político produz um impacto e influencia o outro. Para avaliar essa influência é necessário enxergar o contexto organizacional, no qual circula a palavra política: a instância política, a instância cidadã, a instância adversária e a instância midiática. Diante do objeto de análise da tese é importante discorrer acerca do conceito política e a construção de efeitos de sentido produzidos pelos interlocutores no agir, na região de dominação política, para a busca da interpretação da regulação do coenunciador do discurso político angolano.

### 2.1 Marx: Estado e Sociedade Civil

Iniciamos o capítulo com o teórico Karl Heinrich Marx que nasceu em Trier - Alemanha em 05 de maio de 1818 e faleceu em Londres – Inglaterra, em 14 de março de 1883. Filho de Heinrich- advogado e de Henriette que eram de origem judaica. Estudou Direito, Filosofia e História na Universidade de Berlim. Interessou-se por Filosofia hegeliana e doutorou-se em Jena em 1841. Assumiu a chefia da Gazeta Renana, em 1842, em Colônia, onde seus artigos radical-democratas irritaram as autoridades locais. Em 1843, expulso da Alemanha, mudou-se para Paris. Em 1848, com a França em revolução, Marx em parceria com Friedrich Engels publicam o *Manifesto do Partido Comunista*, esboço do materialismo histórico. No final de 1849, o filósofo é exilado em Londres onde fixou residência até falecer. Na Inglaterra, dedicou-se aos estudos econômicos e históricos, observou as primeiras relações de conflito entre o patronato e o operariado nas indústrias têxteis e a miséria dos operários londrinos. Sob seus olhos, novas classes sociais são constituídas, novos estratos sociais são definidos no capitalismo explícito. A partir de 1851, escreve

artigos para jornais norte-americanos sobre política-exterior. Durante seu percurso teórico, sua situação financeira esteve quase sempre precária e constantemente recebeu ajuda de Engels – seu amigo, rico industrial de Manchester.

O filósofo desenvolveu teorias sobre a sociedade, a economia e a política. No desenvolvimento do Materialismo Histórico, Marx afirma que todas as transformações históricas de uma dada sociedade podem ser explicadas pelas relações econômicas, ou seja, as sociedades humanas evoluem por meio da luta de classes - conflito entre uma classe social que controla os meios de produção e a classe trabalhadora que vende a sua força de trabalho para a produção. O papel do Estado seria o de ser representativo do interesse comum de toda a sociedade, contudo de proteger os interesses da classe dominante.

Karl Marx defendeu que a dimensão privada da sociedade civil vai além do aspecto público, no que resulta uma sobrevalorização do direito dos indivíduos de buscarem os seus próprios interesses, relativizando a busca dos direitos comunitários. Segundo Marx, a emancipação política reduz o homem, enquanto indivíduo independente, a membro da sociedade civil ou a cidadão, uma pessoa moral. Para o teórico, contraditoriamente, a verdadeira emancipação só aconteceria no reconhecimento das próprias forças do indivíduo, organizando-as e não as separando das forças sociais, sob a forma de forças políticas, de si próprio.

Marx produz o primado do materialismo e historicismo. Suas influências intelectuais advêm da filosofia histórica de George Hegel e o seu método dialético: a humanidade evolui, em decorrência de etapas definidas, em certas direções pré-definidas. No tocante ao materialismo sofreu influências de Ludwing Feuerbach. Sofreu influências de economistas importantes como Adam Smith e David Ricardo e de socialistas utópicos Henri de Saint Simon, Robert Owen, Charles Fourier e Joseph Proudhon.

O foco da análise de Marx constituía-se pelas relações socioeconômicas que expressam contradições, antagonismos e conflitos inerentes a elas. O estudioso concebia a modernidade capitalista como um fenômeno dinâmico marcado por avanços – a individualização, a produtividade, o desenvolvimento, a expansão dos mercados e a globalização, e, também, por conflitos – a alienação, a exploração, a desigualdade, o imperialismo que resultam em transformações sociais. O sociólogo denunciava o Estado como fim Universal da sociedade civil, fora do controle dos seus

membros, agindo como falso sujeito autônomo, oposto à sociedade civil. Para ele, há uma separação absoluta entre a *vida* civil e a *vida* política e cita uma teoria revolucionária própria em que o Estado-abstrato representa o grande inimigo e afirma que a luta política se dá contra a obscuridade de uma superstição histórica – o Estado. Sobre sociedade e Estado, Gorender (1996, p.11) no prefácio de *O Capital 1* explana:

Os fatores dinâmicos das transformações sociais devem ser buscados no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações que os homens são compelidos a estabelecer entre si ao empregar as forças produtivas por eles acumuladas a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Não é o Estado, como pensava Hegel, que cria a sociedade civil: ao contrário, é a sociedade civil que cria o Estado.

Na obra *O Capital* (1867) a questão da sociedade civil e sua relação com o Estado é originada de forma inversa da juventude do teórico: o sujeito é a própria sociedade civil, ou seja, a família e a sociedade civil são os pressupostos do Estado. Já em *Ideologia alemã* (1932) Marx afirma que a sociedade civil é o verdadeiro lar, o teatro de toda a história. Liguori (2006, p.4) afirma o seguinte acerca da dicotomia sociedade e Estado elaborada por Marx:

De modo geral, acredito que a dicotomia em questão – para Marx – é a própria modernidade, ou seja, é a própria sociedade burguesa; paralelamente, ou francamente sobreposta, ela indica a dicotomia entre o burguês e o cidadão, criticando-a em nome de uma síntese e de uma recomposição superior. Marx, por isso não se limitava a inverter a relação Estado-Sociedade Hegeliana, mas se opõe a essa tese; critica a dicotomia ante a esfera pública e a esfera privada, refuta o confinamento político no Estado e do socioeconômico na sociedade, mostra como o poder e a política é a própria mediação de ambos os momentos.

O teórico pensa a relação dialética da sociedade e do Estado a partir da sociedade e observa a gênese do movimento história na busca da explicação da realidade social, por meio das contradições estabelecidas pelas desigualdades de poder entre as classes, descaracterizando a sociedade civil de um lugar utópico.

Sendo assim, a história tem uma relação imbricada entre o político e a economia e está dialeticamente marcada como ordenação, culpa, definição e interrogação. Interligando-a ao tema da exploração o movimento socialista formado por ideias que buscavam resolver a situação de exploração, opressão e produção de desigualdades praticadas por indivíduos que seriam sempre humanos idênticos

àqueles que sofriam essas ações. Vilalba (2015, p.51) explica a abertura da teoria socialista no marxismo:

Entre tantas práticas e ideais profundamente divergentes que se manifestaram ao longo do tempo no seio do próprio movimento, o princípio teórico mais conhecido, polêmico e capaz de provocar os atos mais radicais de aceitação, filiação e também de negação, bem como a maior quantidade de críticas e interpretações e releituras é o marxismo.

De acordo com Marx, o sistema capitalista transforma o trabalhador e o trabalho em mercadorias, ao privar o trabalhador daquilo que ele produz. Esse processo marca a alienação do trabalhador no seu produto, ou seja, seu produto passa a significar o trabalho transformado em objeto, assumindo a existência externa e que existe fora dele e a ele estranho: cria-se algo fora de si que levará o sujeito a negar o objeto criado. Temos, então, a alienação no trabalho que é gerada na sociedade devido à mercadoria.

O capitalismo é uma relação social constituída na história, caracterizada pela compra e venda da força de trabalho, sendo uma relação entre proprietários dos meios de produção e o proprietário da força de trabalho e dessa relação surge o homem como mercadoria. Nesse ponto, encontramos a relação contraditória do trabalhador com o produto do seu trabalho e a relação do trabalhador com o ato de produção que torna o homem contrário a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive. De acordo com Marx (1983, p.122):

O homem, ao fabricar uma mercadoria, se torna uma. A sociedade burguesa, causa e consequência do trabalho alienado, aparece com a ordem da desumanização e da alienação, pois está fundamentada na defesa exclusiva da propriedade privada (eis o papel do jurídico na forma do Estado capitalista). Nesse sentido, quanto maior a sua atividade, mais o trabalhador se encontra em objeto. Quanto mais valor o trabalhador cria, mais quem é ele fica diminuído, mais sem valor e desprezível se torna.

Na sociedade da mercadoria, o trabalho é coercivo não devido a sua natureza, mas devido às condições históricas sob as quais é realizado. No interior da sociedade capitalista a burocracia é instrumento de dominação. Na articulação das condições históricas temos a relação de dominação.

Para Marx (2002), as relações sociais marcam a riqueza do homem e assim, o sujeito é ao mesmo tempo produto da história e o seu criador. Desse modo, na teoria marxista, o verdadeiro eu é um eu social e, em decorrência, a compreensão da

individualidade não pode ser calcada em qualidades abstratas inerentes ao indivíduo e sim por meio da análise histórica e concreta do caráter da sociabilidade. Marx (1844) afirma que o princípio do individualismo está ancorado na alienação do trabalho e considera a alienação como o não discernimento e não reconhecimento do conteúdo e os efeitos de sua intervenção nas formas sociais. Orlandi (2012, p. 219), partindo do princípio de Marx (1884 e 2002) sobre o termo alienação discorre o seguinte sobre o sujeito contemporâneo:

Sentimentos, na perspectiva em que trabalho, são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática. No capitalismo, a prática da humilhação faz parte da produção de relações sociais em que significa o processo de alienação. Que, na contemporaneidade, como tenho insistido, resulta ou se apresenta na segregação (grifo da autora).

Sobre a humilhação podemos considerá-la como consequência de um mercado voraz capaz de gerar humilhações intensas sem respeitar a condição humana, já que não oferece a todos condições de vida digna. Decreta uma recusa de reconhecimento, de vivência para as massas, em outras palavras, massifica o EU colocando-o em uma condição de isolamento, privando-o de referências. E como resultado de toda a pressão sofrida, o indivíduo é excluído de qualquer relação social saudável.

Comparando-se a teoria marxista de força de trabalho na modernidade com a da pós-modernidade é possível fazer um contraponto, já que na primeira a questão era a de fragilidade dos sujeitos em virtude da venda da força de trabalho por quase nada, e, na segunda, temos sujeitos marcados pela descontinuidade, pela fragmentação, pela ordem da exibição de si, trazendo a miséria material, física e social, levando-o a perder a sua individualidade. No caso dos excluídos, não é possível vislumbrar uma perspectiva social, já que o indivíduo não consegue ver sentido para si, nem para os outros, considerando sempre que poderá desaparecer do mundo sem prejuízos, em outras palavras: “não vale mais nada”. Desse modo, concretizando a noção de valor capitalista estabelecida por Marx.

## **2.2 Weber: relações de dominação**

Karl Emil Maximilian Weber nasceu em Erfurt - Alemanha em 21 de abril de 1864 e faleceu em Munique Alemanha, em 14 de junho de 1920. Filho de Max Weber – jurista e deputado do Partido Nacional Liberal na Câmara prussiana e de Helene Fallenstein. O convívio familiar ofereceu um intenso contato com ilustres historiadores, filósofos e juristas da época. Estudou História, Economia e Direito nas Universidades de Heidelberg e Berlim. Doutorou-se em História Econômica em 1889. Em 1894, tornou-se professor de Economia Política na Universidade de Friburgo. Após a morte de seu pai, em 1897, Weber apresentou distúrbios mentais, marcados por períodos de depressão profunda. Como tratamento partiu para um longo período de viagem para a Itália, o que lhe permitiu recuperar sua capacidade de leituras constantes e abrangentes. Em 1903, o sociólogo pediu demissão na Universidade de Heidelberg e passou a trabalhar com temas metodológicos que culminou na publicação de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Com a deflagração da revolução russa, em 1905, volta-se para o aprendizado da língua e produz um longo ensaio que reflete sobre as prováveis consequências políticas do desenvolvimento tardio da indústria capitalista no contexto social, político e cultural russo. Em 1914, criticou publicamente os supostos objetivos de guerra do governo alemão e se opôs a todas as formas de política de anexação territorial na Europa. O intelectual colocou-se muito preocupado com a ruína moral e cultural da Alemanha durante a primeira guerra que, segundo ele, era devida à política ruim do imperador e a de seus ministros.

A questão foco do sociólogo é marcada no caráter do ser humano presente em qualquer ordem econômica social. De acordo com Weber, a disciplina da economia política é uma ciência no sentido clássico. Uma das diferenças fundamentais entre Weber e Marx é que para o primeiro não há utopia futura, em que uma batalha possa chegar ao fim. Acreditava que a luta sem fim era o destino e a força de caráter do indivíduo seria mensurada de acordo com a habilidade para lidar com esse fato, sem ilusões consoladoras. Contrário à Marx que afirmava que todas as transformações históricas de uma dada sociedade poderiam ser explicadas somente pelas relações econômicas, Weber afirmava que a história é o resultado de uma série de fatores e de acontecimentos que podem ser de natureza econômica, política, cultural, religiosa etc.

Weber sofreu influências intelectuais do Idealismo e Romantismo alemão, antirracionalismo e Hermenêutica, Marx e Nietzsche. Em sua produção intelectual

houve a reação e crítica ao otimismo frente à razão presente no Iluminismo. Também, há críticas ao positivismo e a busca das leis na explicação de fenômenos sociais que de modo contrastivo, num processo Universal e não como único e próprio de cada grupo social. Além disso, há influências do neokantismo: construções mentais que consistem em seleções e montagens do material objetivo, obedecendo às estruturas existentes na mente.

Weber interessou-se pelos processos históricos sociais, tanto por meio da compreensão de sentido subjetivo que rege as formas de regulares de ação social, como também, em relação às respectivas condições sócio estruturais. Ele faz a análise dos processos de racionalização das esferas da vida no Ocidente e na origem e no desenvolvimento do capitalismo moderno. Para o teórico, a ação social é toda ação cujo sentido para quem realiza leva em consideração a conduta de outros – a ação dotada de sentido se diferencia do comportamento reativo e instintivo.

Os objetos de investigação de Weber estavam situados nas esferas sociais – política, econômica, religiosa e culturais, já que as relações sociais eram percebidas como delimitadas na dominação, autoridade, competição e cooperação. As organizações e instituições, para o teórico, poderiam ser decompostas e analisadas pelos tipos regulares de ação social pelas quais são formadas.

Para Weber (1993) na esfera econômica está situado o capitalismo moderno industrial que é o resultado do processo de racionalização em diversas esferas, inclusive na religiosa, já que considerava na sociedade a existência de mais pessoas, mais conflitos, menos afeto e menos tradição tendo como consequência o aumento do processo de racionalização, pois a medida que a história da humanidade avança, mais as relações se tornam racionais.

Contrariamente a Marx, o sociólogo entende que a cultura afeta o econômico tanto quanto o econômico afeta a cultura. O capitalismo foi estimulado em seu desenvolvimento por fenômenos culturais, institucionais, técnico-científicos, políticos e, obviamente, o econômico não seria o fenômeno mais importantes e a causa fundamental para o advento do capitalismo. O que caracteriza o comportamento econômico no capitalismo no capital moderno não é a ganância pura, mas a busca racional de acumulação de riquezas.

Quanto ao socialismo, Weber (1993) afirma a existência de “socialistas” das mais variadas espécies e que todos os partidos que possuíam um genuíno caráter

socialista eram democráticos. Justificava a democracia como uma palavra de inúmeros significados e começa definindo-a como: “Em si mesma, significa simplesmente que não existe nenhuma disparidade formal de direitos políticos entre as diversas classes da população” (Weber 1993, p.91). No percurso histórico o autor sinaliza que a democracia era exercida de maneira aristocrática e quando indivíduos se ocupavam do público, a vida privada desorganizava-se de forma caótica, ou seja, o candidato para a administração do bem público deveria ser economicamente independente. Esse processo é explicado por Weber (1993, p. 92):

O candidato deveria ser “economicamente independente” e isto, normalmente, só podia sê-lo uma pessoa cuja renda fosse consistente; de outro modo, teria sido necessário retribuir-lhe com um estipêndio elevado e contribuir para a sua manutenção material. A democracia tem esta única escolha: ou ser administrada honorificamente com pouco gasto, ou então, ser administrada por pessoas que exercem a troca de uma retribuição de qualidade de funcionários estáveis. No que se refere a esta última categoria, o incremento da classe dos funcionários estáveis tornou-se o destino de todas as democracias modernas, particularmente aquelas em que a dignidade honorífica já não podia prover as necessidades (...).

Aquele que pratica a política ambiciona o poder, seja o poder como meio a serviço de outros objetivos ideais ou egoístas, seja para gozar do sentimento individual de prestígio. Nesse contexto, temos o princípio da relação de dominação de seres humanos sobre outros seres humanos sempre apoiados na coerção legítima, como afirma Weber (2014, p. 392) no tocante a existência do Estado: “Para que ele continue existindo, os homens dominados precisam se *submeter*, portanto à autoridade continuamente reivindicada por aqueles que estão dominando no momento”.

Nesse pressuposto, o sociólogo justifica com três fundamentos que dão legitimidade à dominação que são noções importantes para a garantia da estrutura de dominação: a *tradicional* consagrada como a do costume – autoridade ancorada da disposição habitual do homem seguir o “passado histórico”; a *carismática* estabelecida a partir da devoção e confiança de caráter estritamente pessoal e, por fim, a *legalidade* – a racional que se dá em virtude da crença na validade de um estatuto legal.

A autoridade baseada no pessoal e no eterno *dom da graça* na área da política nos interessa especificamente, já que o objeto de análise pressupõe a observação considerando a presença de um soberano – líder de um partido político,

escolhido por um plebiscito por uma nação que anseia a democracia após muitos anos de opressão, ora por ser colonizada, ora por viver em meio a guerra civil. Evidenciamos com mais detalhes a partir de Weber (2014, p. 393):

A devoção das pessoas ao carisma do profeta ou do comandante de guerra ou ao do grande demagogo na *ecclesia* ou no parlamento significa que o líder é pessoalmente considerado alguém que, em virtude de um “chamamento” interno, realizará a tarefa de conduzir os homens e que estes não lhe obedecem devido a um costume ou à força de uma lei, mas sim porque nele acreditavam. Ele próprio, se não for apenas um arrivista limitado e vaidoso do momento, vive em função de sua causa (*Sache*), “aspira à sua obra”. Mas a devoção de seus seguidores, sejam eles discípulos ou seu séquito (*Gefolgschaft*) ou, ainda, partidários militantes, está orientada para a sua pessoa e as suas qualidades.

Em todas as épocas histórias é evidente a figura do líder e para Weber essa ideia do “líder político” advém do solo da cidade-Estado e “líder partidário” que surge do Estado constitucional, ambas típicas do Ocidente. Não são os carismáticos as únicas figuras decisivas no fator de luta pelo poder político. Para que essas forças se mantenham no poder é necessária a força política na forma tradicional e racional.

### **2.3 Ainda há um sentido para a política?**

Abordaremos neste subitem o pensamento político de Hannah Arendt (2003) que parte da concepção de um pensamento idealista e sem ilusões sobre o estado do mundo que deve ser transformado, se o homem tiver em mente a necessidade e o cuidado com a sua existência.

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906 em Hannover – Alemanha e faleceu em New York – Estados Unidos em 04 de dezembro de 1975. Em 1924 ingressou na Universidade de Marburg e estudou filosofia com Martin Heidegger. Em 1926 vai para Heidelberg, onde estudou com o filósofo Karl Jaspers e defendeu a sua tese de doutorado: *O conceito de amor em Agostinho*. No final desta década de 1920, envolveu-se com a política judaica por meio do movimento sionista - movimento político que surgiu no final do século XIX e que defendia a formação de um Estado Nacional próprio para os judeus na Palestina. Em 1933, com a ascensão do nazismo e o incêndio do Parlamento Alemão em Berlim, foi perseguida e presa por suas atividades, contudo, foge para Paris e passa a década trabalhando em organizações judaicas cuja principal função era ajudar a preparar jovens judeus na

imigração para a Palestina. Em 1941, devido a segunda guerra foge para os Estados Unidos e permanece até lá até o final de sua vida. Em 1951, ainda envolvida com questões judaicas, publica *As origens do totalitarismo*. Esse livro a projetou no pensamento político no século XX e após escreveu outros muitos relevantes no campo da política. Sofreu influência de vários teóricos e pensadores, entre eles: Kant, Marx, Nietzsche, Karl Jaspers e Martin Heidegger.

Arendt relaciona a política como “chance e espaço de liberdade”, priorizando a importância do agir e a realização pessoal do indivíduo, contrapondo o puro agir para a produção de produtos, acumulação financeira e a boa vida. A filósofa parte para o reencontro da memória com o verdadeiro sentido da política e, assim, estabelece e configura as insuficiências da política prática. Essas falhas, de acordo com a autora, não devem ser vistas de forma natural e sim de forma crítica, já que considera o homem com habilidades suficientes para o constante recomeçar e o agir de modo diferente no mundo.

Tratando a política da convivência entre os diferentes no campo prático político, Arendt (2003, p. 22) destaca que a família tem um papel inquestionável, já que, diante da organização do mundo, não há nenhum outro abrigo para o indivíduo, além o da família, que são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, neutralizando o princípio da diversidade do ser humano:

Quando se vê na família mais do que a participação, ou seja, a participação ativa na pluralidade, começa-se a bancar Deus, ou seja, a agir como se se pudesse sair, de modo natural, do princípio de diversidade. Ao invés de se gerar um homem, tenta-se criar o homem na imagem de si mesmo.

O desejo do abrigo inviolável no âmbito familiar marca a perversão fundamental da coisa política, já que anula o valor da pluralidade entre os homens.

A filosofia considera que está no homem a essência da política, assim, ele não pode ser considerado apolítico, já Arendt (2003) considera que a política surge entre os homens, portanto, fora dos homens, por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intraespaço e se estabelece como relação com o outro, sendo o conceito de liberdade interligado a ele, já que o seu papel é o de organizar a diversidade humana de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diversidades absolutas dos homens entre si.

De acordo com Arendt (2003), o conceito política abarca vários preconceitos que representam algo de político em um sentido mais amplo da palavra. Entendendo

que o preconceito se antecipa ao juízo e que recorre ao passado, a sua razão de ser temporal é limitada às épocas históricas e forma a maior parte da história, na qual o novo é relativamente raro e o velho predomina na estrutura política e social. Sobre o preconceito a autora afirma que só o referente é julgado, mas não o critério, nem sua adequação para o medir. Dessa forma, não há a estabilidade do juízo, indicando o fato do desconhecimento do agir politicamente e do perigo de a política desaparecer.

A impossibilidade no julgamento do que já aconteceu e o que acontece de novo todos os dias, segundo os critérios fixos e reconhecidos por todos, gera falhas nos parâmetros de julgamento do mundo moderno. Ou seja, se os homens possuem parâmetros é possível exigir deles um juízo, pois a capacidade de discernimento não é nada mais do que a capacidade de agregar de modo correto e adequado, sendo o isolamento ao geral que lhe corresponde e sobre o qual se chegou a um acordo. O imperativo não se adequa ao juízo. Sabemos que pertence à natureza do pensamento humano o fato de o homem possuir sempre critérios fixos e prontos, e de acordo com Arendt (2003), isso dá a certeza de que o mundo deve ser modificado, já que no ponto central da política está sempre a preocupação central com o mundo e não com o homem, pois trata-se do mundo dos homens, ou seja, o resultado do fazer humano.

O sentido da política tendo em vista a politização das formas totalitárias do Estado é e sempre foi discutido, e no transcorrer dos anos foi marcado por vários abalos que geraram, em um termo comum, o caráter duvidoso da coisa política. A dúvida reside no próprio direito de existência, na mera possibilidade de vida de toda a humanidade, sendo a questão central a seguinte: “Ainda há um sentido para a política?” A autora define que a política se trata de uma necessidade imperiosa para a vida humana, sendo tarefa e objetivo dela a garantia de vida no sentido mais amplo.

Política e monopólio do Estado conduziram ao desenvolvimento possibilidades de destruição, colocando em jogo a liberdade, a vida e a continuidade da existência da humanidade. Dessa forma, sendo a política responsável por tantas desgraças, é impossível de ser descartada. Para Arendt (2003) resta somente o desespero na busca da esperança que se caracterizou insensata no século XX. Essa ausência de sentido é expressa nos semblantes dos indivíduos que, assim, explicitam os abalos decorrentes de todos os problemas políticos.

O agir e desencadear dos processos que impõe sempre um novo começo do homem no mundo, de acordo com Arendt (2003), marca um modo efetivo e misterioso

de fazer o milagre da liberdade como um começar e dominar, em outras palavras, ser livre e agir, marcando o poder-começar. Isso evidencia que o homem veio a um mundo que já existia antes dele e vai continuar existindo depois dele. Diante dos fatos e entendendo que o sentido da política é a liberdade é possível ter o direito de esperar milagres.

Os termos igualdade e justiça são estabelecidos como um contraponto pela autora já que defende que isonomia não significa que todos são iguais perante a lei, nem que a lei seja igual para todos, mas sim, que todos têm o mesmo direito à atividade política. Essa questão faz alusão à divisão de classes, desde a antiguidade, pois pressupõe que somente os poucos e melhores se relacionavam entre si como iguais e entre iguais. Diante disso, Arendt (2003, p.50 e 51) conclui que:

A política não é necessária, em absoluto – seja no sentido de uma necessidade imperiosa da natureza humana como a fome ou o amor, seja no sentido de uma instituição indispensável do convívio humano. Aliás, ela só começa – onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física. Como tal, a coisa política existiu sempre e em toda a parte tão pouco que, falando em termos históricos, apenas poucas grandes épocas a conheceram e a realizaram. (...) A mais importante dessas ideias – que também para nós pertence inegavelmente ao conceito da política e que, por conseguinte sobreviveu a todas as mudanças históricas e a todas as transformações teóricas – é sem dúvida, a ideia de liberdade.

A liberdade do movimento de se relacionar com o outro e seguir para começar algo novo e original, tinha como objetivo tomar conhecimento de muitas coisas, e, assim, configurar o mundo. Contudo, esse não era o objetivo da política, pois aquilo que seria alcançável por meios políticos é muito mais o conteúdo e sentido original da própria coisa política. Sendo assim, política e liberdade, de acordo com a autora, são idênticas e sempre quando não existe a liberdade, não existirá o espaço político. A liberdade é algo político e não o objetivo mais elevado dos meios políticos. Coerção e violência sempre foram os meios para a fundação, ampliação ou proteção do espaço político, não se tratando do político e, sim, de fenômenos marginais da coisa política.

## **2.4 A transfiguração do político**

Neste subitem abordaremos os pressupostos do sociólogo francês, Michel Maffesoli que considera, assim como Hannah Arendt, que para que haja representação política, primeiro deve haver representação filosófica. É necessário que

se tenha coisas a dizer que agradem, que exista o convencimento do outro e que o outro dê em troca a voz dele.

Michel Maffesoli, nasceu em 14 de outubro de 1944. É professor emérito da Universidade Sorbonne – Paris, onde fundou e dirige o CEAQ - Centro de Estudos sobre a Atualidade e o Cotidiano. O sociólogo defende a ideia de que uma nova espiritualidade, que revalorize o rito sobre a palavra. O foco de sua pesquisa ao longo de sua trajetória é a religião e ampliou o termo descrevendo as mais diversas formas de congregação – “tribos urbanas”, termo criado por ele.

Em seus: estudos marcados na região política – transformações do político, o sociólogo descreve a força do político: “O político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permiti-lhe existir”.

Dito isso, há a evidencia de que uma das marcas do campo político é a submissão ao entregar-se ao outro, a fim de ter como garantia a própria vida. Ou seja, é a coerção a sua marca essencial. O autor estabelece que a violência do campo político nem sempre é física e afirma que na maioria das vezes é moral ou simbólica, portanto, pode ser denominada imaginal, já que funda o político e serve de garantia e de legitimação ao longo das histórias humanas. Essa dimensão tem percorrido as diferentes fases da humanidade.

Além disso, a aceitação de classes ou castas constituiu o social e vale de substrato à dominação legítima do Estado e dessa forma, funda, também, o resultado do político: a violência interespecífica, violência entre entidades distintas.

Seguindo essas diretrizes podemos afirmar que existe um campo de força e imposições a reger as ações do Estado. Maffesoli (1997) argumenta que essa “hostilidade constitucional” permite pensar o político como a soma de uma série de necessidades fatais e das convulsões políticas aos diferentes ódios sociais. Em outras palavras, há na essência do político a existência da ação delimitadora da relação com o outro absoluto e com os outros relativos, como explica Maffesoli (1997, p. 33):

Temos o ponto de partida desse labirinto: coação, hostilidade, animosidade, litania que se pode prosseguir à vontade, resumida na expressão violência fundadora. Toda a agregação social, vale lembrar começa com ela. O outro tem em si mesmo a violência. O outro me nega, e devo acomodar-me a essa negação, compor com ela. Desde aí começa o político.

A questão da coerção emerge da questão da violência fundadora, por conseguinte, o conflito estará em todas as partes: no trabalho, nas instituições civis, na religião, no mundo intelectual, no comércio; até no comércio amoroso, pois de acordo com Maffesoli (1997), o conflito passa pelo afeto, já que existe sempre o sentimento de simpatia ou de antipatia no pensamento político.

Entendemos, assim, que a paixão desempenha um importante papel na vida social. Maffesoli (1997, p.34) discorre acerca do termo com a seguinte metáfora, na busca de enfatizar a força da paixão na coisa política; "... *A gestão das paixões* é certamente a arte suprema de toda boa política." Desse modo, compreendemos que o afeto está presente na origem da vida política, ou seja, somente quando o político está em sintonia com a paixão comum do povo, há o seu reconhecimento.

A administração suscita as paixões convenientes para o fortalecimento do poder. O autor insiste no impacto relativo da ação humana na construção social e quanto à paixão coletiva dá a dimensão do simbolismo geral que aponta para o pertencimento de toda a humanidade fazer parte do mesmo Universo, pois fazer parte do mesmo conjunto cósmico integra os homens a sentirem com os outros situações e sentimentos que nada têm a ver com a razão Ocidental. Nesse direcionamento, Maffesoli (1997, p. 35), considera a ecologia do poder:

Pode-se de resto, lembrar a origem *ecológica* do poder. Os historiadores, os antropólogos, teólogos, concordam com tal fundamento. Assim como a ordem social faz parte da ordem cósmica, e só pode ser compreendida dessa forma, a cosmogonia serve de base teórica à realeza. Logo, com muita frequência, ao morrerem os reis voltam a ser por essência: pais fundadores.

A definição serve de base para justificar a relativização do poder político e de alguma forma proteger-se dele, já que por ser o chefe sempre o responsável pelas misérias humanas, pelas secas e pelas as catástrofes naturais, que, certamente, ultrapassam as funções do Estado. A construção da sociedade e natureza "ecológica" representa muito bem o fenômeno da paixão na coisa política. Em todo percurso da história antiga e chegando na contemporânea, as responsabilidades das intempéries naturais sempre foram delegadas aos governantes das sociedades.

A natureza, então, é considerada como um item a mais a ser respondido para os outros e está contida na *força imaginal* necessária a toda a vida em sociedade. Podemos, assim, concluir que não há política sem religião. O sagrado ocupa um lugar

relevante na estrutura política. O líder assegura a ligação entre o meio social e o meio natural. Quanto ao exercício do poder do divino Maffesoli (1997, p. 39) discorre:

(...) Vale precisar imediatamente que o campo sagrado domina igualmente os depositários do poder, que não podem dele dispor, mas devem exercê-lo enquanto marionetes de forças que os ultrapassam. O olhar atento revela que tal fatalidade pesa sobre todas as formas de poder. Quem assume um poder se transforma, tornando-se Outro para os outros, porque participa, mais ou menos, querendo ou não, da órbita do sagrado.

A religião assegura o vínculo ao meio natural e reforça pelo sentimento coletivo e pela emoção partilhada a união necessária a toda a vida social. No politeísmo encontrou-se uma maneira de limitar o poder. Há a onipotência de um Deus único, a multiplicidade dos deuses introduz a ideia de relatividade, de limitação mútua. Assim explica Maffesoli (1997 p. 41):

De fato, e aqui se encontra o segundo pólo do aspecto religioso do político, um líder só pode suscitar adesão em torno de uma ideia, de uma imagem, de uma emoção, porque o povo tem necessidade de uma *religação*. Trata-se, claro, de uma necessidade que não é forçosamente consciente, com frequência, sentida de um modo confuso, mas nem por isso menos eficaz.

Os fenômenos religiosos e políticos sempre comportam uma boa dose de elementos diversos e sobretudo heterogêneos uns em relação aos outros. A própria história e a filosofia mostram que é um processo antropológico: a unidade harmônica repousa sobre a multiplicidade. O politeísmo induz a imperfeição relativa que está presente no centro das histórias humanas, assim como caracteriza a própria vida. A valorização da diversidade em uma estrutura social permite que ela seja fecunda e produtiva.

De acordo com Maffesoli (1997) há exemplos na história em que ora apresenta-se o funcionamento, a persistência ou o desaparecimento do politeísmo. As cidades que souberam preservá-lo foram as mais dinâmicas. Cada vez que uma organização social soube enfatizar a diversidade, foi fecunda e produtiva. Em termos religiosos o trágico pode ser considerado pagão por conta do politeísmo de valores. Criando uma analogia entre o trágico e o drama podemos compreender o primeiro como aleatório, aquele que não define e nem esboça o seguro, já o drama é perfeitamente linear e exprime bem o fantasma do Uno do monoteísmo instaurado na política que passou a determinar o autoritarismo. O paraíso celeste é o resultado de

um caminho claramente traçado e racionalmente previsível, como explicita Maffesoli (1997, p. 51):

O mesmo vale para o paraíso terrestre que se alcança tomando a boa direção, *a linha justa*, e dobrando-se – conforme as necessidades, dobrando os outros – ao estudo das contradições a ultrapassar, e as duras leis extraídas. Enquanto o aspecto circular da mentalidade politeísta admite o “retrocesso” ou a involução, o linearismo cristão é essencialmente evolutivo e sua lei é o progresso.

Essa evolução necessária fez com que os líderes protagonistas dessa visão de mundo fossem conduzidos ao totalitarismo. A origem religiosa do totalitarismo no campo político não retirou a ordem da submissão, ou seja, a proteção exige a submissão, e o grande Deus, seja o do monoteísmo, da providência estatal ou da economia liberal reclama a abdicação da pessoa em todos os sentidos para servir aquele que lhe garantirá a sobrevivência e a proteção às adversidades do destino. Essa renúncia pode resultar no constrangimento físico e na privação da liberdade. Como resultado dessa renúncia, Maffesoli (1997, p. 52) descreve a seguinte imagem:

Daí a impressão de amontoados de mortos-vivos perceptível na atualidade em diversos momentos do cinza diário. Amontoados que dão o sentimento de vastos currais humanos, onde os indivíduos, verdadeiros *zoon politicon*, animais políticos, empanturrados, em boa saúde, bem vestidos e perfeitos consumidores, perderam o que qualifica os seres humanos.

O controle da desordem em nome da Razão suprema que toma o lugar do Deus único na política e a racionalidade convertida em racionalismo, conforme as regras do século XX, representaram a teologia na ciência fizeram com que o homem e as sociedades seguissem a direção da ciência positiva. Isso justifica-se na concepção de que a dominação – brutal ou não, tem necessidade do saber para legitimar-se e ser eficiente. A moral deve ser compreendida, mesmo que de formas diferentes e repousa na preocupação com a perfeição e com a unidade. De maneira consciente o objetivo é impedir a confusão e a desordem, de reabsorver a anarquia da vida. Resumindo: substituir o politeísmo dos valores pelo monoteísmo do utilitarismo. Maffesoli (1997, p. 56) afirma que por toda a modernidade foi estabelecida a mesma direção para o homem e para a ciência positiva e propõe a noção de “contraditório”:

Noção que reintroduz, de um ponto de vista lógico, a contradição não ultrapassada e não ultrapassável no centro da questão social. Na contramão do político que, como acabamos de ver, é a forma profana do *magister mundi*, o pensamento do contraditorial lembra que nem tudo se educa, que a desordem tem seu lugar e que o excesso de regulação é potencialmente mortífero ou, ao menos, desativa a tensão vital pela qual uma determinada comunidade se sente responsável por si mesma e assegura assim a própria “conservação de si”.

Assim, analisa que esse percurso dado na base do Uno dá autonomia na base, mas é contraditório quando nega a diversidade, não vendo o “contraditorial” em ação na vida humana, resultando o “efeito perverso”. Conforme Maffesoli (1997), enquanto se observa apenas o administrar das coisas, tudo isso parece dar certo, contudo, falta ver se em tais ações, de maneira inconsciente, o político não esteja produzindo sua própria destruição.

Ainda no percurso religioso, a história indica um processo de laicização progressiva. Na existência de outro processo – o da racionalização teórica e organizacional da coisa religiosa, buscou-se o fundamento racional para a constituição da coisa pública. Maffesoli (1997, p. 58) discorre o seguinte acerca disso:

Os postulados de base são idênticos: antes de tudo, o homem desprovido de natureza social e manipulável e deve sê-lo para o seu próprio bem; além do mais, somente a razão, em seu poder soberano, pode aperfeiçoar-lhe a educação. Esses dois postulados são as simples transposições dos pressupostos cristãos referentes à natureza do homem e a necessidade de estruturas teóricas e organizacionais que possam corrigi-lo ou ao menos ajudar a resgatá-lo. Logo, um indivíduo naturalmente débil ao qual se deve fornecer as muletas necessárias à sua sustentação.

A pedagogia atuou como reguladora do processo político e econômico, ou seja, o divino não é mais o único detentor do bem e do mal. As motivações já não mais questionadas, pelo fato de a razão ser capaz de explicar tudo. Maffesoli (1997) utiliza-se da expressão metafórica de Adam Smith, filósofo e economista britânico do século XVIII, “*mão invisível*” para explicar o sentido de equilíbrio de indivíduos de uma mesma sociedade que são conduzidos a cumprir uma meta que não entra de modo algum nas intenções de cada um tomado individualmente.

Esse preceito, de acordo com o sociólogo, tornou-se legítimo e ocupou pouco a pouco as sociedades mais complexas exigentes de altíssimo nível de competência

técnica. Desta vez, o político deixa espaço para tecnocracia com o intuito de aperfeiçoar a educação para fazer o percurso à felicidade e à submissão, em outras palavras, o ápice do controle tendo os indivíduos colaborando, equilibradamente, com o desenvolvimento político-econômico.

A racionalização que intrinsecamente enfraqueceu o poder do Estado, já que buscava tudo policial, tornou o Estado abstrato, autossuficiente. Assim, para cuidar da “coisa pública” temos a República e o funcionalismo público definidos por Maffesoli (1997, p.64):

A República que primeiro na Europa, depois por contágio, no mundo inteiro, suscitou o entusiasmo e a mobilização dos sentimentos coletivos era verdadeiramente negócio de todos. Daí a aura mítica que, em particular no século XIX, não deixou de envolvê-lo. E os que servem cumprem, em consequência, um sacerdócio invejado. O funcionário, nos diversos países da Europa, tem, certo, o seu trabalho assegurado para toda a vida, mas, em contrapartida, doa a sua pessoa ao Estado, quem serve como se faz com o protetor. Este desempenha, aliás, o papel que era do soberano, do chefe, do soberano, na antiguidade, nas sociedades tradicionais ou na Idade Média.

Os intelectuais da época, *stricto sensu* – desempenhando o papel de clérigos, estavam encarregados de elaborar e conservar a ideologia do Serviço Público: a da responsabilidade pela educação, pelo trabalho, por uma vida regulada por cada um dando a sua contribuição. Maffesoli (1997) os define como os políticos, não caracterizados como senhores e sim como servidores. Novamente, fala-se do mito Estado-nação e existe um monopólio do poder administrativo-econômico e da condição de que a partir desse preceito algumas famílias utilizassem para si privilégios, gerando prejuízos para a coletividade. Dessa forma, a sociedade tornou-se um negócio de família, em outras palavras, sempre na ambição de ressaltar a origem sectária. Maffesoli (1997, p. 70) explica o termo “sectário”:

Da seita, combina as características principais e sobretudo das práticas: cooptação, gosto pelo secreto, clientelismo, coersão física e moral, estímulo à submissão interna e externa, reprodução endogâmica e sobretudo pretensão fantástica, fantasmástica, de ter a verdade, o certo.

Maffesoli (1997, p. 71), após uma reflexão acerca de Maquiavel e de Robespierre e do papel das elites, cita o seguinte:

De Maquiavel a Robespierre, vê-se bem o deslizamento do pensamento político. Para aquele a *virtu* era a força da maioria que dá vida a uma cidade,

fortalecendo a sua existência e assegurando-lhe a sua conservação. Ela se manifesta num equilíbrio, por vezes conflitual, entre grupos de interesses diversos, mas todos necessários. Em resumo, a *virtu* era uma força politeísta. Para Robespierre, ao contrário, “não se deve ser demasiadamente numeroso para ser puros”. (...) A virtude é Una, monoteísta, e o culto do Ser supremo, desembaraçado de todas as suas escórias, austero até o excesso, é disso perfeita ilustração.

Percebe-se, assim, o intento de mostrar e de evidenciar o modelo da privatização da vida social. Há a construção do que deve ser o indivíduo e a sociedade e de como deve ser a massa, definidos previamente. Essa ação alcançou, pouco a pouco, o desinteresse do povo pela coisa pública e de certa forma explica, de acordo com Maffesoli (1997), para a maioria a palavra democracia significar o poder de alguns.

Para Hannah Arendt, só é possível falar em democracia quando existe o poder e a política, no sentido contrário, na substituição dos termos pela força e violência, elimina-se qualquer possibilidade de existir a cooperação. Para Maffesoli não há política sem religião e para o indivíduo o que garante a sobrevivência e a proteção às adversidades do destino é a renúncia que pode resultar no constrangimento físico e na privação da liberdade. Ao cunhar o termo “tribo” é evidenciada uma provocação ao sentido de unidade do Estado e da Identidade, já que considera que não prevalece mais o indivíduo, mas a pessoa plural, em outras palavras, os indivíduos usam máscaras. Na pós-modernidade o que importa não é “o isso” ou “o aquilo”, mas o “eu sou” e há uma explosão de “si” no “outro”. Temos, então, a questão da Identidade que será tratada no próximo capítulo.

### 3. IDENTIDADE: SEGURANÇA E LIBERDADE NA PÓS-MODERNIDADE

Iniciamos o capítulo com o conceito de identidade na pós-modernidade, nos princípios teóricos de Estudos Culturais de Hall (2015) e do sociólogo Bauman (1995 - 2017).

Zygmunt Bauman, nasceu em Poznan – Polônia em 19 de novembro de 1927 e morreu em 09 de janeiro de 2017 em Leeds-Reino Unido. Filho de judeus, em 1939, escapou com a família da invasão das tropas nazistas na Polônia e se refugiam na União Soviética. Com o fim da Segunda Guerra, voltou para a sua terra natal e estudou sociologia na Academia de e Ciências Sociais da Varsóvia. Em 1954, concluiu o mestrado e torna-se professor assistente na mesma universidade. Em 1968, diante de uma série de represálias contra aqueles que lutavam contra o regime de censura, Bauman foi expulso da Polônia e exilado em Israel e lecionou na Universidade de Tel Aviv. Em 1971, passa a lecionar Sociologia na Universidade de Leeds-Inglaterra e, também, dirige o departamento de Sociologia até a sua aposentadoria em 1990. O sociólogo recebeu influências de Karl Marx, Michel Foucault, Franz Kafka, Richard Sennett entre outros.

Stuart Hall, teórico cultural e sociólogo, nasceu na Jamaica em 03 de fevereiro de 1932 e faleceu em Londres em 10 de fevereiro de 2014. Em 1951, vai para a Inglaterra estudar Letras de Língua Inglesa em Oxford. Esse ambiente era por ele considerado um local da elite tradicional britânica – espaço de não pertencimento. Em uma segunda fase, passou a conviver com pessoas de esquerda intelectual local e funda, em 1960, a *Revista New Left Review* - porta-voz da linha de frente da Nova Esquerda na Grã-Bretanha e expande o foco da revista para os debates dentro do chamado Marxismo Ocidental. Atuou como professor com a ambição de incluir a cultura de massa no processo educativo. O teórico foi influenciado por Michel Foucault, Karl Marx, Antônio Gramsci, Raymond Williams, Louis Althusser, Jacques Derrida entre outros.

#### 3.1 IDENTIDADE

Para Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, o essencial é colher a “verdade” do sentimento humano, do estilo de vida e do comportamento coletivo, isto é, analisar

o viver em processo, do lugar do contexto social , cultural e político, assim como o próprio fenômeno identitário.

Para estudar o tema identidade, um assunto ambivalente, o sociólogo releu à luz da obsessão e da importância com que o atual debate sobre a questão identitária é tratado, sem nunca esperar uma resposta tranquilizadora nos “textos consagrados” do pensamento crítico. Há nos estudos de Bauman (1995) a evidência ao ilusório que traz à tona sentimentos de angústia, insegurança e o medo causados pela vida em sociedade. Assim, justifica-se a íntima ligação com a realidade e o modo como os indivíduos estão vivendo em sociedade na contemporaneidade e estabelece o conceito modernidade líquida, mundo sem forma. Desse modo, faz referência ao conceito pós-modernidade.

O sociólogo trabalhou o primeiro livro *Mal-estar da pós-modernidade* (1998), conduzido pela diretriz do caminho de um mundo de certezas incontestáveis. O processo do viver em sociedade era orientado com certezas dadas em todos os âmbitos da vida em sociedade: do trabalho, a familiar e nas várias instituições do Estado. Não havia suspiro pela liberdade. Nesse trabalho é abordado o teórico Freud que analisa a cultura e a civilização para explicar algumas questões sobre a liberdade, ademais entre a escrita analisada e a escrita de Bauman foi possível analisar questões fundadoras de ideias relacionadas à identidade.

O psicanalista Freud fundamentava que quanto mais repressor for um Estado mais se produzirá filosofia, línguas etc., já que apenas se estuda quando não se está exercitando a sexualidade. Em outras palavras, na teoria de Freud, a renúncia ao instinto causa uma tensão incontornável entre o indivíduo, a sociedade e o Estado. Disso, fica uma questão pendente: a condenação do grupo. Instinto reprimido gera tensão que move toda a cultura e toda a sociedade. A cultura é um ato repressivo, essa ideia pessimista de Freud foi uma reflexão importante para Bauman.

A expressão *sentimento oceânico* utilizada por Freud explica que o sentimento do “eu” diluído no todo – no grupo, resolve de vez a tensão entre o indivíduo e o grupo. Nesse processo, há o desejo do sujeito perder a sua individualidade para evitar o atrito entre a sua individualidade e o todo. Para Freud a separação entre o “mim” e o mundo é o grande tema: Como se recupera esse “sentimento oceânico”? Como superar a divisão? Todos são indivíduos, todos sentem, mas ninguém sente o sentimento do “eu”. Podemos considerar que no “sentimento oceânico” está pulsante

a sensação de liberdade ilimitada e sem barreiras, já que o sentimento de vinculação é indissolúvel com todo o mundo exterior. A barbárie nazista fez com que Freud e Bauman pensassem muito sobre a união entre as pessoas.

Freud considerava a inflexão acerca do “sentimento oceânico” e da repressão sexual. Já Bauman, a partir de 1997, passa a utilizar o conceito pós-modernidade sob as influências de pensadores franceses e do escritor e crítico de arte brasileiro Mário Pedrosa (1900-1981) e afirma que o “mal estar” na pós-modernidade não é a sexualidade um fator frustrante e, sim, uma característica de nossa sociedade chamada consumo, ou seja, “eu somente sou, se eu consumir”.

A sociedade na pós-modernidade, de acordo com o sociólogo, produz pessoas afastadas da condição de existência: os párias - os não consumistas. Vecchi (1995) afirma que, na imaginação sociológica, a identidade é sempre algo muito evasivo e escorregadio, ou seja, uma realidade pré-existente e, assim, há a entrada na questão da construção da identidade. Bauman (1995, p. 26) afirma:

A ideia de “identidade”, e particularmente de “identidade nacional”, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como “um fato de vida” auto evidente. Essa ideia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos- e chegou como uma ficção. (...) A identidade só poderia ingressar no *Lebenswelt* como uma tarefa não realizada, incompleta, um estímulo, um dever e um ímpeto à ação. E o nascente Estado moderno fez o necessário para tornar esse dever obrigatório a todas as pessoas que se encontravam no interior de sua soberania nacional. Nascida como ficção, a identidade precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade (mais corretamente: na única realidade imaginável) – e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos.

O Estado buscava a obediência dos indivíduos representando-se como a promessa de um melhor futuro e a plena garantia da continuidade. A ideia de identidade nasceu da crise do pertencimento. A nação precisava do Estado por motivo de segurança no presente e no futuro, assim, era necessário proclamar um futuro compartilhado. O projeto de controle do Estado prevê a eugenia. Bauman (1995, p. 29) explica:

A severidade das exigências era um reflexo da endêmica e incurável precariedade do trabalho de construir e manter a nação. Permitam-me repetir: a “naturalidade” do pressuposto de que “pertencer -por-nascimento” significava automática e inequivocamente, pertencer a uma *nação* foi uma convenção arduamente construída – a aparência da “naturalidade” era tudo, menos “natural”.

Sobre as representações identitárias da sociedade civil, e em específico a de Angola, há a necessidade de diferenciar a ideologia da modernidade e da tradição de acordo com Abreu (2006, p.28):

Os sentidos inscritos nessas representações, designadamente as tensões entre regulação e emancipação, entre Estado e sociedade civil, e entre o Estado-nação e os impactos da globalização, apontam para a necessidade de complementar o quadro de referências fornecido pelas teorias da sociedade civil com a análise do processo de constituição do espaço público em Angola, numa perspectiva que se coloque para além da clássica dicotomia modernidade versus tradição, entendida a primeira como constante renovação e inovação, movimento em relação ao futuro e abertura à mudança permanente, e a segunda como passado, retrógrado, fora de moda, e imutável.

A ideologia de dominação que defendia a preservação da modernidade e da tradição se mostrou eficiente para a referência de dominação e construção da identidade do angolano como um ser inferior, incapaz do autodesenvolvimento e de governação. As culturas africanas foram identificadas como tradicionais em comparação às culturas europeias compreendidas como progressistas. Sobre essa diferença referencial sobre as culturas, Abreu (2006, p. 29) discorre as seguintes consequências:

Na verdade, estas tentativas de interpretação perpetuam a dicotomia, dão espaço à construção de identidades individuais e coletivas artificiais porque se alicerçam em percepções estranhas aos próprios grupos que visam categorizar, enraízam pretensas contradições e rivalidades, distorcendo a realidade e estabelecendo quadros analíticos incapazes de dar conta das possibilidades de recriação de relações sociais mais amplas e inclusivas. Acima de tudo, alimentam a dualidade, demonstrando ignorar a faceta constante de mudança das chamadas “tradições” e a ambiguidade nelas incorporada por via dessa mudança, por um lado, e a contínua transformação da própria modernidade em função dos novos contextos criados, por outro.

Por esse viés é possível afirmar que a forma de dominação em Angola fragmentou a nação, já que estabeleceu vários grupos em pequenas minorias definidas culturalmente e, dessa forma, fortaleceu as diferenças estabelecidas no processo de colonização, acentuando ainda mais o abismo social: o mundo urbano e o mundo não-urbano.

A globalização afetou as representações sociais em Angola. De acordo com Abreu (2006), há uma expectativa do povo angolano de uma ligação entre os mundos urbano e não-urbano para a conquista da produção e o desenvolvimento da sociedade

civil angolana com condições de vida mais justas e pelo respeito e reconhecimento das suas identidades culturais para o pleno desenvolvimento da nação de Angola.

O capitalismo atravessou o modo de vida dos cidadãos que estão no poder ou próximos dele. Setores da bem sucedida economia do petróleo e de vários outros segmentos econômicos favorecem as elites e refletem a modernidade, contudo, nesses costumes, de acordo com Abreu (2006), é possível encontrar traços do tradicional. Nesse movimento, fica evidente a identificação da banalização da vida em um país com o histórico de mais de 25 anos de guerra civil: o abismo social persiste, a violência impera e observa-se o individualismo e o descaso com os semelhantes angolanos.

De acordo com Bauman (2017), a sociedade de consumo leva o indivíduo a perder a sua singularidade, sua criatividade, sua imaginação, em outras palavras, a consciência de si. É impossível não pensar em indivíduos sem fazer várias observações sobre as suas condições de existência, sobre o modo de sua individualização. Em tempos de Marx a humilhação se reservava aos que tinham que vender por quase nada a sua força de trabalho, na pós-modernidade, ela atinge a todos os indivíduos trazendo a miséria material, física e social. No discurso da globalização, sujeitos são marcados pela descontinuidade, pela fragmentação, pela ordem da exibição de si. Existe a invasão contínua de necessidades de consumo ilimitadas, acarretando um empobrecimento interior não apenas no trabalho, mas também nas relações sociais, fazendo com que o indivíduo perca a sua identidade, sua estima e o respeito por si.

### **3.2 Luta pelo poder: globalização**

De acordo com Bauman (2017), o processo civilizatório pode ser apresentado como “uma reforma das maneiras humanas”, não de suas capacidades, predisposições e impulsos”. No curso da civilização humana, atos de violência contra a espécie foram camuflados para não ficarem à vista, contudo, ainda perpetuam sujeitos que eram concretizados como “impuros”, inferiores, subjugados - servidores submissos e, assim, designados pertencentes a uma subclasse – e por isso, fora do sistema de classes da sociedade. Ainda hoje, esse processo subsiste e vivenciamos a ideia da *violência boa* e *violência má*. A primeira praticada a serviço da lei e da ordem e a

última perpetrada com o propósito de minar, corromper e incapacitar a interpretação corrente de lei e de ordem.

Temos nesse fato a contradição marcada como essência na ação dos Estados como explica Balman (2017, p. 22 e 23)

Talvez a mudança no pensamento possa se tornar inteligível como algo derivado da mudança na ação dos Estados, que abandonaram na, sua prática, se não em palavras, sua ambição anterior de deter o monopólio dos meios de aplicação da coerção? Ou quem sabe o direito de estabelecer a fronteira entre coerção legítima (isto é, que serve à preservação da ordem) e ilegítima (isto é, perturbadora e demolidora da ordem), antes compreendido como prerrogativa de agentes altamente seletivos, fixados de modo definitivo e inequívoco não entrou para o rol cada vez mais amplo das questões “essencialmente contestadas” [...] O direito de estabelecer (ou reestabelecer, se necessário) a fronteira entre coerção legítima e ilegítima, permitida e proibida, legal e criminosa, tolerada e intolerável é o objeto principal pela luta pelo poder.

As identidades culturais nacionais foram deslocadas por um complexo de processos e forças de mudanças, que pode ser sintetizado sob o termo “globalização”. Como coloca Hall (2015, p. 39):

Lembremos que a globalização não é um fenômeno recente: “A modernidade é inerentemente globalizante” [...]. Como argumentou [...] os Estados-nação foram tão autônomos ou soberanos quanto pretendiam. E, como nos faz lembrar Wallerstein, o capitalismo “foi desde o início, um elemento da economia mundial e não dos Estado-nação. O capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas por fronteiras nacionais” [...]. Assim, *tanto* a tendência à autonomia nacional *quanto* a tendência à globalização estão profundamente enraizadas na modernidade.

Existem consequências da globalização sobre as identidades culturais e uma das possíveis consequências colocadas por Hall (2015, p.40): “As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades -híbridas – estão tomando seu lugar.”

Abreu (2006, p. 38) descreve o movimento da busca da manutenção de identidade, apesar da dominação:

A visão reducionista dos aparelhos formais criados pelo Estado pressupõe a inexistência de nada mais para além dos mecanismos estatais, formais e oficiais, de controle social e de resolução de conflitos. Mas a sociedade não se reduz ao Estado e não é possível ignorar as diferenças locais próprias da diversidade histórica das ordens jurídicas extraestatais. A pluralidade cultural, a diversidade étnica e o pluralismo das ordens jurídicas das nações conquistadas sobreviveram aos modelos coloniais de dominação, e à

institucionalização da hegemonia do direito estatal colonial, que subordinava ou simplesmente ignorava as formas jurídicas e os direitos africanos. Mas as formações sociais não desistiram de construir ou procurar manter instituições que melhor correspondessem às suas necessidades, estruturadas em torno de valores de partilha, de solidariedade e de identidade, até como estratégia de sobrevivência.

Com a globalização o próprio processo de identificação em que se projetam as identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático. A pós-modernidade traz uma celebração móvel em constante transformação pelas formas de representação. A identidade é histórica e não biológica. No “eu” há identidades contraditórias que impulsionam para diferentes posições ocasionando, assim, os deslocamentos.

Há uma variedade de diferentes posições do sujeito – identidades e, num processo complexo, é constituído um conjunto articulado com características positivas, já que ao produzir a desarticulação das identidades estáveis do passado vem à tona novas identidades – de novos sujeitos. Nessa perspectiva as consequências políticas ficam evidentes na fragmentação e pluralização de identidades, conforme descreve Hall (2015 p. 42):

Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de *todas* as identidades culturais fortes. [...]. Os fluxos culturais, entre as nações, e o comunismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, “clientes” para os mesmos serviços, “públicos” para as mesmas mensagens e imagens – entre pessoas que estão bastante distantes uma das outras no espaço-tempo. À medida que as culturas nacionais se tornam mais expostas à influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.

De acordo com Hall (2015) trata-se de uma identidade móvel, múltipla e fragmentada, muito diferente da anterior que era única e estável. Temos, então, na pós-modernidade identidades vivenciadas por seres que apresentam contrariedades. Esse efeito pode ser justificado pelas mudanças em que a globalização aparece como o agente desencadeador dos processos intrínsecos nas relações sociais, já que as relações temporais e espaciais modificam as formas de interação entre os sujeitos e identidades culturais. Essas transformações velozes representam um desenvolvimento ininterrupto que tem o poder de influenciar os sujeitos inseridos no processo de globalização.

### 3.3 Segurança e liberdade

Sigmund Freud, no século XX, em seu livro “O mal estar na civilização” afirma que a sociedade sempre viveu por meio de trocas e que já entregava liberdade pela segurança. Bauman (2017) expõe que podemos fazer uma analogia com a sociedade do século XXI: hoje, existe a entrega da segurança em troca da liberdade e temos, então, dois dilemas. O primeiro é que nunca haverá a solução perfeita para o equilíbrio entre segurança e liberdade e o segundo é que sempre haverá muito de item e pouco de outro, seja qual for a solução proposta.

Esses dois valores – segurança e liberdade são indispensáveis para uma vida satisfatória. Não é possível ter uma vida digna na ausência de um desses elementos. Segurança sem liberdade é escravidão e liberdade sem segurança gera a incapacidade de realização e de planejamento – o caos. Um jogo de ganhar e perder estará sempre entre esses dois valores.

Na pós-modernidade, o indivíduo é obrigado a criar uma solução individual para problemas criados socialmente. Desse modo, de acordo com Bauman (2017), podemos considerar que a política é a guerra por outros meios. É necessária a condição social do indivíduo em constante afirmação de si, de autocontrole e de autorregulação, em outras palavras : o indivíduo vive em guerra – um estado permanente de mútua suspeita e competição, já que existe um potencial atrito entre uns e outros. A negociação está em pleno declínio e passamos pelo processo de individualização. Esse fato gera uma situação que requer vigilância mútua e competição: nada é certo, nem nada é seguro, e, como destaca Bauman, não há mais como escapar da certeza de um mundo incerto.

A insegurança coloca o indivíduo sempre em alerta para evitar a instalação do caos diante do inesperado que trará o dano. Contudo, essas medidas não são efetivas para o individual e apenas atendem aos interesses gerais. A utopia de um Estado capaz de oferecer “segurança como liberdade”: libertar-se das duras exigências de subordinação e disciplina vem à tona por meio da privatização/individualização da ideia de “progresso” e de melhoria de vida. Para o alcance disso, as esperanças são colocadas no passado. Bauman (2017, p. 121) explica esse processo:

Tendo perdido ( ou dado as costas a) todas as visões de uma sociedade alternativa do futuro (melhor), e associando o futuro, se não algo “pior que o presente”, à ideia de “mais do mesmo” (mais um aumento de salário, mais uma promoção funcional, mais um novo *gadget*, mais umas férias, mais uma mudança na moda de roupas, carros, papéis de parede), não admira que , ao de forma nostálgica para as grandes ideias sepultadas (prematamente?) do passado. Nós podemos concluir que a visão de uma “vida melhor” se desembarçou do casamento celestial com o futuro. Em seu caminho para o divórcio, ela também foi mercantilizada, relegada a cargo dos mercados consumidores e abominavelmente empobrecida, por ter sido esvaziada de sua relevância ética.

Inserindo a questão de segurança e liberdade formação da sociedade civil angolana, Abreu (2006, p.59) faz uma explanação de contrapontos:

A ideia de sociedade civil remete a uma delimitação no âmbito da sociedade política, em princípio composta por todos os cidadãos detentores de cidadania política, excluindo os privados de liberdade, os doentes mentais, os refugiados e os exilados políticos. Contrapõe a uma visão inclusiva e universalista de cidadania, a ideia de uma cidadania “civil”, mais selectiva e restrita, reservada ao conjunto de formas de auto-organização social, intermediárias, distintas do Estado, da família, e do mercado, com capacidade de deliberação e de ação coletiva em defesa ou promoção dos seus direitos ou interesses, sem a pretensão de exercer o poder, e que se regem por normas ou regras de civilidade. O modo “civil” de olhar a árvore sem perder de vista a floresta, mobiliza valores como igualdade, liberdade, tolerância, espírito público, sentido de justiça, solidariedade, lealdade, e outros como virtude cívica e cidadania, opondo ao estado natural de todos contra todos, e às formas hierarquizadas de organização social, estatal, religiosa, militar, soluções produzidas por atores sociais em situações únicas, porque caracterizadas por contextos socioculturais distintos.

O entendimento da constituição da sociedade civil em Angola, agregou-se à praticidade da ideia política, inspiradora da ação. Sobre a teoria da sociedade civil em torno da identificação da vida associativa fora do Estado, Abreu (2006, p. 61 e 62) evidencia:

[..] a teoria da sociedade civil em torno da identificação da vida associativa fora do Estado, parece não dar conta da complexidade da situação em Angola, mostrando-se incapaz de explicar por que razão o crescimento do número de organizações da sociedade civil não se reflecte numa maior abertura do espaço público angolano à pluralidade de visões e de maneiras de estar em sociedade. Embora tenha havido um crescimento significativo das organizações da sociedade civil tanto em quantidade quanto na diversidade dos temas que endereçam, este crescimento não se refletiu na inclusão de novos atores sociais e suas agendas no espaço público, nem deu origem a qualquer processo nesse sentido.

A sociedade civil angolana tem se tornado mais visível, contudo, ainda parece existir fragilidades para a composição da agenda política pública, já que o poder está

ainda mais centralizado no líder da nação de Angola. Diante dos inúmeros obstáculos para a produção da sociedade civil angolana e da transformação das identidades que é conduzida por meio da globalização, consideramos necessário discorrer acerca do processo de formação da nação de Angola.

#### 4. MARCAS HISTÓRICAS: ENUNCIADOR E COENUNCIADOR EM ANGOLA

Antes de iniciarmos o capítulo, relataremos alguns dados específicos sobre Angola. O país está localizado no sul da África, com um território que abrange praias tropicais do oceano Atlântico. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Mundial de Comércio (OMC) e Instituto Brasileiro de pesquisa/países-IBGE, evidenciamos os seguintes parâmetros - referência ano de 2015,: **Área:** 1.246.700 Km<sup>2</sup>; **Designação oficial:** República de Angola Presidente e Chefe de Estado: José Eduardo dos Santos Data da atual Constituição: janeiro de 2010. **Principais Partidos Políticos:** Governo: Movimento Popular de Libertação de Angola (**MPLA**): 71,84% - 175 deputados; União Nacional para a Independência Total de Angola (**UNITA**): 18,66% - 32 deputados; Convergência Ampla de Salvação Nacional - Coligação Eleitoral (**CASA-CE**): 6,00% - 8 deputados; Partido de Renovação Social (**PRS**): 1,70% - 3 deputados; Frente Nacional de Libertação de Angola (**FNLA**): 1,13% - 2 deputados. Eleições 2012-2017. **Religião:** A maioria da população é cristã (Igreja Católica Romana), embora uma parte significativa pratique cultos e religiões locais. **Economia:** unidade monetária: Kwanza de Angola; PIB bruto: US\$ 116.194; PIB *per capita*: US\$ 4.167. **População:** 27.884.30 milhões de habitantes; densidade demográfica: 22,37 habitantes por km<sup>2</sup>; área urbana – residentes: 63,4%; área rural – residentes: 36,6%; mortalidade – taxa bruta: 9.052 por mil habitantes; natalidade – taxa bruta: 42,52 por mil habitantes. **Indicadores sociais:** expectativa de vida: 59,4 anos; IDH -Índice de desenvolvimento humano: 0,565; população com acesso à água potável: 54,52%; rede sanitária: 47,37%. **Meio ambiente:** produção de petróleo: 1,796 x 1.000 barris/dia; área cultivada: 4,16 % total da área; área pastagem permanente: 43,31 % - total da área. **Redes:** telefonia celular: 49,79%; telefonia fixa: 1,02%; acesso à internet: 12,40%. **Saúde:** consumo calórico: 2.219 kcal/dia; incidência de desnutrição: 25,60%.

Justificamos a existência deste capítulo por entendermos que para se compreender o sentido do discurso político e o que ele representa em termos de visão de mundo e da ação que o mesmo propõe, se faz necessário entendê-lo no seu contexto histórico e situacional. Dessa forma, apresentaremos uma síntese do processo de estruturação social e política e de Angola, que vai desde a chegada do

colonizador até o momento atual do pronunciamento dos discursos propostos nos *corpora* de análise.

#### 4.1 A chegada

A diretriz lusitana que era a de fazer “acordos” visando a possíveis trocas comerciais foi logo superada, logo após a chegada em Angola- África, em 1482, depois que os portugueses perceberam que poderiam dominar o território angolano para exploração presente e futura, a começar pela “necessidade espiritual” de converter os pagãos locais à crença católica europeia.

Até meados no século XIX, Angola era vista pelo colonizador como fonte de mão-de-obra escrava. Com a independência do Brasil, em 1822, Portugal chegou a até fazer esforços para a melhoria das relações com o território angolano, contudo, essa prática permaneceu inalterada até o final do século XIX. Boavida (1967, p. 46) faz o seguinte apontamento em relação ao período do tráfico negreiro no território angolano:

Luanda, que foi fundada em 1605 e teve foro de cidade em 1755, contava em 1854 com cerca de um mil oitocentos e trinta europeus, a maior parte dos quais habitando no alto da colina [...]. Os pescadores da ilha abasteciam o mercado da cidade e alguns pontos do interior com os produtos do mar, e comercializavam com os europeus da cidade alta. Os portugueses traziam produtos alimentares, que chegavam a Luanda nos porões vazios dos navios negreiros, e os trocavam pelos escravos que, durante quatro séculos, eles comercializaram em Angola.

Os portugueses foram forçados ao adentramento territorial angolano devido ao combate de algumas potências europeias à prática escravagista, que resultou no final da escravidão em 1878. Essa incursão foi marcada por imensas dificuldades em virtude da resistência das tribos locais. Contudo, no início do século XX, os portugueses obtiveram sucesso na conquista do Planalto Central Angolano.

Apesar das conquistas, Portugal somente era considerado pelas principais metrópoles europeias, graças à sua contribuição primitiva na “descoberta” do continente. As fronteiras angolanas são o resultado de acordos entre os colonialistas mundiais do século XIX. Em relação à demarcação das fronteiras por Portugal, Menezes (2000, p.111) afirma o seguinte:

Pode-se concluir, portanto, que as fronteiras atuais da República de Angola são o resultado de uma partilha feita pelas potências do último grande movimento colonialista mundial, ocorrido no século XIX, não levando em conta, tanto em Angola, quanto, possivelmente, nos demais países especificidades culturais e étnicas e os interesses dos povos autóctones, demarcando simplesmente linhas geográficas[...].

O uso da força militar, a habilidade de manipular os grupos autóctones e a criação de vilas e cidades marcaram a presença do colonizador português em Angola. Esse controle territorial somente se deu a partir das primeiras décadas do século XX. De acordo com Menezes (2000), com a justificativa de “colonizar” e de “catequizar” a população angolana, Portugal adota um colonialismo caracterizado como “colonialismo perverso” dividido em quatro fases:

O acúmulo de riquezas e a corrupção dos colonizadores portugueses no território angolano fazem parte da primeira fase da colonização lusitana (1494 a 1598) e, na avaliação de alguns especialistas, de acordo com Menezes (2000), foram marcantes e definiram comportamentos. Menezes (2000, p.115) conclui:

Esse caráter parasitário de colonização, na qual a preocupação precípua era a máxima extração com um mínimo de esforço (aplicando-se o que chamamos de princípio do “mínimo necessário”) seria, em grande medida, o responsável pelo travamento do desenvolvimento econômico das colônias e, em certo sentido, da própria metrópole, que passaria a experimentar, gradual e continuamente, um processo de estagnação que, num círculo vicioso, tornaria a exploração colonial portuguesa cada vez mais exacerbada e cruel.

A segunda fase da colonização lusitana (1598 a 1789) em Angola foi marcada pela concorrência intermetropolitana. Portugal continuou a aplicar a colonização do princípio “mínimo necessário” na organização político-administrativa, mantendo precariamente as condições de produção para a continuidade do fornecimento de escravos para a Europa e para o Brasil.

A terceira fase, colonização de dependência, com duração de todo o século XIX, revela a fundamental importância de Angola para Portugal, principalmente, após a independência do Brasil (1822), já que é marcada pela grande dependência econômica, diplomática e política em relação à Inglaterra e aos movimentos liberais ocorridos no mundo na época.

O quarto e último período denominado colonialismo tardio (início século XX até a independência) deveu-se ao fato de Portugal estar longe da época gloriosa de suas descobertas marítimas e experiências coloniais regionais. A estagnação da

economia portuguesa fez aumentar o caráter parasitário da exploração colonial, contribuindo para intensificar a condição de dependência para a manutenção da metrópole portuguesa.

A realidade angolana, em pleno início do século XX, retrata que embora já não houvesse mais a mão-de-obra escrava, o nativo era simplesmente alugado ou arrendado pelo governo, ainda que, legalmente fosse considerado livre. Esse pensamento contribuiu com a manutenção da estagnação das relações econômica e social, gerando a ausência de investimentos que permitiriam alavancar a economia do território angolano e, ainda, fez aumentar o racismo racial, ou seja, evidencia a debilidade trazida pelo colonialismo perverso.

Essa fragilidade foi evidente no que se diz respeito à evangelização católica. Paradoxalmente, Portugal, uma nação fortemente católica, foi incapaz de evangelizar de maneira competente o território de seu domínio, dessa forma, permitiu que as ações protestantes e de outras correntes fizessem esse trabalho. Em relação à essas ações Menezes (2000, p. 147) expõe o seguinte:

Angola experimentou também uma ação intensa de missionários protestantes, principalmente de origem canadense e americana. Os protestantes apresentavam atividade mais consistente e continuada, não obstante em menor volume que os católicos. As missões protestantes atuavam, sobretudo, na educação tanto do branco europeu quanto dos africanos admitidos ao sistema. A maioria das escolas existentes em Angola era particular ou pertencia a essas atividades missionárias.

Após a Segunda Guerra Mundial, Portugal criou manobras legais, a fim de se desviar da opinião pública internacional, contrária à exploração colonial. O trabalho de uma ideologia que favorecia o colonialismo foi imposto. Assim, não foram feitos investimentos educacionais, embora a educação fosse um elemento libertador, e quase a totalidade da população autóctone era analfabeta (99%). Além disso, havia a cobrança de impostos locais para a população, a fim de subjugar-los. Em relação às normas de emancipação do colonizador, Menezes (2000, p. 149) afirma o seguinte:

Só a “assimilação” poderia emancipar os “indígenas”. O nativo só se classificava como “civilizado” quando lhe era conferido o grau de emancipado, significando que possuía determinados índices de integração como “falar corretamente o português”, “ter profissão definida”, “apresentar bom comportamento”, “cumprir o serviço militar”, dentre outros.

Com o tempo, devido à política de repressão, os africanos foram abandonando a posição de conformismo com a situação e, a partir da década de 50, foram criados vários movimentos nacionalistas que tinham por objetivo a libertação de Angola. Todavia, houve uma grande luta por parte da polícia colonial contra esses movimentos, ocasionando a morte de mais de 50 mil angolanos e uma grande fuga dos nativos para os países vizinhos.

A abertura para a livre atividade do capital estrangeiro em Angola, em 1965, no governo Salazar, assegurou ao colonialismo português uma espécie de seguro do capital estrangeiro. Contudo, por pressão estrangeira e de alguns setores da sociedade portuguesa, houve modificações nos estatutos voltados para as colônias: a abolição do “Estatuto Indígena” (divisão do povo civilizado e do não-civilizado), criação de meios de acesso à instrução básica e, em 1963, foram criados os primeiros cursos superiores em Angola.

Durante o ano de 1974, as forças portuguesas cometeram muitos massacres no território angolano. Simultaneamente os movimentos nacionalistas se posicionavam. O movimento nacionalista FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), estava desejoso do poder, contudo, buscava possibilidades para cessar a guerra e acordos para beneficiar o seu grupo. Já o movimento MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), não escondia a intenção da instalação de uma República popular em Angola. Várias manifestações violentas aconteceram. O povo angolano pretendia a liberdade e os movimentos nacionalistas, o poder.

A guerra na África e a resistência dos movimentos africanos acelerou o golpe militar, em Portugal, executado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) que derrubou o regime salazarista – a mais longa ditadura da Europa Ocidental e assim, por consequência, se desfez o último império colonial europeu. A *Revolução dos Cravos* simboliza dentre tantos outros sentidos a independência de Angola.

Em meio de estratégias políticas entre 11 e 15 de janeiro de 1975, foi debatido e assinado, em Portugal, o Acordo de Alvor que se define como independência e soberania plena de Angola e estabeleceu um período de transição que iria de janeiro a novembro, no qual o governo seria exercido por representantes do FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

Devido ao acordo, uma intensa evasão humana e de recursos ocorreu em Angola por receio da chegada do “socialismo” e do “comunismo”. Tal fato gerou um gravíssimo impacto sobre a nova economia que estava para ser criada. Sobre o desenvolvimento socialista do poder, ABREU (2006, p.10) afirma o seguinte:

A opção por um modelo de desenvolvimento socialista, apresentada como inevitável dado o contexto da guerra fria no âmbito do qual Angola foi um dos palcos do confronto entre os ex-blocos capitalista e socialista, não só não corrigiu tais distorções, como contribuiu para exacerbar conflitos sociais e culturais, muitas vezes com base em argumentos étnicos ou raciais, resultantes da colonização e formação de um estado colonial pela anexação dos diversos reinos que existiam no espaço geográfico que hoje corresponde ao país Angola, com consequências políticas, sociais e econômicas evidenciadas pelo elevado nível de exclusão social e pela igualmente crescente desigualdade social, privilegiando uma pequena minoria e lançando a grande maioria da sua população numa situação de pobreza bastante acentuada.

No transcorrer do acordo, por desentendimento explícito entre a FNLA e MPLA, um confronto armado foi seguido. Como resultado, com a ajuda da população, o MPLA expulsou do Governo de Transição os membros do FNLA e da UNITA e iniciou uma ofensiva para a conquista do país, que foi tomado militarmente. Assim, no dia 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto, líder máximo do MPLA, proclama a República Popular de Angola e torna-se o primeiro presidente com mandato indeterminado. Com sua morte, em setembro de 1979, o governo foi sucedido pelo engenheiro José Eduardo dos Santos, segundo líder do movimento.

## **4.2 Angola: herança do colonizador**

A guerra representou um duro golpe na economia de Angola, sobretudo, porque os recursos despendidos fizeram falta às políticas de reconstrução e de desenvolvimento do país. Seu termo só foi possível em 1991, porque de um lado cessaram os esforços da Guerra Fria, já que o enfraquecimento da União Soviética e o encaminhamento de Angola para o capitalismo já não justificavam os gastos com a UNITA que sem a cooperação estrangeira, já não podia sustentar conflitos em um território tão amplo, além de suas ações não serem reconhecidas internacionalmente.

A alegada adesão do MPLA ao comunismo trouxe dúvidas e reservas à comunidade internacional sobre a abertura democrática. Além disso, partido e governante supremo estavam voltados para o não esvaziamento do controle do poder,

contudo, havia a consciência de que assuntos como democracia, economia de mercado e direitos humanos deveriam ser discutidos para a construção da nação.

As primeiras eleições multipartidárias, em setembro de 1992, trouxeram euforia ao povo angolano, já fustigado pela guerra. Em Luanda, após as eleições, os cidadãos livres do terror, confiaram mais na capacidade política e negocial do presidente José Eduardo dos Santos para encontrar uma saída pacífica para a crise. Havia a ilusão de que o partido UNITA e sua autoridade suprema – Jonas Savimbi fossem derrotados. Por outro lado, a “elite” denunciava que a crise continuaria, já que a corrupção ainda vigorava: fortunas eram conquistadas da noite para o dia. Albuquerque (2002, p. 23) sobre as consequências da corrupção evidencia o seguinte:

Ninguém queria saber que os bairros da lata fossem campos de morte. Os que apodreciam pelos cantos, eram desconhecidos. Gente que nascia e morria sem se dar por ela, como se não tivesse passado nunca por este mundo.

O ambiente de esperança em Luanda, um ano depois, foi dissolvido quando o líder Savimbi – UNITA tomou o território de Huambo e após 55 dias de guerra computou-se um saldo de 10 mil civis mortos. De um lado o presidente José Eduardo dos Santos – MPLA e de outro Jonas Savimbi – UNITA. Ambos jogavam o sacrifício da paz em uma conquista militar e condenavam o povo angolano a um depauperamento social-histórico e econômico.

Junto a esses opressores havia os interesses internacionais: EUA, Rússia, África-do-Sul, Cuba e Portugal. Esses iniciavam precocemente os seus militares e políticos paralelizando a guerra da pós-independência de Angola às outras guerras. Esse movimento produziu o êxodo dos cidadãos angolanos do interior das matas para o abrigo dos grandes centros urbanos. Assim, os sobreviventes das grandes marchas ocupavam as periferias das cidades e levantavam *musseques* dando forma às condições sub-humanas e configurando o abismo social na sociedade angolana.

O período de guerra -1975 a 1991, deixou o país à beira da falência. Conforme Albuquerque (2002), além de toda a destruição, ainda permaneciam pela maioria do território angolano 10 milhões de minas - uma por cada habitante. Diante da situação, em Angola, foi montada a mais gigantesca operação de fim humanitário de abastecimento por via aérea do mundo.

Alimentos e bens de primeira necessidade foram recebidos por doadores internacionais e pela Comunidade Europeia e eram transportados, regularmente, pelas províncias. Nesse processo houve um intenso esquema de corrupção com suspeitas de práticas por autoridades angolanas e de alguns agentes humanitários. Sobre o resultado dessas ações Albuquerque (2002, p. 39) expõe o seguinte: “E a certeza de que a caridade internacional ajudava a engordar a fortuna de alguns, e eventualmente, a matar a fome de uns quantos – poucos.”

A revisão constitucional foi produzida sob coerção dos meios de comunicação. O Ministério da Informação emitiu a circular 11/91, de 18 de março de 1991, que dispunha sobre a recomendação de não fazer críticas ao MPLA e aos programas de ação de seu governo. Dias depois, a Constituição resultou na instauração de Angola como um Estado democrático de direito, revogando do partido MPLA-PT o papel de força dirigente. O novo sistema atribuiu ao Presidente José Eduardo dos Santos a chefia do Estado e do Governo e o Comando-Chefe das Forças Armadas. Aos cidadãos foram reconhecidos os direitos de associação, reunião e manifestação e foram promulgadas as seguintes leis: Leis do Sistema Político Multipartidário, Lei Constitucional, Lei dos partidos Políticos, Lei das Associações, Lei do Direito de reunião e Manifestação, lei do Estado de Sítio e de Emergência, lei da Nacionalidade, Lei do Plano e do Orçamento Geral do estado de 1991.

Várias manobras de guerra sucederam-se durante os trabalhos na 9ª Assembleia Geral do Povo que tiveram consequências trágicas para a sociedade angolana: a ajuda humanitária foi suspensa, pois várias regiões eram impedidas de acesso pelos comandos cubanos armados. Albuquerque (2002, p. 51) sobre os episódios expõe o seguinte:

Acompanhar aquele trabalho de assistência, da ONU, permitiu-me perceber a dimensão do sofrimento do povo angolano, atormentado por uma guerra que não desejava, mas à qual estava amarrado, sem forças para lhe resistir, ou sequer dela se libertar. Os senhores da guerra impunham a sua vontade, apoiados em vergonhosas cumplicidades externas, pondo o país cada vez mais a ferro e fogo, levando à destruição de vidas e bens a um grau nunca atingido, mesmo ao longo dos anos porque se prolongou a insurreição contra o regime colonial português.

Assim, após 16 anos de guerra civil, no dia 31 de maio de 1991, o presidente da República José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA – Jonas Malheiro

Savimbi, assinaram em Lisboa o Acordo de Paz para Angola, sendo conhecido como os Acordos de Bicesse.

No plano político, o Governo aceitou a livre e total participação da UNITA na vida do país que reconheceu José Eduardo dos Santos como Presidente de Angola e as leis existentes até a realização das eleições democráticas e multipartidárias e, por fim, ambas as partes comprometeram-se a libertar os prisioneiros de guerra cujos nomes constassem na lista entregue ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Assinados os Acordos de Bicesse, os ânimos alteraram-se e a prática da condução das ações mostrou-se frágil, já que muitos pontos foram contestados pelos dois lados que começavam pela não extensão da administração do Governo por todo país e a afirmação de Savimbi de que não poderia considerar “as leis justas” do MPLA. Havia um incontido desejo do governante da UNITA de obter o poder e desempenhá-lo de maneira igualitária com o MPLA.

Diante da quebra constante dos Acordos de Bicesse e as ações insuficientes da CCPM o presidente José Eduardo dos Santos anunciou, em janeiro de 1992, uma proposta à diferentes partidos e outras forças políticas e religiosas para uma reunião multipartidária com o objetivo de criar mecanismos legais para regular o processo de transição para as eleições de setembro. Em uma conferência multipartidária foram aprovadas emendas à constituição, à Lei Eleitoral, às normas de consulta popular como a escolha dos observadores internacionais.

No quadro político emergente de transição para um sistema multipartidário, surgiram vários novos partidos, que fizeram acordos com o MPLA -PT e com a UNITA. Isso resultou em crescente polarização para as eleições de 1992. As mudanças dos anos 90 foram além dos acordos em nível político e diplomático e se refletiram na mobilização e na transformação da sociedade angolana.

Apesar de toda intervenção dos agentes internacionais era evidente a fragilidade e possíveis rupturas do processo de pacificação e a situação parecia fugir ao controle de todos. Com a proximidade das eleições um clima intenso de discussões políticas tomava o país. Albuquerque (2002, p. 175) descreve a euforia e tensão na sociedade angolana:

Nas ruas, nas empresas, em convívios e aos serões familiares, falavam com paixão de escolhas, simpatias e opções. Definiam adversários e

caracterizavam parceiros. Neófitos no exercício faziam-no, por vezes, com emoções exacerbadas e afirmações temperamentais, ultrapassando os limites da razoabilidade. Como resultado, avolumou-se por todo o país em clima de tensão, marcado por incidentes, envolvendo quase sempre apoiantes e simpatizantes dos dois partidos, a que, muitas vezes, se juntavam militares e polícias. Paradigmáticos eram os casos de Huambo e Malange.

### **4.3 Caminhos para democracia**

Depois de quase 500 anos de domínio português e de 18 anos de pós-independência, foi possível um acordo entre o governo e a UNITA para a realização de eleições diretas e multipartidárias em Angola. Com o registro eleitoral em todo o país sob a fiscalização do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o processo de votação, nos dias 29 e 30 de setembro de 1992, ocorreu de forma ordeira sem incidentes relevantes, suscetíveis de comprometer o processo.

O resultado das eleições evidenciou que o governo do MPLA obteve 49% dos votos, contra 41% da UNITA. Jonas Savimbi, líder da UNITA não reconheceu sua derrota e diante disso, houve reinício das hostilidades. As eleições presidenciais e legislativas em Angola foram inconclusivas, com a recusa da UNITA em aceitar os resultados, apesar desse contraponto, podemos considerar que as eleições estabeleceram uma parte importante de um processo de desenvolvimento democrático em Angola.

Políticos e diplomatas empenharam-se para fazer Savimbi - UNITA aceitar os resultados das eleições. Em atitude extrema, a administração dos Estados Unidos insistiu para que o líder da UNITA aceitasse os resultados das eleições e submetesse à segunda volta das presidenciais.

Em 16 de novembro de 1992, Jonas Savimbi, por meio oficial, admite os resultados das eleições, contudo, simultaneamente reafirma que elas foram fraudulentas e irregulares. Políticos e diplomatas consideraram que se instaurava, a partir daquele momento, uma difícil tarefa para a ONU, já que se aceitasse as justificativas de Savimbi aventariam a possibilidade de sempre apoiarem eleições fraudulentas em Angola. O Governo deu pouco valor ao comunicado de Jonas Savimbi e naquele momento colhia informações de que a UNITA se preparava para uma nova guerra para a conquista do poder.

Antecipando-se ao confronto, o presidente Eduardo dos Santos, em 20 de novembro de 1992 recebeu os observadores dos Acordos de Bicesse para a discussão das atividades da CCPM. Para a continuação da discussão convocou todos os partidos que havia eleito deputados no pleito. Como resultado da conferência multipartidária o Governo substituiu os homens de confiança do líder na UNITA – ausente nas discussões e foi investida a Assembleia Nacional de Angola, sendo o primeiro parlamento da história de Angola eleito democraticamente. Contudo, continuaram os conflitos entre os partidos e os combates em Angola. No último trimestre de 1993, a UNITA somava muitas vitórias no campo militar e havia a projeção de que já tinha se apoderado de 70 por cento do território angolano.

Representantes da ONU foram substituídos e as tentativas internacionais para um acordo de paz prosseguiram. Em novembro de 1993, as negociações de paz foram reiniciadas em Lusaka, capital da Zâmbia, onde foi assinado, em 20 de novembro de 1994, o Protocolo de Lusaka, implementação dos acordos de paz para Angola, estabelecido entre o Governo da República de Angola e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), com mediação da Organização das Nações Unidas (ONU), representada pelo Secretário Geral da ONU em Angola, Senhor Alionune Bolndin Beye. Esse documento foi assinado na presença de representantes dos países observadores do Processo de Paz em Angola, sendo: o Governo dos Estados Unidos da América, Governo da Federação da Rússia e Governo de Portugal. O Protocolo de Lusaka tinha como objetivos essenciais o seguinte: 1) Concluir a implementação dos acordos de paz para Angola; 2) Assegurar o funcionamento regular e moral das instituições resultantes das eleições realizadas em 29 e 30 de setembro de 1992; 3) Instaurar a Paz justa e duradoura no quadro de uma reconciliação nacional.

Contrariando as expectativas, as principais disposições do acordo – uma trégua e mudanças constitucionais para que Jonas Savimbi assumisse a vice-presidência do país – não foram postas em prática até o final de 1995 e a guerra prosseguiu.

Albuquerque (2002, p. 12), correspondente da RTP – em Angola desde 1991, desabafa acerca da situação de Angola pós-guerra:

A guerra dilacerou o país de lês a lês, rasgando-lhe chagas profundas de difícil e vagarosa cicatrização. Mais do que vontades de reconciliação, gerou

inúmeros ódios, desejos de vingança. Angola é um país enfermo e magoado. Natural e compreensivelmente, o seu povo, incluindo expressiva fatia que se organizou à margem da ficção oficial, numa tentativa “clandestina”, muitas vezes suicida de resistir à predadora cleptocracia reinante nos dois lados, vive com a susceptibilidade agarrada ao coração e os nervos à for da pele, vendo inimigos por toda a parte, aprisionado pelo medo, reagindo por vezes, cega e irracionalmente, o que pode parecer insignificante.

Após a assinatura do acordo de Lusaka em 1994, houve uma trégua na guerra, contudo, as forças de poder comandadas pelos líderes dos partidos MPLA e UNITA em uma constante disputa pelo poder, deflagam uma nova guerra civil em Angola, em 1998. Tendo o MPLA o poder político e a dominação da população e por fim obter o assassinato do líder da UNITA - Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002, é declarado o fim da guerra civil e assinado a complementar ao Protocolo de Lusaka – Luena, em 04 de abril de 2002. Nesse momento, os dois lados comprometeram-se pôr fim às hostilidades e reestabelecerem a paz em todo o território angolano.

Podemos considerar a guerra civil angolana como uma batalha da Guerra Fria, já que a União Soviética e os Estados Unidos da América, com seus respectivos aliados, prestaram assistência militar significativa às partes envolvidas nos conflitos armados. De acordo com a ONG *Humam Rights Watch (2013)*, o conflito gerou aproximadamente um milhão de mortos e 4,1 milhões de pessoas abandonaram suas casas, a fim de fugir das táticas de terror durante os conflitos. Esses deslocados, em condições sub-humanas, buscaram refúgio no interior do país e nos territórios vizinhos Zâmbia e República Democrática do Congo.

A alta complexidade da questão requereu a incorporação dos Princípios Básicos sobre os deslocamentos internos das Nações Unidas (*Guiding Principles*) em sua legislação interna. Essas normas apareceram em acordos tripartite entre os governos de Angola, o ACNUR – *Agência da ONU para Refugiados*, o governo da Zâmbia e o governo da República Democrática do Congo.

O conflito armado civil que se estendeu por quase trinta anos devastou a infraestrutura de Angola, comprometeu seriamente a administração pública e as várias instituições do país. Quando finalizado, o sentimento da sociedade civil angolana estava fragilizado na percepção da realidade e do futuro que estava por vir. Sobre essa percepção Abreu (2006, p.10) discorre:

A sociedade angolana permanece refém de um passado recente, no qual o discurso político foi bipolarizado pelos dois protagonistas da guerra civil, a

vida quotidiana militarizada, e a sociedade silenciada. E três anos após a assinatura do Acordo do Luena, um cessar-fogo assinado pelas mais altas patentes do exército angolano e das forças militares da UNITA numa demonstração que a chave para a solução do prolongado conflito angolano era militar, parece oportuno reflectir sobre o atual momento que o país vive.

Dentre as questões vividas nesse momento histórico de Angola, podemos considerar a opção pelo sistema socialista como organização econômica, fato inevitável já que o contexto da Guerra Fria tem Angola como um dos palcos do confronto entre os ex-blocos capitalista e socialista. Esse processo trouxe consequências políticas, sociais e econômicas extremamente negativas que ficaram evidentes no alto nível de exclusão social e produção de um abismo social marcado pelo privilégio de uma pequena minoria e a grande maioria da população angolana vivendo numa situação de pobreza extrema. Abreu (2006, p.13) descreve as pretensões da sociedade civil no pós-guerra:

Quanto às organizações e aos cidadãos que se mobilizaram para exigir o final do conflito armado pela via do diálogo amplo envolvendo representantes de todas as camadas e grupos sociais, cabe agora a reavaliação das suas pretensões de participação nesta nova etapa de construção da Paz social. Isso implica a sua reorganização para confrontar o regime político com as exigências de inclusão na discussão, aberta e nacional, dos inúmeros problemas que o país enfrenta e na busca das soluções para os mesmos, entre os quais a definição dos caminhos que coloquem Angola na trilha do desenvolvimento, entendido como projeto nacional orientado para a democratização social, política e econômica, e ampliação da cidadania a todos os angolanos, ancorado na criatividade e na coragem inovadora de procurar seu próprio caminho.

Os fatos gerados durante o período pós-guerra de 2002 a 2015 culminam na seguinte situação política, econômica e social de Angola, de acordo com o Relatório Social de Angola – ano 2015 (2016, p.11), com as seguintes observações: “... no domínio político e da participação dos cidadãos foi apresentado um quadro ruim, sendo piorado por uma crise econômica e social que se instalou no mercado internacional devido à baixa de preço do petróleo...”

Essa situação marca o crescimento do movimento de adesão às oposições ao governo. Agentes políticos e sociedade caminham para uma alteração da correlação de forças da política nacional. Direitos fundamentais de cidadania são violados e não passam despercebidos pela Comunidade Internacional que registra e divulga relatórios causando eco na opinião pública nacional e estrangeira.

Embora o discurso oficial conclamasse a participação de todos os angolanos na reconstrução nacional, o processo estava fechado no Poder Executivo. Ainda resta o legado da guerra e os antagonismos armados ainda determinam a estrutura política de Angola.

No tocante a construção da sociedade civil angolana é possível observar que, depois de 40 anos após a independência, os cidadãos angolanos, na sua maioria, são privados de seus direitos essenciais e o país enfrenta inúmeros desafios como por exemplo: os avanços na promoção de iniciativas visando a participação da sociedade civil em questões políticas. Existem retrocessos em relação aos direitos e liberdades de reunião, manifestação, religião e outros. Há, então, dúvidas - no âmbito nacional e internacional, quanto Angola viver um regime democrático. Essa polêmica é evidenciada no *Relatório Social de Angola* (2015, p.13):

Pode, então, o regime angolano ser considerado, neste estado, uma democracia? Apesar do discurso oficial, para uma grande parte dos angolanos não o é. Até porque para este regime, o ponto essencial é a sua auto-reprodução, a dominação e apropriação e não os interesses de Angola e dos angolanos. O *Economist Intelligence Unit Democracy Index*, Índice de Democracia no Mundo, da prestigiada revista *The Economist*, classifica o regime político angolano como “autoritário”, colocando -o na 131.a posição (num total de 167 países), onde já esteve em 2010, atrás de países como Cuba (129.a ), que é um regime de partido único declarado. Isto porque no item “processo eleitoral e pluralismo” Cuba regista 1,75 pontos, enquanto Angola fica-se por 0,92. Em consequência, Angola em 2015, num outro índice, o das liberdades humanas, surge numa posição mais recuada, em 135.o lugar, atrás do Mali, da China, da Serra Leoa, com fracos indicadores em relação às “liberdades pessoais ou individuais” (5,96), à “liberdade económica” (5,46) e à “liberdade política” (5,71).

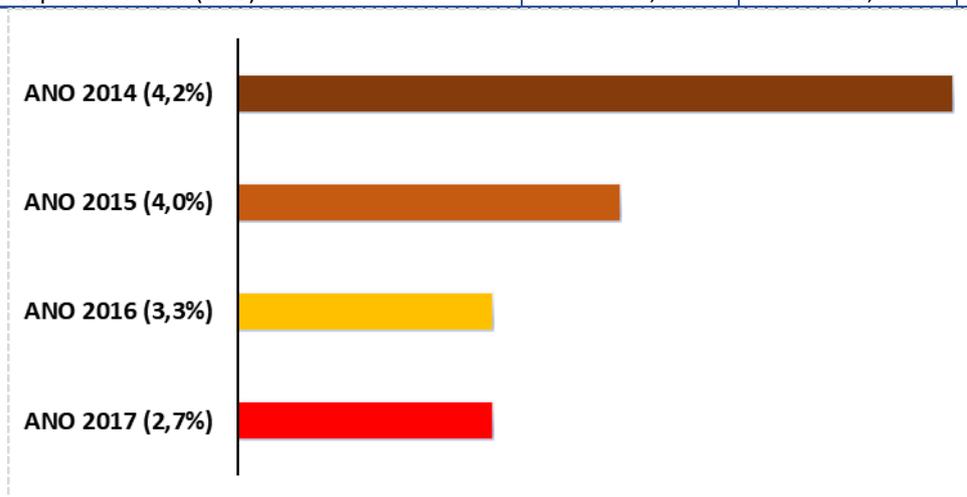
Além disso, considera-se a permanência do Presidente da República no governo há 36 anos e a não solução de questões como a participação da sociedade em projetos políticos; dos direitos fundamentais dos cidadãos e das liberdades públicas; descentralização político-administrativa e da proximidade do poder por meio da implementação das autarquias locais.

A separação dos poderes em Angola foi regulamentada pela Constituição de 2010, sendo caracterizado como poder moderador – um poder que equilibra os outros e atua como facilitador entre as mais variadas tensões políticas-legais. A comunicação social estava quase na sua totalidade controlada pelo poder político e econômico, sendo condicionada a servir os interesses do grupo de poder, ou seja, as instituições

do Estado estavam todas subordinadas aos interesses do poder do Presidente da República e do seu partido.

Um decréscimo nas condições de vida e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ficam explícitos na exposição de dados do ano de 2015, como evidenciam os quadros e gráficos econômicos abaixo:

VARIAÇÕES NO VALOR NOMINAL DO PIB POR HABITANTE POR EFEITO DO RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA CRISE DO PETRÓLEO			
Rubricas	2013	2014	2015
PIB (mil milhões de kwanzas)	12.056,3	12.462,3	11.568,0
População (milhares de habitantes)	25.111,0	25.789,0	26.485,3
PIB por habitante (kwanzas)	480.120,0	483.241,0	436.771,0
PIB (mil milhões de dólares)	124.200,2	129.300,2	102.132,1
PIB por habitante (USD)	4.946,0	5.014,0	3.856,1



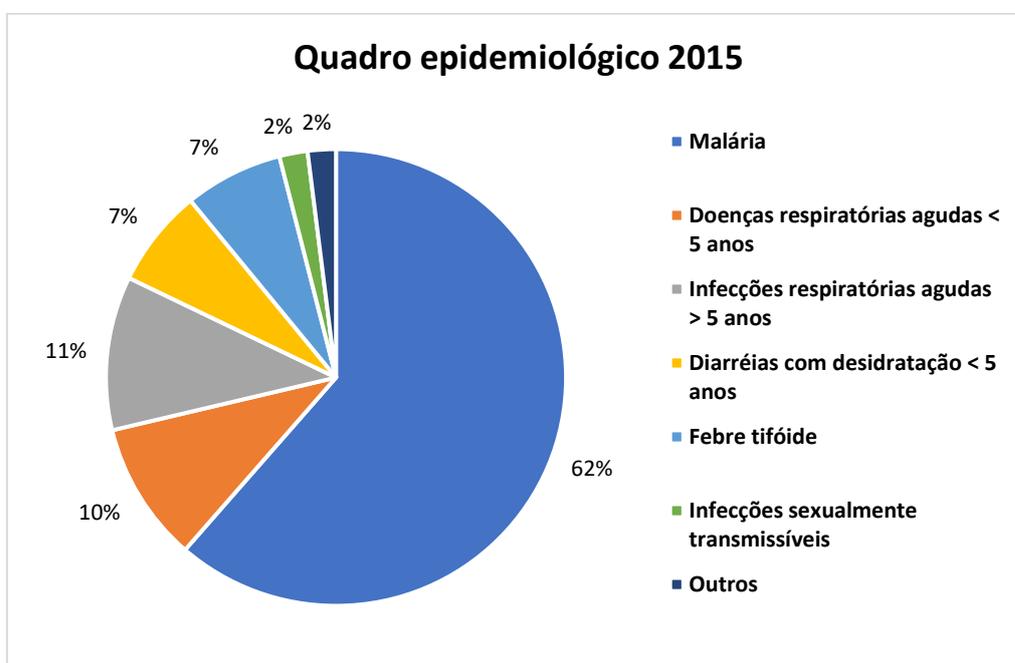
FONTE: Relatório de Fundamentação do OGE 2016. Estratégia de Mitigação dos Efeitos da Brusca Redução do Preço de Comercialização do Petróleo Bruto no Mercado Internacional no Âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Linhas Mestras para a Definição de uma Estratégia para a Saída da Crise Derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional, Janeiro de 2016. INE – Recenseamento Geral da População e Habitação, 2014. Fundo Monetário Internacional – Angola 2015 Article IV Consultation, Novembro 2015.

A queda das condições de vida da população, desde 2013, deu-se em razão das políticas públicas vazias e não enfrentamento das questões políticas e sociais necessárias para o crescimento das condições de vida da população e do IDH. O indicador para a avaliação do nível de vida o *Relatório Social de Angola* (2015, p.52) aponta o seguinte:

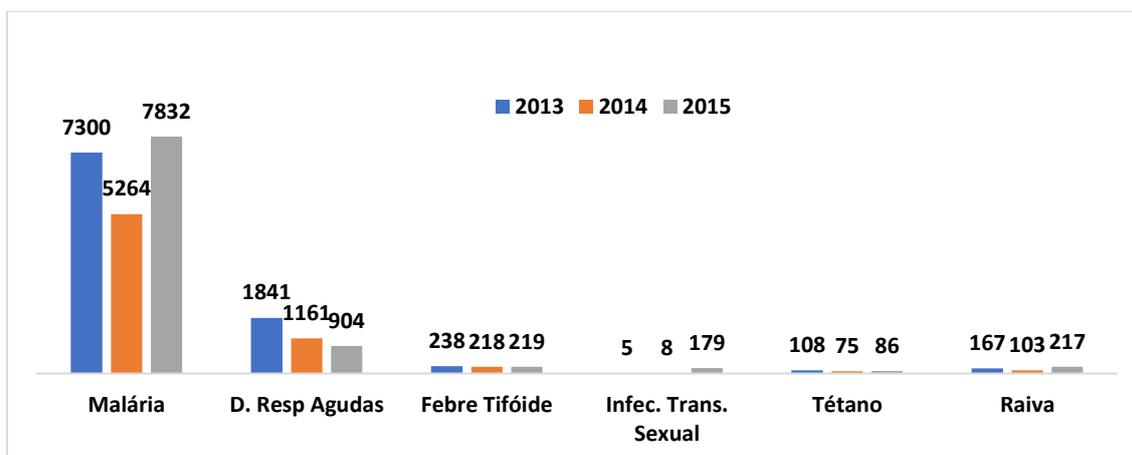
O indicador mais imediato para se avaliarem os níveis de vida – a despeito de todas as reservas colocadas ao seu carácter condensado, que esconde mecanismos e processos de acesso à renda – é o PIB por habitante. Neste

indicador não são visíveis as desigualdades económicas e sociais, sendo por isso discutível colar o crescimento do PIB à melhoria das condições de vida da população. De resto, conforme sublinhado anteriormente, o PIB aumentou apenas 2,8% em 2015 – o segundo pior registo desde a crise financeira e económica internacional de 2008/2009 – donde um incremento de 0,088% no rendimento médio de cada angolano, admitindo-se – por redução ao absurdo – um coeficiente de Gini na vizinhança de zero.

Sobre a questão da saúde em Angola, o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), apresenta os seguintes gráficos o primeiro distribui as doenças de maior incidência no ano de 2015 e o segundo faz um comparativo entre os anos:



FONTE: Universidade Católica de Angola (UCAN), Centro de Estudos e Investigação Científica, Relatório Social de Angola 2015, p.64, Luanda, 2016.



FONTE: Universidade Católica de Angola (UCAN), Centro de Estudos e Investigação Científica, Relatório Social de Angola 2015, p.65. Luanda, 2016.

De acordo com o Relatório Social de Angola de 2015, a desigualdade social, a educação e o acesso à saúde têm piorado. Os níveis de pobreza são altos e em contínua elevação em decorrência de um governo autoritário e de uma deficiente gerência da coisa pública em que nesses quarenta anos de independência marcam à desvalorização da saúde, haja vista um orçamento muito inferior às necessidades da população; ao fracasso educacional agravado pelos equívocos de projeção do crescimento populacional em idade escolar e conseqüente não-inclusão de crianças e jovens na idade de 03 a 23 anos no Sistema de Educação; a não garantia de índice mínimo do bem estar das famílias que abrangem todos os aspectos relativos à dignidade humana; à deficiência de políticas públicas à proteção de grupos vulneráveis; à não responsabilização por medidas de segurança relativas aos desastres naturais (cheias e secas); ao não fomento e proteção aos projetos de ONGs que poderiam trazer benefícios à população. Há o abandono nos mais variados âmbitos políticos capazes de assegurar os Direitos Humanos e a Justiça Social da nação angolana.

No próximo capítulo serão analisados os discursos do, então, presidente José Eduardo dos Santos, na assinatura do Acordo de Lusaka, em 20 de novembro de 1994 (anexo A) e no 40º Aniversário da Independência Nacional, em Luanda, na data de 11 de novembro de 2015 (anexo B), - recortes específicos para a análise deste trabalho.

## 5. ANÁLISE DOS *CORPORA*

### 5.1- Parâmetros para a análise

A constituição do *corpus* da tese buscou seguir o parâmetro da tradição da análise do discurso, partindo do pressuposto de que “discurso” é compreendido como um enunciado emitido sob condições ou produção definidas. Temos, então, como objeto de análise dois *corpora* : o pronunciamento do Senhor José Eduardo dos Santos, então, Presidente da República de Angola, na assinatura do Acordo de Lusaka, na Zâmbia, em 20 de novembro de 1994 (anexo A) e o pronunciamento presidencial por ocasião do 40º Aniversário da Independência Nacional de Angola, na Assembleia Nacional - Luanda, em 11 de novembro de 2015 (anexo B). Salientamos que as operações de coleta e organização das informações foram definidas a partir do universo de discursos do campo político de períodos e de condições de produção distintas, contudo, ambos os momentos podem ser classificados como de tensão, sendo o primeiro posterior à tomada do poder e o segundo como um discurso de prestação de contas.

A análise das condições de produção de discursos políticos mostra na identidade linguística a heterogeneidade do discurso. Pêcheux embasado na concepção de uma análise marxista da relação entre ideologia e discurso, considera o discurso como um dos aspectos materiais da existência da ideologia representada pelas *formações discursivas* interrelacionadas, determinando o que pode e o que deve ser dito baseado em uma posição dada em uma conjuntura.

Diante dessas considerações, vamos produzir uma análise considerando um sujeito dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia juntado a um outro no mesmo sujeito, concebido na AD – o dos *esquecimentos* que geram uma multiplicidade de sentidos pelo *interdiscurso*. Assim, a partir da análise da heterogeneidade do discurso no movimento construção/desconstrução e da constituição do *ethos* discursivo haverá a interpretação do “real” que favorece a regulação do coenunciador na recepção dos pronunciamentos presidencial angolano nos *corpora* estabelecidos.

### 5.2 Análise dos *corpora*: *ethos* discursivo

Retomamos o conceito com Maingueneau (2008): o *ethos* está ligado à intenção a que corresponde o discurso do locutor e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade oratória. É uma noção sociodiscursiva, um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma situação de enunciação.

A incorporação do *ethos* pelo coenunciador não é um processo uniforme; ela se modula de acordo com o gênero e o tipo de discurso (Maingueneau, 2008). Especificamente, no discurso político, essa incorporação se dá a partir de uma legitimação adquirida e atribuída. Além da legitimação, o sujeito político deve ser crível e persuadir o maior número de indivíduos, com os quais ele partilha valores. Em busca de resultados positivos, o enunciador se utiliza de meios discursivos que o ajudam na encenação do *ethos*.

O *ethos* político é voltado para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. Dessa forma, evidencia-se a complexidade da construção do *ethos* do enunciador político, pois os vários traços constitutivos do *ethos* de credibilidade e de identidade são relacionados às expectativas dos cidadãos, por meio de imaginários que podem atribuir valores positivos ou negativos às ações discursivas do sujeito político. Charaudeau (2008, p.116) cita a questão do *inconsciente* que perpassa a Filosofia e a Psicanálise na produção do *ethos* discursivo:

[...] é preciso acrescentar que o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído; o destinatário pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política. O *ethos* encontra-se no centro desse paradoxo que sustenta a filosofia contemporânea, que, mesmo sabendo que o sujeito não é *um* (Nietzsche), que ele é dividido (Lacan), quer fazer como se fosse de fato *um todo*. Trata-se de uma concepção idealizada do sujeito, que pode ser aplicada ao sujeito do discurso e que (é a nossa hipótese) guia a comunicação social na qual se constrói o *ethos*.

É importante salientar que a questão identitária do sujeito passa por representações sociais que são direcionadas pela realidade dos grupos sociais e configuradas como imaginários sociodiscursivos.

O pronunciamento do, então, Presidente de Angola José Eduardo dos Santos na assinatura do Acordo de Lusaka, na Zâmbia, em 20 de novembro de 1994, expressa a ambição do término de um longo período de guerra civil que imperava no território angolano desde a sua independência como colônia portuguesa em 1975 e

representava a afirmação de sua legitimação, de acordo com as eleições democráticas de 1992 (recorte A). No recorte seguinte temos o pronunciamento do mesmo presidente na ocasião do 40º Aniversário da Independência de Angola, na Assembleia Nacional, em Luanda, em 11 de novembro de 2015. Esse acontecimento decorre com o apelo de grande parte da sociedade civil e Instituições internacionais pelo respeito aos direitos humanos dos angolanos e ao benefício da coletividade gerado pelo poder político (recorte B). Esses percursos foram descritos no capítulo 4 desta tese.

De acordo com Osakabe (1979), temos no campo do discurso político um espaço imagens pressupostas que o enunciador faz do ouvinte e vice-versa; imagem que o enunciador faz do referente – o real, e a imagem que ele pressupõe que o coenunciador faça desse mesmo referente e, aliado a isso, temos o princípio de intenção por parte do enunciador que se dá por meio de um complexo processo discursivo.

Sobre a imagem da função política e pública, pressupõe-se que a imagem do coenunciador tem do enunciador político, no *recorte A*, está embasada na condição de produção de um sujeito legitimado por eleições diretas de abertura democrática, contudo, até o momento foi impedido de tomar posse por conta de conflitos com o líder do partido que disputou as eleições diretas para presidente. O enunciador parte do pressuposto de que a sua imagem é tomada pelos implícitos a respeito da função política.

A legitimidade reconhecida no *recorte B* é reconhecida por meio de eleições gerais em Angola realizadas em um processo democrático. De acordo com Charaudeau (2008), a instância cidadã encontra-se em uma posição de livre aceitação em uma eventual sanção e o sujeito coletivo pode controlar aquele que detém o poder existindo, dessa forma, a legitimidade para a prestação de contas.

Dito isso, podemos observar que embora se alterem as situações de condição de produção do discurso, a questão de dominação está inalterada. Considerada a situação de tensão, o enunciador representa a imagem de dominador tanto como Presidente da República como representante de um partido revolucionário – MPLA. Importante ressaltar que a imagem que o locutor tem do seu auditório é a imagem de dominação. Constitui-se nesse momento o *ethos* de credibilidade - razão.

Nesse contexto, temos o princípio da relação de dominação de seres humanos sobre outros seres humanos sempre apoiados na coerção legítima. Weber (2014, p. 392) configura a existência do Estado: “Para que ele continue existindo, os homens dominados precisam se *submeter*, portanto à autoridade continuamente reivindicada por aqueles que estão dominando no momento”.

Para Maffesoli (1997), a aceitação de classes ou castas constituiu o social e vale de substrato à dominação legítima do Estado e, assim, funda o resultado do político: a violência interespecífica, violência entre entidades distintas.

De acordo com Charaudeau (2008) , para construir para si a imagem de credibilidade por meio dos traços dos *ethé* de sério e de competente são necessárias indicações de autocontrole em relação ao tom e a escolha das palavras, tendo em vista as representações sociais que cada grupo faz a respeito “de quem é sério e de quem não é” e “de quem é competente e de quem não é”. Essas indicações estão presentes nos seguintes trechos:

### **Recorte A**

*(4) Que o desespero dê lugar a uma nova esperança. O Mundo tem os olhos postos em Lusaka e acredita que esta cerimônia solene que aqui nos reuniu vai finalmente assinalar o advento de uma paz definitiva para Angola.*

*(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*(7) Ampliar e consolidar as pontes do diálogo, apaziguar os espíritos e reconstruir no sentido material e moral a Nação não vai ser tarefa fácil, no momento em que a expressão de São Tomé “ver para crer” ganha força.*

*(9) Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de*

Observa-se nos recortes destacados um tom firme e comedido sem “frases de efeito”. As escolhas de palavras evidenciam construções simples conotando uma elocução serena. Essas características marcam a presença do *ethos* de sério. A presença do *ethos* de “competência” pode ser percebida nos trechos a seguir, pois denotam habilidade para a governança: existe o poder e a experiência necessárias para a realização dos objetivos.

*(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*(9) Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer outra natureza, seremos sucedidos.*

*(10) Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.*

Atrelado à constituição dos *ethé* de sério e de competente, o enunciador busca a adesão do coenunciador à aceitação da tomada definitiva do poder por ele e, simultaneamente, a retirada do líder e partido de oposição – UNITA para a conquista de suas intenções.

### **Recorte B**

Existem características que marcam a presença do *ethos* de sério: “tom” firme e comedido sem “frases de efeito” e as escolhas de palavras evidenciam construções simples, conforme observadas nos seguintes recortes:

*(1) Hoje é dia de glória! Dia de alegria! Há quarenta anos, em 11 de novembro de 1975, o Povo angolano libertou-se para sempre da dominação estrangeira e proclamou a sua liberdade e Independência Nacional.*

*(11) Ao celebrarmos a proclamação da Independência não devemos nos esquecer aqueles que sonharam com a Liberdade do Povo e resistiram com valentia ao longo da nossa história. Os nossos Reis que lutaram com bravura e preferiram morrer a lutar do que renderem-se ao ocupante estrangeiro são os nossos heróis, que inspiraram com o seu exemplo todos os patriotas angolanos que continuaram a batalha até ao fim.*

*(34) Expressamos os nossos agradecimentos pela ajuda material e pela solidariedade que nos brindaram os países amigos, individualidades e organizações durante a Luta de Libertação Nacional. Sublinhamos a Argélia, o Egito, Marrocos, o Congo Brazaville, a Tanzânia e a Zâmbia.*

A presença do *ethos* de “competência” é identificada nos trechos abaixo, é produzida a imagem de um enunciador que tem habilidade para a governança: existe o poder e a experiência necessárias para a realização de objetivos definidos de benefícios à coletividade:

(38) *Em 2002, iniciamos uma nova marcha sob o signo da esperança e da confiança em nós mesmos. Foi abandonado o princípio segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.*

(39) *Na política não vale tudo. Ela pressupõe o respeito pelo próximo, pelos princípios éticos, morais e cívicos. Felizmente, na luta política pacífica e democrática surgiu uma Constituição moderna ajustada à nossa realidade e que indica como devemos organizar o Estado, a sociedade e a economia.*

(40) *A Constituição da República define o Estado angolano como um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a separação dos poderes e a interdependência de funções. Consagra a independência dos Tribunais e a legitimação do poder político através de eleições livres, periódicas e multipartidárias, baseadas no sufrágio universal, e consagra também o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pelo direito de participar em actividades políticas e associativas, assim como uma economia assente nas regras do mercado.*

(41) *O modelo de economia centralizada foi há muito abolido e foram estabelecidas as bases jurídicas para a organização da economia social de mercado, em que o sector privado se afirmará cada vez mais como a principal fonte de criação da riqueza nacional, da realização da actividade económica e da criação de emprego.*

(44) *Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.*

(46) *Aos angolanos não podem ser só reservados espaços ao nível das micro, pequenas e médias empresas e dos negócios financeiros. [...]. Temos de convir que o país está a realizar um esforço louvável no domínio da reabilitação e da construção de infraestruturas e formação de quadros.*

(47) *E vamos, naturalmente, continuar a prestar maior atenção à educação e à saúde. Em 1975 tínhamos uma taxa de analfabetismo de mais de 95 por cento. Hoje essa taxa baixou para cerca de 35 por cento. No ensino primário temos actualmente 5 milhões, 70 mil e 800 alunos, enquanto no secundário encontram-se matriculados um milhão, 604 mil e 549 alunos.*

(66) *A defesa dos interesses de África é uma prioridade absoluta da nossa diplomacia. Continuamos a desenvolver como no passado uma diplomacia activa e construtiva, tanto no plano bilateral como no multilateral, para fortalecer a amizade e a cooperação e estabelecer parcerias vantajosas para as partes envolvidas.*

Atrelado à constituição dos *ethé* de sério e de competente, o enunciador estabelece intenções de construir a imagem de um governante capaz de comandar o país com êxito, trazendo benefícios para toda a sociedade angolana, apesar das adversidades históricas.

No discurso político, considerando o jogo cruzado de imagens, as imagens de identificação dos *ethé* de identificação são extraídas do afeto social, em outras palavras, o coenunciador, mediante um processo de identificação irracional, funda a

sua identidade na do político. Nos *recortes* A e B, encontramos as seguintes imagens correspondentes a esse *ethos*:

O *ethos* de “caráter”, que demanda a força de espírito:

### **Recorte A**

*(8) Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social. (9) Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer outra natureza, seremos sucedidos.*

Nos recortes evidenciados é possível observar a presença do *ethos* de “caráter”, já que produz a imagem de *coragem* que caracteriza um político que saberá enfrentar as adversidades sem enfraquecer.

A marcação do *ethos* de “caráter” pode produzir a imagem da *força tranquila* que de acordo com Charaudeau (2008), designa um enunciador que evoca o tempo e a virtude da perenidade, daquele que nunca abandona a disputa e a vontade de vencer. Evidenciamos a seguir:

### **Recorte B**

*(36) Com o termo deste conflito regional, Angola encontrou os caminhos para a resolução do seu conflito interno. O Governo e a UNITA, depois de um longo percurso entre a guerra e a paz, acabaram por virar para sempre a página da guerra. Falou mais alto a voz dos sábios, dos bravos e das mães que esperavam pelos seus filhos. (38) Em 2002, iniciamos uma nova marcha sob o signo da esperança e da confiança em nós mesmos. Foi abandonado o princípio segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.*

O *ethos* de “humanidade”, pode ter como traço constitutivo o *sentimento*: é preciso demonstrar sentimentos por aqueles que sofrem. O enunciador político pode demonstrar sentimento e, assim, criar a imagem positiva de “ser humano” *Seguem os recortes*:

### **Recorte A**

*(1) Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz que se procura reconstruir pela terceira vez, a partir dos escombros e das ruínas da tragédia que se abateu sobre Angola.*

*(2) Todos os que a viveram têm os espíritos abalados e os corações desconfiados. O povo angolano chorou e ainda chora os seus mortos e os que ficaram para sempre mutilados no corpo e na mente.*

*(12) Espero que neste processo, Tanto as formações políticas, como as associações civis e as igrejas continuem a empenhar-se, contribuindo para a pacificação efectiva dos espíritos, para a educação no sentido da tolerância e a aceitação das diferenças e para o reforço da solidariedade para com os mais desfavorecidos, em especial os órfãos de guerra e outras vítimas inocentes e igualmente desprotegidas.*

O *ethos* de “chefe”, é direccionado para o cidadão. No acontecimento discursivo, em um regime democrático, essa relação é marcada entre o enunciador político e o coenunciador cidadão e pressupõe que o político deve a sua posição à instância cidadã e, por isso, deve prestar contas de seus atos. Especificamente, Charaudeau (2008) descreve a figura do *guia supremo* como algo necessário para a sobrevivência de um grupo social. Segue os trechos com essas figuras, caracterizando o *ethos* de chefe:

### **Recorte A**

*(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*(10) Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.*

*(11) O Governo angolano, no que lhe diz respeito, reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo, que é a continuação do Acordo de Bicesse, animado pela convicção de estarmos a dar neste momento um passo decisivo para o futuro de estabilidade e paz em Angola.*

### **Recorte B**

*(38) Em 2002, iniciamos uma nova marcha sob o signo da esperança e da confiança em nós mesmos. Foi abandonado o princípio segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.*

*(44) Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.*

*(67) A roda da História gira para frente e revela as novas facetas, vitórias e sucessos dos que ousam ser perseverantes e determinados. Angola tem condições para continuar a evoluir e ser sempre uma estrela nos céus de África.*

Na identificação do *ethos* de “chefe”, podemos observar a figura do *chefe-soberano*. Para Charaudeau (2008), a soberania é aquela que constitui a legitimidade do político. Essas figuras são produzidas em discursos que citam os valores do enunciador político: democracia, identidade nacional, soberania do povo, regime institucional etc. Identificamos essa figura nos seguintes recortes:

### **Recorte A**

*(8) Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social.*

### **Recorte B**

*(2) Diz o nosso Hino: “Oh Pátria, nunca mais esqueceremos os Heróis de 4 de fevereiro/ Oh Pátria nós saudamos os teus filhos tombados pela nossa Independência!”*

*(40) A Constituição da República define o Estado angolano como um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a separação dos poderes e a interdependência de funções. Consagra a independência dos Tribunais e a legitimação do poder político através de eleições livres, periódicas e multipartidárias [...].*

*(45) Há quem pretenda confundir deliberadamente este exercício de promoção e defesa do interesse nacional com a promoção da corrupção para enfraquecer o nosso país, porque sabe que a acção contra a corrupção é conduzida por outros meios.*

De acordo com Charaudeau (2008), o *ethos* decorre de uma encenação sociolinguística que sempre vai depender das impressões de que seus interlocutores têm um do outro, ou seja, existe um julgamento cruzado.

## **5.3 Poder político : imagens do enunciador e do coenunciador**

Arelado à constituição dos *ethé* de credibilidade e identificação o enunciador deixa, de certa maneira, evidentes suas intenções. Existe a relação com um fim

determinado de adesão. Considerando que a posição do enunciador nos recortes A e B seja a de domínio, foi observado que ele tem imagens válidas do coenunciador sendo no recorte A: “povo”; “paz”; “reconstrução”; “coletividade” e “pacificação”, e no recorte B temos: “povo”; “identidade nacional”; “colonizador tirano”; “MPLA”; “feitos de guerra”; “estabilidade”; “constituição democrática”; “capital”; saúde, educação; infraestrutura básica”; “estabilidade política”; “juventude”; “mulher”; “liberdade” e “honra história”.

Diante das imagens pressupostas do enunciador, o coenunciador é colocado em lugares específicos. Evidenciamos a seguir:

### **Recorte A:**

*(1) Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz que se procura reconstruir pela terceira vez, a partir dos escombros e das ruínas da tragédia que se abateu sobre Angola.*

*(10) Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.*

*(19) Espero que Angola possa finalmente ocupar o seu lugar na região e que a África Austral se erga à altura do seu enorme potencial humano e económico e encontre o lugar que lhe cabe na arena internacional.*

Nos trechos acima percebe-se a intenção do enunciador de corresponsabilizar o coenunciador – “o povo”, pela conquista da paz.

### **Recorte B:**

*(1) Hoje é dia de glória! Dia de alegria! Há quarenta anos, em 11 de novembro de 1975, o Povo angolano libertou-se para sempre da dominação estrangeira e proclamou a sua liberdade e Independência Nacional.*

*(3) Na verdade não foi fácil, não recebemos a Independência numa bandeja de prata. Ela foi conquistada pelo nosso Povo com suor e sacrifício, através de uma luta difícil e muito corajosa em que se envolveram várias gerações durante a tentativa de ocupação colonial efectiva de Angola por Portugal.*

*(7) Segundo alguns historiadores dos cerca de quatro milhões de escravos levados de África para o Brasil, metade, isto é, cerca de dois milhões, saíram de Angola. Essa deve ser a principal razão porque a população de Angola não é mais numerosa, pois supõe-se que ela devia ser hoje superior a 50 milhões de habitantes, em vez dos cerca de 26 milhões que somos.*

*(9) Estes angolanos perderam todos os seus direitos, até o direito à nacionalidade e ao seu património, cujo valor podia ser alterado por medidas administrativas.*

*Perderam também o direito ao exercício de actividades políticas.*

*(12) Não nos devemos esquecer também que a arma mais perigosa usada contra os angolanos foi a da divisão das suas fileiras. Recorreram ao tribalismo, ao racismo, ao regionalismo e à intriga de todo o tipo para enfraquecer os angolanos! Nessa altura, em Angola havia, segundo os critérios das autoridades colonialistas, população branca, mestiça, preta assimilada e preta indígena.*

*(13) Aos brancos os seus direitos eram respeitados plenamente. Aos mestiços e pretos assimilados só alguns direitos e muito poucos eram respeitados e a sua ascensão aos cargos de chefia e direcção na Administração Pública e do Estado era muito limitada.*

*(14) A população indígena que era a grande maioria não tinha praticamente direitos nenhuns, vivia à mercê da bondade do homem branco. Esta escala de valores baseada no racismo e na injustiça social serviu para dividir entre si os mestiços, pretos assimilados e indígenas e facilitar a execução da política colonial.*

Nos trechos acima observamos que o enunciador coloca o coenunciador nos seguintes lugares: comemoração da independência; como responsável pela luta para a conquista da libertação do colonizador; do povo que foi escravizado; daquele subjogado e dividido por classes, etnia e cor e cultura.

O ato de envolver o coenunciador, de acordo com Osakabe (1979) , traz à tona os recursos extralinguísticos e aponta duas direções: a primeira a noção da pressuposição sobre o poder político, ou seja, a imagem que o enunciador político considera que o coenunciador faz dele e, a segunda direcção, diz respeito àquela que o enunciador faz do referente – “o real” e aquela que pressupõe que o coenunciador constrói desse mesmo referente.

Quanto à noção pressuposta do poder político elencamos os seguintes trechos:

### **Recorte A**

*(4) Que o desespero dê lugar a uma nova esperança. O Mundo tem os olhos postos em Lusaka e acredita que esta cerimônia solene que aqui nos reuniu vai finalmente assinalar o advento de uma paz definitiva para Angola.*

*(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*(8) Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social.*

*(11) O Governo angolano, no que lhe diz respeito, reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo, que é a continuação do Acordo de Bicesse, animado pela convicção de estarmos a dar neste momento um passo decisivo para o futuro de estabilidade e paz em Angola.*

*(14) À comunidade internacional, através das Nações Unidas, cabe um papel importante na implementação deste acordo. Contamos com sua sabedoria, eficácia e isenção, por forma a que se garanta o êxito total.*

Nos trechos acima, podemos perceber que o povo angolano é aquele que receberá as consequências das ações políticas estabelecidas pelo enunciador.

Arendt (2003) considera que a política surge entre os homens, portanto, fora dos homens, por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intraespaço e se estabelece como relação com o outro, sendo o conceito de liberdade interligado a ele, já que o seu papel é o de organizar a diversidade humana de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diversidades absolutas dos homens entre si.

## **Recorte B**

Neste recorte, elencamos noções pressupostas do poder político:

*(9) Estes angolanos perderam todos os seus direitos, até o direito à nacionalidade e ao seu património, cujo valor podia ser alterado por medidas administrativas. Perderam também o direito ao exercício de actividades políticas.*

*(11) Ao celebrarmos a proclamação da Independência não devemos nos esquecer aqueles que sonharam com a Liberdade do Povo e resistiram com valentia ao longo da nossa história. Os nossos Reis que lutaram com bravura e preferiram morrer a lutar do que renderem-se ao ocupante estrangeiro são os nossos heróis, que inspiraram com o seu exemplo todos os patriotas angolanos que continuaram a batalha até ao fim.*

*(26) A República de Angola emerge assim de um conflito regional longo que o opunha a África do Sul, dirigida pelo sistema do 'apartheid', a toda a África e em que Angola se encontrava na linha da frente do combate pela libertação total do nosso Continente.*

*(28) A República de Angola desempenhou um papel de grande relevo ao participar exemplarmente com as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) em batalhas de grande envergadura contra unidades do exército sul-africano nas*

províncias do Cunene e do Cuando- Cubango, que ocupavam ilegalmente, e onde foram derrotadas nas localidades do Cuito Cuanavale, Chipa e Calueque.

(39) Na política não vale tudo. Ela pressupõe o respeito pelo próximo, pelos princípios éticos, morais e cívicos. Felizmente, na luta política pacífica e democrática surgiu uma Constituição moderna ajustada à nossa realidade e que indica como devemos organizar o Estado, a sociedade e a economia.

(44) Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.

(56) A Nação deve assumir como sendo seu dever trabalhar para garantir um futuro melhor à juventude e às gerações vindouras. É necessário também trabalharmos no sentido de se assegurar a contínua promoção da mulher, visando o aumento do seu número em cargos políticos e administrativos, a igualdade do género e o combate à violência doméstica.

(66) A defesa dos interesses de África é uma prioridade absoluta da nossa diplomacia. Continuamos a desenvolver como no passado uma diplomacia activa e construtiva, tanto no plano bilateral como no multilateral, para fortalecer a amizade e a cooperação e estabelecer parcerias vantajosas para as partes envolvidas.

Temos acima trechos que marcam os pressupostos de poder político, evidenciando o benefício à nação angolana. Nos recortes 44 podemos considerar, de acordo com Marx (2002), que as relações sociais marcam a riqueza do homem e, assim, o sujeito é ao mesmo tempo produto da história e o seu criador. Desse modo, na teoria marxista, o verdadeiro eu é um eu social e, em decorrência, a compreensão da individualidade não pode ser calcada em qualidades abstratas inerentes ao indivíduo e sim por meio da análise histórica e concreta do carácter da sociabilidade. No recorte 66 podemos considerar o poder político de âmbito além do território angolano.

Destacamos os recortes 12 e 14 (recorte B) como pressupostos identitários – teoria dos Estudos Culturais, com observação em Hall (2015):

(12) Não nos devemos esquecer também que a arma mais perigosa usada contra os angolanos foi a da divisão das suas fileiras. Recorreram ao tribalismo, ao racismo, ao regionalismo e à intriga de todo o tipo para enfraquecer os angolanos! Nessa altura, em Angola havia, segundo os critérios das autoridades colonialistas, população branca, mestiça, preta assimilada e preta indígena.

(14) A população indígena que era a grande maioria não tinha praticamente direitos nenhuns, vivia à mercê da bondade do homem branco. Esta escala de valores baseada no racismo e na injustiça social serviu para dividir entre si os mestiços, pretos assimilados e indígenas e facilitar a execução da política colonial.

Consideramos que existe a ação do poder político voltada para grupos distintos fragmentados. Quanto à imagem de fragmentação identitária, Hall (2015) afirma que ao produzir a desarticulação das identidades estáveis do passado, vem à tona novas identidades – de novos sujeitos, já que as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior da representação. A nação não é somente uma entidade política, mas algo que produz sentidos um sistema de representação cultural.

Sobre o segundo direcionamento – aquele que o enunciador faz do referente – “o real” e aquele que ele pressupõe que o coenunciador construa desse mesmo referente. Temos situações descritas pelo enunciador que tendem a revelar a contrariedade das características do poder político. Podemos definir o referente de poder político do enunciador, embasados em Weber (2014, p. 392) ao configurar a existência do Estado: “Para que ele continue existindo, os homens dominados precisam se *submeter*, portanto à autoridade continuamente reivindicada por aqueles que estão dominando no momento”.

Notamos a construção de imagens opostas produzidas pelo coenunciador. De acordo com Pêcheux (2014), o coenunciador é um sujeito dotado de inconsciente e sempre interpelado pela ideologia. Desse modo, temos o resultado de um sujeito social e historicamente determinado, juntado a um Outro no mesmo sujeito, concebido na AD, dos *esquecimentos* que geram uma multiplicidade de sentidos pelo *interdiscurso*.

### **Recorte A**

*(2) Todos os que a viveram têm os espíritos abalados e os corações desconfiados. O povo angolano chorou e ainda chora os seus mortos e os que ficaram para sempre mutilados no corpo e na mente.*

*(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*(8) Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social.*

*(10) Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa*

gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.

### **Recorte B**

(33) *Como uma Nação orgulhosa da sua história e dos feitos heroicos dos seus filhos, rendemos uma vibrante homenagem a todos os patriotas que com o seu sacrifício e com o seu sangue regaram generosamente a nossa terra para construir a nossa liberdade.*

(37) *A paz chegou para ficar! O país entrou na via da estabilidade, da paz, da unidade e da reconciliação nacional.*

(40) *A Constituição da República define o Estado angolano como um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a separação dos poderes e a interdependência de funções. Consagra a independência dos Tribunais e a legitimação do poder político através de eleições livres, periódicas e multipartidárias, baseadas no sufrágio universal, e consagra também o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pelo direito de participar em actividades políticas e associativas, assim como uma economia assente nas regras do mercado.*

(44) *Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.*

(45) *Há quem pretenda confundir deliberadamente este exercício de promoção e defesa do interesse nacional com a promoção da corrupção para enfraquecer o nosso país, porque sabe que a acção contra a corrupção é conduzida por outros meios.*

(58) *Saúdo todos os que se empenham na aplicação das leis e dos programas do Executivo e tornam a nossa governação cada vez mais inclusiva e competente. A obra humana pode ser aperfeiçoada sempre e saudamos também aqueles que apoiaram a governação do País, formulando críticas e sugestões positivas.*

Os trechos evidenciam imaginários que podem não ser idênticos entre o enunciador e coenunciador em relação ao cruzamento de olhares. Entretanto para ter justificado o seu discurso o enunciador assume ou a ignorância ou de ser o coenunciador vulnerável a outra imagem. Podemos considerar que essa manobra indica uma justificação de uma diferença de uma imagem e outra.

Quanto ao acontecimento discursivo, podemos considerar que os discursos proferidos podem ser classificados como de tensão e evidenciamos a seguinte análise:

### **Recorte A**

O enunciador profere o discurso em uma determinada situação de tensão, na qual refletem muitas contradições políticas: não aceitação do resultado das urnas, guerra civil e um intenso processo de mediação por parte de órgãos internacionais até

o reconhecimento do resultado das eleições para a ocupação do cargo, especificamente, na assinatura do Acordo de Lusaka.

O discurso é proferido a um coenunciador situável e localizável no tempo e no espaço: a nação angolana recém descolonizada de Portugal, e que desde a luta pela independência, vive a segunda guerra civil. Além de considerarmos um enunciador situado em uma determinada estrutura de poder e o coenunciador pertencente a essa mesma estrutura, vamos considerar um enunciador presidente de uma nação, que desde o processo de descolonização é dizimada por uma guerra civil, que teve a origem na luta pela conquista do poder e por vantagens econômicas.

Essa suposição pode ser encontrada nos seguintes trechos do discurso:

*FD (8): Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.*

*FD (11): Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social.*

*(15): Espero que neste processo, tanto as formações políticas, como as associações civis e as igrejas continuem a empenhar-se, contribuindo para a pacificação efectiva dos espíritos, para a educação no sentido da tolerância e a aceitação das diferenças e para o reforço da solidariedade para com os mais desfavorecidos, em especial os órfãos de guerra e outras vítimas inocentes e igualmente desprotegidas.*

*(16): Nessa ocasião, expressei os meus agradecimentos à comunidade internacional que não se poupou a esforços no sentido de ajudar os angolanos a enveredarem pela via do diálogo e da resolução pacífica das suas contradições e tem desenvolvido uma acção humanitária meritória, em prol da subsistência das populações angolanas atingidas pela guerra, pela fome, pela doença e por outras calamidades.*

Nesse recorte de análise, ainda sobre a imagem da função política e pública do enunciador, é importante considerar duas situações acerca do locutor: a primeira diz respeito a situação atual do discurso que é a de um político que pleiteia a sua legitimação definitiva com a assinatura do Acordo de Lusaka e a segunda é a de tomar o poder definitivamente e agir como tal. Há no discurso um enunciador que fala em nome de um partido vitorioso – MPLA que se sustentou após um longo período de

guerra civil e atravessou vários embates políticos. No outro lado, temos um coenunciador que vivencia a guerra civil desde o processo de descolonização e que atravessa uma intensa crise social e econômica.

### **Recorte B**

No pronunciamento presidencial na ocasião do 40º Aniversário da Independência Nacional, em Luanda, Assembleia Nacional de Angola, em 11 de novembro de 2015, temos um acontecimento discursivo que coloca o enunciador que busca convencer o seu interlocutor que o percurso desse tempo histórico deixou marcas positivas para toda a nação angolana, contudo, existe no imaginário sócio-histórico de parte dos coenunciadores, tanto da sociedade civil angolana, quando de comunidades internacionais que apelam pelo respeito aos direitos humanos daqueles que vivem no país.

Nesse recorte é perceptível a descrição histórica de Angola pelo enunciador, desde o momento da chegada dos portugueses ao território angolano até o momento do acontecimento discursivo. A narrativa dos fatos exclui, em muitos trechos, o enunciador das ações, conferindo, então, poder, para imputar as “culpas” no colonizador. Isso fica evidente nos seguintes trechos:

*(5) Entretanto, Portugal modificou unilateralmente a sua política de cooperação bilateral e iniciou pela força a ocupação do território do Rei do Congo e de outros soberanos vizinhos.*

*(6) Nesse território passou a extrair recursos naturais, a ocupar terras e a fixar cidadãos portugueses e iniciou como um negócio muito lucrativo o comércio de escravos, que eram transportados em navios, em grande número, para o Brasil e para outras paragens do continente americano.*

*(8) O desenvolvimento desta política de ocupação e pilhagem levou as autoridades portuguesas à definição de um Estatuto político-administrativo, económico, social e cultural, com regras militares e de segurança, para o controlo absoluto da colonização do país e para a submissão dos angolanos, que passaram a estar integrados em todos os territórios retirados pela força aos soberanos mortos ou desaparecidos.*

*(9) Estes angolanos perderam todos os seus direitos, até o direito à nacionalidade e ao seu património, cujo valor podia ser alterado por medidas administrativas. Perderam também o direito ao exercício de actividades políticas.*

*(10) As injustiças culturais gritantes, assim como a humilhação e a violação sistemática dos direitos fundamentais, motivaram esses angolanos a organizar protestos e revoltas para se libertarem da opressão colonial.*

*(13) Aos brancos os seus direitos eram respeitados plenamente. Aos mestiços e pretos assimilados só alguns direitos e muito poucos eram respeitados e a sua ascensão aos cargos de chefia e direcção na Administração Pública e do Estado era muito limitada.*

*(14) A população indígena que era a grande maioria não tinha praticamente direitos nenhuns, vivia à mercê da bondade do homem branco. Esta escala de valores baseada no racismo e na injustiça social serviu para dividir entre si os mestiços, pretos assimilados e indígenas e facilitar a execução da política colonial.*

*(15) O acesso ao ensino, à saúde, à água canalizada, ao saneamento, ao emprego era difícilimo. O colonialismo não teria durado tanto tempo se os angolanos fossem mais coesos ou se conseguissem realizar a união de todas as forças nacionalistas mais cedo. Esta união, de facto, foi alcançada nalguns momentos, mas durou muito pouco tempo.*

Busca-se o apagamento da memória discursiva do coenunciador das ações praticadas pelo enunciador.

#### **5.4 Referente e ideologia**

Existe a busca do envolvimento do coenunciador com o intuito de apagamento de críticas, já que ao expressar imagens em que o coenunciador deve fazer da função política, tidas como ideais assume essas imagens, colocando-as em confronto com suas imagens sobre os referentes. Desse confronto de interpretações surge a busca do convencimento – alternativa proposta ao coenunciador para a solução do impasse lhe foi criado durante o envolvimento.

Nos *recorte A* consideramos que o enunciador se inclui entre os “convocados” para o trabalho de reconstrução e instalação da paz em Angola e busca desse modo apagar as críticas da gestão do poder que por ele vem sendo desempenhado no momento anterior ao discurso. A promoção do coenunciador evidencia-se em um tempo futuro e é caracterizado como soberano de decisão e caracteriza o processo eleitoral como o lugar dessa decisão, ou seja, o locutor busca a adesão na tomada definitiva do poder.

No *recorte B* é caracterizada a essência da noção de dever político – beneficiar a nação e é marcado implicitamente. O benefício à nação angolana é situado em um ponto estratégico da normalidade constitucional. Podemos caracterizar como um ponto reivindicado pela instância cidadã e pela instância adversária cuja validade não pode ser contestada.

Existe a intenção de o enunciador político de marcação desse pressuposto benefício como uma obrigação do poder político. Dessa forma, refuta as críticas que lhe são dirigidas, já que cumpre a sua função como agente político. Temos no discurso referentes como: “desenvolvimento em Angola”; “medidas eficientes para a estabilidade econômica e social”; “benefícios do povo”. Por outro lado, deixa claro que o poder por ele representado, não só tem propósitos para atender os deveres do poder político, mas tem praticado atos nesse sentido.

Assim, o referente é lançado de maneira positiva, a fim de ganhar a adesão do coenunciador e refutar as críticas ao governo. Existe um apelo para a adesão às medidas tomadas pelo governante. Essas ações previamente justificadas pela descrição negativa dos atos praticados pelo colonizador, dá oportunidade de interpretação da conduta do presente e do futuro, na busca do apagamento de críticas. Temos, então, o seguinte referente: “O colonizador foi combatido e a nação foi um elemento agente”

Com a narrativa cronológica, especificamente, a partir do fatos pós-guerra, o enunciador passa a buscar a adesão do coenunciador por meio da estratégia do apagamento do referente “guerra” e inserindo novos referentes como: “política”, “democracia”, “Constituição da República” e “direitos humanos”.

Esses referentes indicam uma nova representatividade do governo – do cumprimento de todos os deveres do poder político, por meio do regime democrático. Citamos Weber para justificar que para que uma força política se mantenha no poder é necessária a força política na forma tradicional e racional.

Sobre a relação da adesão consideramos a questão ideológica, já que diante das intenções do enunciador, o seu discurso é atravessado pela ideologia. Isso se dá por meio de formações discursivas relativamente equivalentes com o objetivo de trazer ideologias de valores indiscutíveis. Sendo:

### **Recorte A**

*(1) Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz que se procura reconstruir pela terceira vez, a partir dos escombros e das ruínas da tragédia que se abateu sobre Angola.*

*(4) Que o desespero dê lugar a uma nova esperança. O Mundo tem os olhos postos em Lusaka e acredita que esta cerimônia solene que aqui nos reuniu vai finalmente assinalar o advento de uma paz definitiva para Angola.*

(5) Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, [...] e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos.

(6) É o virar de uma nova página da História de Angola que coloca novos desafios aos dirigentes políticos e aos governantes angolanos.

(8) Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social. (9) Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer outra natureza, seremos sucedidos.

### **Recorte B**

(3) Na verdade não foi fácil, não recebemos a Independência numa bandeja de prata. Ela foi conquistada pelo nosso Povo com suor e sacrifício, através de uma luta difícil e muito corajosa em que se envolveram várias gerações durante a tentativa de ocupação colonial efectiva de Angola por Portugal.

(11) Ao celebrarmos a proclamação da Independência não devemos nos esquecer aqueles que sonharam com a Liberdade do Povo e resistiram com valentia ao longo da nossa história. Os nossos Reis que lutaram com bravura e preferiram morrer a lutar do que renderem-se ao ocupante estrangeiro são os nossos heróis, que inspiraram com o seu exemplo todos os patriotas angolanos que continuaram a batalha até ao fim.

(17) A nossa Luta de Libertação Nacional deu um grande salto qualitativo. Depois de analisar a situação política do país e constatar a recusa de Portugal de conceder a Independência Nacional ao Povo angolano, um dos movimentos nacionalistas – o MPLA - declarou em 1956 que o colonialismo não cairia sem luta e em 4 de Fevereiro de 1961 deu início à Luta Armada de Libertação Nacional, que se ampliou sob o impulso da UPA/FNLA no dia 15 de Março, no Norte do país, mantendo-se essa luta até à queda do colonialismo.

(24) Estamos certos de que quer em Angola quer em Portugal as pessoas de bem vão continuar a desenvolver com confiança as relações privilegiadas que existem entre os dois Povos e Estados, fundadas numa amizade sincera, solidariedade exemplar e cooperação com vantagens recíprocas, dando cada vez menos espaço ao saudosismo e o espírito de vingança e de reconquista de pessoas de má fé.

(36) Com o termo deste conflito regional, Angola encontrou os caminhos para a resolução do seu conflito interno. O Governo e a UNITA, depois de um longo percurso entre a guerra e a paz, acabaram por virar para sempre a página da guerra. Falou mais alto a voz dos sábios, dos bravos e das mães que esperavam pelos seus filhos.

(38) Em 2002, iniciamos uma nova marcha sob o signo da esperança e da confiança em nós mesmos. Foi abandonado o princípio segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.

(39) *Na política não vale tudo. Ela pressupõe o respeito pelo próximo, pelos princípios éticos, morais e cívicos. Felizmente, na luta política pacífica e democrática surgiu uma Constituição moderna ajustada à nossa realidade e que indica como devemos organizar o Estado, a sociedade e a economia.*

(43) *Angola está a desenvolver-se com base em regras gerais universalmente aceites, mas respeitando as suas especificidades e a sua história.*

(68) *Honremos sempre a nossa História.*

Ainda nos exemplos acima, podemos considerar as formações discursivas como a materialidade ideológica. Em relação ao coenunciador esses valores são indiscutíveis e o enunciador os assume como se fossem assumidos pelo locutário. Temos o valor moral em contraponto com o seu oposto caracterizando o adversário. O sujeito enunciador se qualifica no interior de uma pressuposta noção do coenunciador sobre a função pública e o poder político.

Todo sujeito ao enunciar o seu discurso se enquadra numa imagem objetiva daquela que o coenunciador possa saber sobre o referente, na exigência básica de que, no mínimo, é passível de que ele possa ter um conhecimento distinto do seu. No *recorte A*, o enunciador tem como imagem do referente “a paz e o desenvolvimento de Angola” e é considerada em sintonia com a mesma imagem que tem o coenunciador do discurso. Temos, então, o duplo papel do coenunciador: um que é o parceiro e o outro que é adversário. No primeiro caso não há a justificativa para o discurso. No segundo caso, justifica-se o discurso e desresponsabiliza-se o coenunciador da imagem contrária. No *recorte B* existe uma delimitação da ideologia a um retorno aos descentes e aos feitos de luta pela libertação do colonizador e dos conflitos oriundos da busca do poder. O enunciador busca justificar as guerras e os excessos cometidos pelos partidos de libertação, inclusive os do próprio governo. De acordo com Charaudeau (2008), essas imagens servem para manter o elo entre as gerações.

## **5.5 – Heterogeneidade do discurso e metáforas**

Retomaremos o fenômeno da heterogeneidade discursiva. O sujeito no processo de interação desestabiliza a superfície plana colocada introduzindo elementos que lhe são externos. É necessária a consideração de suas incorporações para poder se identificar ou não com os recortes que o enunciador mobiliza, ou seja,

a identificação com a rede interdiscursiva para a produção de efeitos de sentido visados pelo enunciador. Indursky (2001) afirma que podemos considerar no processo de interação uma *heterogeneidade estruturada* no turno do enunciador e uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada* do coenunciador.

Quanto aos discursos analisados, existe um conjunto de elementos que remetem às formações discursivas que permeiam um mesmo tema, contudo, de valores semânticos antagônicos, isto é, de valores positivos e valores negativos. Observamos as seguintes formações discursivas:

### **Recorte A**

Valores semânticos positivos:

(1): *Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz;*

(5): *Mas construir é hoje olhar firmemente para a frente.*

Valores semânticos negativos:

(2): *que se procura reconstruir pela terceira vez, a partir dos escombros e das ruínas da tragédia que se abateu sobre Angola*

(3): *Todos os que a viveram têm os espíritos abalados e os corações desconfiados.*

(4): *O povo angolano chorou e ainda chora os seus mortos e os que ficaram para sempre mutilados no corpo e na mente.*

### **Recorte B**

Valores semânticos positivos:

(38) [...] *Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.*

(40) *A Constituição da República define o Estado angolano como um Estado Democrático de Direito, [...] e consagra também o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pelo direito de participar em actividades políticas e associativas [...].*

Valores semânticos negativos:

(9) *Estes angolanos perderam todos os seus direitos, até o direito à nacionalidade e ao seu património, cujo valor podia ser alterado por medidas administrativas. Perderam também o direito ao exercício de actividades políticas.*

(10) *As injustiças culturais gritantes, assim como a humilhação e a violação sistemática dos direitos fundamentais, motivaram esses angolanos a organizar protestos e revoltas para se libertarem da opressão colonial.*

Considera-se que, assim, tanto nos aspectos positivos quanto nos aspectos negativos há a repetição de certos elementos e uma constante relação entre elas. No discurso é apresentado um desenvolvimento paralelo e se podendo até considerá-las paráfrases, marcando sua heterogeneidade do discurso. Na concretude das formações discursivas são evidenciadas formas de enfrentamento e de diferenças de opinião quando se pode estar certo e contra alguém.

Courtine (2006, p. 82) explica essa organização do interdiscurso para a produção das formações discursivas em que se dá o apagamento da referência do intenso sofrimento:

Se o interdiscurso, portanto, organiza a recorrência e o reagrupamento de formulações, igualmente intervém como uma cavidade, ruptura ou deslocamento: ele é o produtor do esquecimento dos enunciados. Memória e esquecimento não podem ser dissociados no modo da enunciação do discurso político.

Já na relação interdiscurso e metáfora citamos Orlandi (2012, p. 50) para a compreensão do conceito e dos exemplos dos discurso analisados.

Pensando o interdiscurso, como diz Pêcheux, transitamos em metáfora, transferência, o tempo todo. Não há de início uma estrutura sêmica do objeto, e, em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, diz ele, mas a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso: a produção discursiva desses objetos circularia em diferentes regiões discursivas das quais nenhuma pode ser considerada originária.

Em outras palavras o efeito de um interdiscurso pode transformar-se historicamente por meio da importação das metáforas. Foram observadas as seguintes metáforas nos trechos assinalados:

### **Recorte A**

*FD (1): Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz;*

*FD (3): Todos os que a viveram têm os espíritos abalados e os corações desconfiados.*

*FD (4): O povo angolano chorou e ainda chora os seus mortos e os que ficaram para sempre mutilados no corpo e na mente.*

*FD (6): Que as suas lágrimas se transformem na chuva que anuncia a felicidade. Que o desespero dê lugar a uma nova esperança.*

*FD (7): O Mundo tem os olhos postos em Lusaka e acredita que esta cerimônia solene que aqui nos reuniu vai finalmente assinalar o advento de uma paz definitiva para Angola.*

*FD (9): É o virar de uma nova página da História de Angola que coloca novos desafios aos dirigentes políticos e aos governantes angolanos.*

*FD (10): Ampliar e consolidar as pontes do diálogo, apaziguar os espíritos e reconstruir no sentido material e moral a Nação não vai ser tarefa fácil, no momento em que a expressão de São Tomé “ver para crer” ganha força.*

*FD (13): Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.*

*FD (14): O Governo angolano, no que lhe diz respeito, reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo, que é a continuação do Acordo de Bicesse, animado pela convicção de estarmos a dar neste momento um passo decisivo para o futuro de estabilidade e paz em Angola.*

## **Recorte B**

*(2) Diz o nosso Hino: “Oh Pátria, nunca mais esqueceremos os Heróis de 4 de fevereiro / Oh Pátria nós saudamos os teus filhos tombados pela nossa Independência!”*

*(3) Na verdade não foi fácil, não recebemos a Independência numa bandeja de prata. Ela foi conquistada pelo nosso Povo com suor e sacrifício, através de uma luta difícil e muito corajosa em que se envolveram várias gerações durante a tentativa de ocupação colonial efectiva de Angola por Portugal.*

*(12) Não nos devemos esquecer também que a arma mais perigosa usada contra os angolanos foi a da divisão das suas fileiras. Recorreram ao tribalismo, ao racismo, ao regionalismo e à intriga de todo o tipo para enfraquecer os angolanos! Nessa altura, em Angola havia, segundo os critérios das autoridades colonialistas, população branca, mestiça, preta assimilada e preta indígena.*

*(27) O ‘apartheid’ era um regime de minoria branca racista que discriminava a maioria negra e não respeitava os seus direitos civis e políticos. A África e o mundo apoiavam a luta do ANC, dirigida por Oliver Tambo enquanto Nelson Mandela se encontrava na prisão. Foi uma época em que o mundo estava dividido em dois blocos: o Bloco Ocidental ou Capitalista e o Bloco do Leste ou Socialista. O ‘apartheid’ tinha grandes apoios no Bloco Ocidental. As forças amantes da paz e do progresso, e as do Bloco Socialista, apoiavam o povo sul africano e a África. Nesta luta, o ‘apartheid’ foi derrotado e perderam a face todos os seus aliados e apoiantes.*

(33) *Como uma Nação orgulhosa da sua história e dos feitos heroicos dos seus filhos, rendemos uma vibrante homenagem a todos os patriotas que com o seu sacrifício e com o seu sangue regaram generosamente a nossa terra para construir a nossa liberdade.*

(35) *Agradecemos e enaltecemos a ajuda internacionalista de Cuba, cuja solidariedade combativa foi decisiva para a resolução do conflito regional da África Austral. Uma palavra de agradecimento à Rússia, herdeira da União Soviética, que colocou a sua pedra na construção de uma grande epopeia nesta parte de África.*

(36) *Com o termo deste conflito regional, Angola encontrou os caminhos para a resolução do seu conflito interno. O Governo e a UNITA, depois de um longo percurso entre a guerra e a paz, acabaram por virar para sempre a página da guerra. Falou mais alto a voz dos sábios, dos bravos e das mães que esperavam pelos seus filhos.*

(50) *Angola conquistou a paz, uniu todos os seus filhos e reconstruiu praticamente todo o país, que foi devastado por uma guerra que durou mais de 27 anos.*

(54) *Temos que continuar a transformar a energia e o dinamismo da juventude em alavanca para continuarmos a construção de uma Nação mais próspera, feliz e justa.*

(67) *A roda da História gira para frente e revela as novas facetas, vitórias e sucessos dos que ousam ser perseverantes e determinados. Angola tem condições para continuar a evoluir e ser sempre uma estrela nos céus de África.*

De acordo com Gadet e Pêcheux (2010), é por meio da porosidade da língua que surgem as possibilidades de superposição parcial de sentidos – as metáforas, as quais facilitam que o mesmo significante jogue entre duas cadeias semânticas diferentes. Podemos, assim, perceber a relação do não-dito com o dito, do *non-sens* com o sentido, na significação do real que é percebido pelos sujeitos. Nesse viés, sujeito e metáfora emergem juntos e mantêm entre si fronteiras tênues e fluidas na medida em que o pensamento, a língua e a metáfora se entrelaçam em um dado acontecimento discursivo que irrompe no encontro entre uma atualidade e uma memória.

Para os estudiosos a metáfora é um mecanismo que possibilita produzir efeitos de sentido do mundo cotidiano, justificando a não existência da literalidade, pois se existisse a característica da totalidade não haveria a compreensão de uma palavra pela outra, mas da sobreposição da estrutura metafórica por uma estrutura outra.

Tratamos de um espaço discurso heterogêneo, ou seja, o sujeito interpelado pela ideologia e identificado por uma posição sujeito inscrita em uma formação discursiva, isto é, ocupa uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-enunciador e pode identificar-se ou não com ela, instaurando-se, assim, a prática

discursiva da interação. Temos o movimento de um coenunciador que apaga as marcas de exterioridade e ocorre o efeito da homogeneidade discursiva.

As incorporações do coenunciador vão determinar uma maior ou menor adesão com posições assumidas pelo enunciador e nessa rede haverá a constituição dos efeitos de sentido. Desse espaço simbolicamente fechado, o coenunciador extrai implícitos, pressupostos e subentendidos, promovendo a desconstrução do discurso – desestabiliza a superfície homogênea do discurso. Decorre, então, o aparecimento do espaço lacunar e assim o coenunciador desestabiliza o efeito de transparência para surgir o efeito de opacidade do discurso, em outras palavras, o efeito de um interdiscurso pode se transformar historicamente por meio da importação das metáforas.

## CONCLUSÃO

Na análise evidenciada constatamos a partir da teoria da Análise do Discurso de linha francesa que os discursos proferidos pelo, então, Presidente da República de Angola, o Senhor José Eduardo dos Santos, no Acordo de Lusaka, em 1994 e no 40º Aniversário da independência de Angola, em 2015 evidenciam a materialidade ideológica representada pelas *formações discursivas* que se apresentam interrelacionadas, determinando o que pode e o que deve ser dito, baseado em condições de produção específicas dadas.

Na análise dos *corpora* consideramos os interlocutores como sujeitos dotados de inconsciente e interpelados pela ideologia que juntados a um outro no mesmo sujeito, concebido na AD – o dos *esquecimentos*, geram uma multiplicidade de sentidos pelo *interdiscurso*. Nesse ponto, a partir da análise da heterogeneidade do discurso e da constituição do *ethos* discursivo, buscamos a interpretação do “real” que favoreceu a regulação do coenunciador nos discursos evidenciados.

Quanto ao *ethos* discursivo, verificamos a sua constituição embasados em um sujeito político que crê no seu poder de fazer e tem um suporte para a sua identificação sendo um sujeito político, em 1994, eleito por meio de eleições diretas e autorizado pela Comunidade Internacional para assumir o poder e, em 2015, esse mesmo sujeito político que perdura no poder, por meio do voto democrático. Além disso, tínhamos como pressuposto que o enunciador dos pronunciamentos deveria possuir credibilidade para a adesão às suas ideias.

Analisamos a constituição das figuras identitárias do discurso político que são reagrupadas em duas categorias: *ethos* de credibilidade -razão e *ethos* de identificação - afeto. Ambos os *ethos* foram considerados como fenômenos do *ethos* composto, por misturarem traços de vários *ethé*.

Assim, observamos que no *recortes* A e B foi identificada a constituição do *ethos* de credibilidade, na configuração das figuras identitárias dos *ethé* de *sério* e de *competente*. O enunciador dos discursos buscou construir a imagem de sério e de competente, a fim de conseguir a adesão do coenunciador para a tomada definitiva do poder e expulsão do adversário, no recorte de A. Já no *recorte* B, o enunciador buscou prestar contas dos seus atos como líder da nação angolana com a intenção

de apagamento das consequências negativas de suas ações tanto para a instância cidadã, quanto para a instância adversária.

No tocante a constituição do *ethos* de identificação, nos *recortes* A e B foram identificadas as figuras dos *ethé* de *caráter*, de *chefe* e de *chefe-soberano*. Somente no *recorte* A foi encontrada a figura do *ethos* de *humanidade*. No discurso político, considerando o jogo cruzado de imagens, as imagens de identificação dos *ethé* de identificação são extraídas do afeto social. O coenunciador, mediante um processo de identificação irracional, funda a sua identidade na do político. Concluímos que a constituição do *ethos* discursivo dos recortes são similares, exceto pela ausência da produção do *ethos* de humanidade no recorte B.

Quanto a heterogeneidade do discurso e o uso de metáforas, percebemos que no processo de interação do discurso houve a desestabilização da superfície plana colocada e foram introduzidos elementos de caráter externo.

Nos discursos analisados existe um conjunto de elementos que remetem às formações discursivas que permeiam um mesmo tema, contudo, de valores semânticos antagônicos, isto é, de valores positivos e valores negativos. Considera-se que, assim, tanto nos aspectos positivos quanto nos aspectos negativos há a repetição de certos elementos e uma constante relação entre eles. Essa característica marca um desenvolvimento paralelo e podemos considerá-la paráfrases, marcando a heterogeneidade do discurso.

Existe a organização do interdiscurso para a produção das formações discursivas em que se dá o apagamento da referência do intenso sofrimento tanto no *recorte* A, quanto no *recorte* B.

O uso de metáforas marcou que o efeito de um interdiscurso que pôde transformar-se historicamente por meio dessa importação. A análise das metáforas constitutivas dos *corpora* justificou a não literalidade da língua e possibilitou que o mesmo significante jogasse entre duas cadeias semânticas diferentes. Desse modo, percebemos a relação do não-dito com o dito, do *non-sens* com o sentido, na significação do “real” que é percebido pelos sujeitos.

A produção do recorte do “real” produziu um efeito de memória que denominamos acontecimento discursivo e conseqüentemente é produzido o interdiscurso na relação com o esquecimento. Nos objetos de análise observamos a marcação dos seguintes referentes: *recorte* A: “povo”; “paz; “reconstrução”;

“coletividade” e “pacificação”. No *recorte B*: “povo”; “identidade nacional”; “colonizador tirano”; “MPLA”; “feitos de guerra”; “estabilidade”; “constituição democrática”; “capital”; saúde, educação; infraestrutura básica”; “estabilidade política”; “juventude”; “mulher”; “liberdade” e “história”. Sobre os referentes e a ideologia, não descartamos a presença da constituição dos *ethé* de credibilidade e de identificação, pois o enunciador deixa, de certa maneira, evidentes suas intenções. Existe a relação com um fim determinado de adesão.

Consideramos que a posição do enunciador nos *recortes A e B* seja a de domínio e que ele tem imagens válidas do coenunciador que é colocado em lugares específicos. Os discursos proferidos produzem a cena de um acontecimento político e as relações de poder são simbolizadas caracterizando os recortes como discursos políticos. Os sujeitos e os sentidos são divididos, contudo, seguem a mesma direção da ideologia. Não existe maneira de estar no discurso sem se inscrever em uma ou outra formação discursiva que leva à projeção de uma ideologia no ato de enunciar. É por meio da materialidade da língua que é possível observar a relação do “real” com o imaginário, ou seja, a ideologia.

Especificamente sobre o coenunciador, consideramos que pertença a um espaço discurso heterogêneo, ou seja, trata-se de sujeito interpelado pela ideologia e identificado por uma posição sujeito inscrita em uma formação discursiva, isto é, ocupa uma posição-sujeito em relação àquela ocupada pelo sujeito-enunciador e pode identificar-se ou não com ela, instaurando-se, assim, a prática discursiva da interação. Temos o movimento de um coenunciador que apaga as marcas de exterioridade e, dessa forma, ocorre o efeito da homogeneidade discursiva.

As incorporações do coenunciador vão determinar uma maior ou menor adesão com posições assumidas pelo enunciador e nessa rede haverá a constituição dos efeitos de sentido. Desse espaço simbolicamente fechado, o coenunciador extrai implícitos, pressupostos e subentendidos, promovendo a desconstrução do discurso – desestabiliza a superfície homogênea do discurso. Decorre, então, o aparecimento do espaço lacunar e assim o coenunciador desestabiliza o efeito de transparência para surgir o efeito de opacidade do discurso.

Considerando os resultados obtidos, podemos afirmar que a percepção de um “real” único é impossível, visto que há um lugar de justificação desse “real” que é mascarado pelo discursos de representação, propondo um jogo de identificação e de

exclusão no processo de interpretação, construindo-se, assim, uma consciência social alienada pelos discursos dominantes.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. C. B. de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UCAM, Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Marx e Freud: introdução crítica-histórica/Louis Althusser*. Tradução e notas Walter José Evangelista; revisão Alaíde Inah Gonazales. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição – 1985
- AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARENDT, H.. O que é política?: fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz / Hannah Arendt ; organização Ursula Ludz ; prefácio Kurt Sontheimer ; tradução Reinaldo Guarany. 4.a Ed. – Rio de Janeiro: Berthand – Brasil – 240 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Heterogeneidades enunciativas*. Cadernos de estudos linguísticos, 19. Campinas, IEL. 1990.
- BASTOS, N.M.O.B. (Org.) *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários* – São Paulo: EDUC, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo, EDUC, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Língua Portuguesa: cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC, 2010.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- BAUMAN, Z.. *Retrotopia*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro,: Zahar, 2017;
- \_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.2005
- CARDOSO, M. J. *Sobre a teoria do valor em Saussure, Marx e Lacan*. *Estudos Semióticos*, 6(1), 1-9.<<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2010.49253>> 2010. Acesso em 10 nov. 2019.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução Fabiana Komesu...et.al. São Paulo: Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução: Angela M. S. Corrêa. – São Paulo: Contexto, 2016, 192 p.

COURTINE, J.-J., *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EDUFSCAR, 2009

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública*. São Carlos: ClaraLuz, 2006.

COUTINHO, C. N., *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 1ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1994

EGGS, E., *Ethos Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna*. In: Amossy, Ruth (Org.) *Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos*. São Paulo: Contexto: 2005, p.29-56.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes, [1981] 2004.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-12a Ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2006.*

\_\_\_\_\_. *Cultura e Representação* Traducción: William OLIVEIRA e Daniel MIRANDA — Editorial: PUC-Rio: Apicuri. Rio de Janeiro, Brasil Ano: 2016 Páginas: 264.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et all. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

INDURSKY, F. *Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso*. Em: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.;

\_\_\_\_\_. *Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura*. In: PEREIRA, A.& FUNCK, S. (org.). *A Leitura e a Escrita como Práticas Discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

CAZARIN, E. (Orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua*. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.

MAINGUENEAU, D., *Análise de textos de comunicação*. Tradução:Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3.ed. Campinas: Pontes e Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Cenas da enunciação*; Possenti, S.;Souza-e-Silva, M.C.P.(Orgs.).São Paulo, Parábola Editorial, 2008.\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008

\_\_\_\_\_. *Doze conceitos em análise do discurso*. (Orgs. Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza e Silva). São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Frases sem texto*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo, Parábola, 2014

\_\_\_\_\_. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

\_\_\_\_\_. *Retorno crítico sobre o ethos*. In: BARONAS, ROBERTO Leiser; MESTI, Paula Camila; CARREON, Renata de Oliveira (Orgs.). *Análise do discurso: entorno da problemática do ethos, do político e de discursos constituintes*. Campinas: Pontes, 2016.

MAFFESOLI, M.. *A Transfiguração do Político*. A tribalização do mundo. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1997. 304 p.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi – Campinas: Pontes, 2003, 110 p.

MARGARIDO, Alfredo (2000) *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

MARX, K. *O capital: Crítica da economia política* [Capital: Critique of political economy] (R. Barbosa & F. R. Kothe, Trans., 3rd ed., Vols. 1-3). São Paulo, Brazil: Nova Cultural, 1993.

MILNER, J.C. L. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

MENEZES, S. , *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

MOTTA, A.R; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo:Contexto,2008.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. São Paulo, Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/SP, Pontes: Cáceres/MT, Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos*. Campinas: Pontes, 2001

\_\_\_\_\_. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia – 2. Edição*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. *Sobre a (des)construção das teorias lingüística*. In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Análise Automática do Discurso (AAD-1969)*. In: GADET Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni P. Orlandi – 6. Edição, Campinas, SP. Pontes Editores. 2012.

\_\_\_\_\_. Mesa-redonda: discurso, história, língua. Em: CONEIN, C.;

COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; *Materialidades Discursivas*. Campinas: Ed. da Unicamp, [1981] 2016.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10*. 1992.

POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (UCAN), Centro de Estudos e Investigação Científica, *Relatório Social de Angola 2015*, Luanda, 2016.  
<[http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/RELAT\\_SOCIAL\\_2015.pdf](http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2017/02/RELAT_SOCIAL_2015.pdf)>  
Acesso em: 03 fev. 2020.

WEBER, M. *Escritos políticos*; editado por Peter Lassman, Ronald Speirs; tradução Regis Barbosa – 1.ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

## Anexo A

### **Discurso do Presidente da República de Angola, Senhor José Eduardo dos Santos, no Acordo de Lusaka, em 20 de novembro de 1994.**

Discurso de José Eduardo dos Santos

Sua Excelência o Presidente da República de Angola

Sua Excelência Presidente da República da Zâmbia;

Sua Excelência Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas;

Distintos Chefes de Estados e Delegações;

Senhor Secretário-Geral da UNITA;

Minhas senhoras e meus senhores,

Estamos hoje aqui, sob o signo de uma nova esperança, para lançar mais uma pedra no edifício da paz que se procura reconstruir pela terceira vez, a partir dos escombros e das ruínas da tragédia que se abateu sobre Angola. Todos os que a viveram têm os espíritos abalados e os corações desconfiados. O povo angolano chorou e ainda chora os seus mortos e os que ficaram para sempre mutilados no corpo e na mente. Mas construir é hoje olhar firmemente para a frente. Que as suas lágrimas se transformem na chuva que anuncia a felicidade. Que o desespero dê lugar a uma nova esperança. O Mundo tem os olhos postos em Lusaka e acredita que esta cerimônia solene que aqui nos reuniu vai finalmente assinalar o advento de uma paz definitiva para Angola.

Obtida a autorização da Assembleia Nacional para fazer a paz, conferi plenos poderes ao ministro das Relações Exteriores para proceder à assinatura do Protocolo de Lusaka nos termos da Lei Constitucional e eu, ratifiquei esse protocolo de Lusaka, com vista à criação de condições favoráveis ao restabelecimento da confiança e da reconciliação entre todos os angolanos. É o virar de uma nova página da História de Angola que coloca novos desafios aos dirigentes políticos e aos governantes angolanos. Ampliar e consolidar as pontes do diálogo, apaziguar os espíritos e reconstruir no sentido material e moral a Nação não vai ser tarefa fácil, no momento em que a expressão de São Tomé “ver para crer” ganha força.

Convido, assim, os dirigentes da UNITA a juntarem genuinamente os seus esforços aos do Governo para infundir confiança ao povo angolano, que nunca quer voltar mais a sentir novas frustrações, numa altura em que todos os outros povos da região, alcançaram a paz e a estabilidade necessárias para a democratização, a reconstrução e o desenvolvimento económico e social. Colocando os interesses nacionais acima das rivalidades partidárias, de grupo ou de qualquer outra natureza, seremos sucedidos.

Temos todos de fazer um genuíno e sincero esforço de reconciliação, que reinstale a confiança recíproca e faça convergir as nossas capacidades na tarefa gigantesca de reconstruir o país e de relançar o seu desenvolvimento em benefício de todos.

O Governo angolano, no que lhe diz respeito, reafirma o seu empenho no cumprimento integral desse protocolo, que é a continuação do Acordo de Bicesse, animado pela convicção de estarmos a dar neste momento um passo decisivo para o futuro de estabilidade e paz em Angola.

Espero que neste processo, Tanto as formações políticas, como as associações civis e as igrejas continuem a empenhar-se, contribuindo para a pacificação efectiva dos espíritos, para a educação no sentido da tolerância e a aceitação das diferenças e para o reforço da solidariedade para com os mais desfavorecidos, em especial os órfãos de guerra e outras vítimas inocentes e igualmente desprotegidas.

Nessa ocasião, expresso os meus agradecimentos à comunidade internacional que não se poupou a esforços no sentido de ajudar os angolanos a enveredarem pela via do diálogo e da resolução pacífica das suas contradições e tem desenvolvido uma acção humanitária meritória, em prol da subsistência das populações angolanas atingidas pela guerra, pela fome, pela doença e por outras calamidades. À comunidade internacional, através das Nações Unidas, cabe um papel importante na implementação deste acordo. Contamos com sua sabedoria, eficácia e isenção, por forma a que se garanta o êxito total.

Apesar de tudo que já fizeram, gostaria de fazer mais um apelo para, nas novas condições de paz; auxiliarem ao Governo angolano na resolução dos múltiplos e complexos problemas que vai ter de gerir em nível da desminagem dos campos e dos caminhos, no relançamento da actividade económica e em geral, na reconstrução e desenvolvimento de Angola.

Uma palavra de agradecimento, em particular, para Sua Excelência, o Presidente Chiluba e o Governo zambiano, pela hospitalidade dispensada ao longo de um ano e pela criação das condições materiais necessárias ao bom êxito do processo negocial. Não posso deixar de expressar os meus especiais agradecimentos ao maitre Alíoune Blondin Beye, representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, aos observadores dos Estados Unidos da América, da Federação Russa e de Portugal, que deram provas de extraordinária paciência e não regatearam esforços, sabendo fazer convergir posições contrárias por forma a chegarmos a este entendimento político. Quero igualmente agradecer a presença dos distintos Chefes de Estado e de outras personalidades que quiseram deste modo, testemunhar este acto, que estamos convencidos, marca o início de uma nova era de paz e prosperidade para Angola. Com efeito, uma era de fraternidade se abre a partir de hoje em Angola, que contribuirá para o reforço do clima de paz e cooperação que já começa a vislumbrar-se na África Austral.

Espero que Angola possa finalmente ocupar o seu lugar na região e que a África Austral se erga à altura do seu enorme potencial humano e económico e encontre o lugar que lhe cabe na arena internacional.

Que a paz venha para sempre!

Muito obrigado.

**Anexo B****MENSAGEM À NAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, POR OCASIÃO DO 40º  
ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL**

Luanda, 11 de novembro de 2015

POVO ANGOLANO,

CAROS COMPATRIOTAS,

Hoje é dia de glória! Dia de alegria! Há quarenta anos, em 11 de novembro de 1975, o Povo angolano libertou-se para sempre da dominação estrangeira e proclamou a sua liberdade e Independência Nacional.

Diz o nosso Hino: “Oh Pátria, nunca mais esqueceremos os Heróis de 4 de Fevereiro / Oh Pátria nós saudamos os teus filhos tombados pela nossa Independência!”

Na verdade não foi fácil, não recebemos a Independência numa bandeja de prata. Ela foi conquistada pelo nosso Povo com suor e sacrifício, através de uma luta difícil e muito corajosa em que se envolveram várias gerações durante a tentativa de ocupação colonial efectiva de Angola por Portugal.

Os representantes do Rei de Portugal chegaram ao Reino do Congo em 1482 e, em sucessivas missões, estabeleceram relações de amizade e cooperação que se desenvolveram normalmente e com benefícios recíprocos para as duas partes durante cerca de cem anos.

Entretanto, Portugal modificou unilateralmente a sua política de cooperação bilateral e iniciou pela força a ocupação do território do Rei do Congo e de outros soberanos vizinhos.

Nesse território passou a extrair recursos naturais, a ocupar terras e a fixar cidadãos portugueses e iniciou como um negócio muito lucrativo o comércio de escravos, que eram transportados em navios, em grande número, para o Brasil e para outras paragens do continente americano.

Segundo alguns historiadores dos cerca de quatro milhões de escravos levados de África para o Brasil, metade, isto é, cerca de dois milhões, saíram de Angola. Essa deve ser a principal razão porque a população de Angola não é mais numerosa, pois supõe-se que ela devia ser hoje superior a 50 milhões de habitantes, em vez dos cerca de 26 milhões que somos.

O desenvolvimento desta política de ocupação e pilhagem levou as autoridades portuguesas à definição de um Estatuto político-administrativo, económico, social e cultural, com regras militares e de segurança, para o controlo absoluto da colonização do país e para a submissão dos angolanos, que passaram a estar integrados em todos os territórios retirados pela força aos soberanos mortos ou desaparecidos.

Estes angolanos perderam todos os seus direitos, até o direito à nacionalidade e ao seu património, cujo valor podia ser alterado por medidas administrativas. Perderam também o direito ao exercício de actividades políticas.

As injustiças culturais gritantes, assim como a humilhação e a violação sistemática dos direitos fundamentais, motivaram esses angolanos a organizar protestos e revoltas para se libertarem da opressão colonial.

Ao celebrarmos a proclamação da Independência não devemos nos esquecer aqueles que sonharam com a Liberdade do Povo e resistiram com valentia ao longo da nossa história. Os nossos Reis que lutaram com bravura e preferiram morrer a lutar do que renderem-se ao ocupante estrangeiro são os nossos heróis, que inspiraram com o seu exemplo todos os patriotas angolanos que continuaram a batalha até ao fim.

Não nos devemos esquecer também que a arma mais perigosa usada contra os angolanos foi a da divisão das suas fileiras. Recorreram ao tribalismo, ao racismo, ao regionalismo e à intriga de todo o tipo para enfraquecer os angolanos! Nessa altura, em Angola havia, segundo os critérios das autoridades colonialistas, população branca, mestiça, preta assimilada e preta indígena. Aos brancos os seus direitos eram respeitados plenamente.

Aos mestiços e pretos assimilados só alguns direitos e muito poucos eram respeitados e a sua ascensão aos cargos de chefia e direcção na Administração Pública e do Estado era muito limitada.

A população indígena que era a grande maioria não tinha praticamente direitos nenhuns, vivia à mercê da bondade do homem branco. Esta escala de valores baseada no racismo e na injustiça social serviu para dividir entre si os mestiços, pretos assimilados e indígenas e facilitar a execução da política colonial.

O acesso ao ensino, à saúde, à água canalizada, ao saneamento, ao emprego era difícilimo. O colonialismo não teria durado tanto tempo se os angolanos fossem mais coesos ou se conseguissem realizar a união de todas as forças nacionalistas mais

cedo. Esta união, de facto, foi alcançada nalguns momentos, mas durou muito pouco tempo.

Depois da Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, a resistência ao colonialismo assumiu uma forma superior de luta. Surgiram alguns intelectuais e quadros com conhecimentos teóricos e visão estratégica que permitiram lançar as bases para começarem a ser criados os Partidos Políticos e Movimentos de Libertação Nacional, para mobilizar e aglutinar as massas populares no campo e nas cidades para a luta, sem olhar a origem étnica, racial ou religiosa.

A nossa Luta de Libertação Nacional deu um grande salto qualitativo. Depois de analisar a situação política do país e constatar a recusa de Portugal de conceder a Independência Nacional ao Povo angolano, um dos movimentos nacionalistas – o MPLA - declarou em 1956 que o colonialismo não cairia sem luta e em 4 de Fevereiro de 1961 deu início à Luta Armada de Libertação Nacional, que se ampliou sob o impulso da UPA/FNLA no dia 15 de Março, no Norte do país, mantendo-se essa luta até à queda do colonialismo.

Tudo levava a crer que o MPLA, a FNLA e a UNITA, que se afirmavam no terreno da luta armada como Movimentos de Libertação, iriam ultrapassar rapidamente as suas divergências e acelerar a derrota do exército colonial português, mas isso não aconteceu porque a unidade não foi alcançada. Os nossos inimigos e adversários continuaram “a dividir para melhor reinar”, no plano político interno e internacional, e foram necessários treze anos para levar o exército colonial à exaustão, por causa da guerra não apenas em Angola, mas também na GuinéBissau e em Moçambique. Isto levou as Forças Armadas Portuguesas a efectuarem um golpe de Estado em Portugal. Assim, o Governo português não teve condições para continuar a sua política e teve de negociar e estabelecer o cessar fogo e o Acordo de Alvor para a Independência de Angola. Formou-se, então, em 31 de Janeiro de 1975, um Governo de Transição misto, com representantes de Portugal e dos Movimentos de Libertação, com vista a criar condições para a transferência de poder ao vencedor das eleições a realizar antes do 11 de Novembro de 1975.

Esse Governo de Transição implodiu, porque entretanto reacendeu a guerra entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, forçando-os a instalarem-se em momentos distintos em Luanda, no Uíge e no Huambo, onde cada movimento acabou por proclamar a Independência Nacional. Mas, foi a Independência Nacional proclamada pelo MPLA

e pelo Dr. Agostinho Neto, em Luanda, que mereceu o reconhecimento interno e internacional.

O Brasil, país ao qual nos ligam laços de sangue, acreditou em nós desde a primeira hora e foi o primeiro a reconhecer a nossa Independência. Neste dia, não nos podemos esquecer da Nigéria e do apoio diplomático e ajuda financeira que prestou ao Governo de Angola nos primeiros momentos da sua existência.

À luz destes factos, é de notar com orgulho o importante papel que Agostinho Neto desempenhou na história do nosso Povo e exprimimos o nosso reconhecimento pela sua contribuição ímpar e o nosso compromisso de prosseguir os nobres ideais de paz, justiça e bem-estar para todos.

Em 1978, Agostinho Neto, Presidente da República de Angola e Ramalho Eanes, Presidente da República Portuguesa, assinaram em Bissau, capital da Guiné, o acordo sobre as relações diplomáticas entre os dois países, na base do respeito mútuo e da soberania, restabelecendo-se também os laços de amizade e cooperação criados pelo Rei de Portugal com o Rei do Congo em 1482 e que foram ignorados cem anos depois quando se escolheu o caminho errado. Estamos certos de que quer em Angola quer em Portugal as pessoas de bem vão continuar a desenvolver com confiança as relações privilegiadas que existem entre os dois Povos e Estados, fundadas numa amizade sincera, solidariedade exemplar e cooperação com vantagens recíprocas, dando cada vez menos espaço ao saudosismo e o espírito de vingança e de reconquista de pessoas de má fé.

CAROS COMPATRIOTAS,

Quatro anos depois da proclamação da Independência Nacional, faleceu o primeiro Presidente de Angola, quando o país ainda estava em guerra, a Namíbia estava ilegalmente ocupada pelo regime da 'apartheid' da África do Sul e o Zimbabwe oprimido pelo regime de minoria branca racista de Ian Smith.

A República de Angola emerge assim de um conflito regional longo que o opunha a África do Sul, dirigida pelo sistema do 'apartheid', a toda a África e em que Angola se encontrava na linha da frente do combate pela libertação total do nosso Continente.

O 'apartheid' era um regime de minoria branca racista que discriminava a maioria negra e não respeitava os seus direitos civis e políticos. A África e o mundo apoiavam a luta do ANC, dirigida por Oliver Tambo enquanto Nelson Mandela se encontrava na prisão. Foi uma época em que o mundo estava dividido em dois blocos: o Bloco

Ocidental ou Capitalista e o Bloco do Leste ou Socialista. O 'apartheid' tinha grandes apoios no Bloco Ocidental. As forças amantes da paz e do progresso, e as do Bloco Socialista, apoiavam o povo sul africano e a África. Nesta luta, o 'apartheid' foi derrotado e perderam a face todos os seus aliados e apoiantes.

A República de Angola desempenhou um papel de grande relevo ao participar exemplarmente com as FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) em batalhas de grande envergadura contra unidades do exército sul-africano nas províncias do Cunene e do Cuando- Cubango, que ocupavam ilegalmente, e onde foram derrotadas nas localidades do Cuito Cuanavale, Chipa e Calueque.

A batalha do Cuito Cuanavale foi uma das mais importantes que ocorreu na África ao sul do Sahara, entre Angola e a África do Sul, depois da segunda Guerra Mundial. Nela participaram mais de 24 mil homens.

Do lado de Angola combateram mais de 9 mil homens, com 62 tanques, 51 carros blindados, 113 peças de artilharia, 288 veículos de transporte, duas esquadras de aviões de combate e uma de aviões de apoio e reconhecimento, uma esquadra de helicópteros de ataque e outra de helicópteros de apoio e resgate.

As vitórias abriram caminho para a assinatura em Nova Iorque, em Dezembro de 1998, do acordo entre Angola, África do Sul e Cuba, sob mediação dos Estados Unidos da América, pondo fim ao conflito regional e permitindo a independência da Namíbia, a libertação de Nelson Mandela e a abolição do sistema do 'apartheid'.

Deste modo, foi conquistada a libertação total de África e realizado um maiores sonhos do nosso Continente!

CAROS COMPATRIOTAS,

Como uma Nação orgulhosa da sua história e dos feitos heróicos dos seus filhos, rendemos uma vibrante homenagem a todos os patriotas que com o seu sacrifício e com o seu sangue regaram generosamente a nossa terra para construir a nossa liberdade.

Exprimimos os nossos agradecimentos pela ajuda material e pela solidariedade que nos brindaram os países amigos, individualidades e organizações durante a Luta de Libertação Nacional. Sublinhamos a Argélia, o Egipto, Marrocos, o Congo Brazaville, a Tanzânia e a Zâmbia.

Agradecemos e enaltecemos a ajuda internacionalista de Cuba, cuja solidariedade combativa foi decisiva para a resolução do conflito regional da África Austral. Uma

palavra de agradecimento à Rússia, herdeira da União Soviética, que colocou a sua pedra na construção de uma grande epopeia nesta parte de África.

Com o termo deste conflito regional, Angola encontrou os caminhos para a resolução do seu conflito interno. O Governo e a UNITA, depois de um longo percurso entre a guerra e a paz, acabaram por virar para sempre a página da guerra. Falou mais alto a voz dos sábios, dos bravos e das mães que esperavam pelos seus filhos.

A paz chegou para ficar! O país entrou na via da estabilidade, da paz, da unidade e da reconciliação nacional.

Em 2002, iniciámos uma nova marcha sob o signo da esperança e da confiança em nós mesmos. Foi abandonado o princípio segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Hoje a política é feita por meios pacíficos e democráticos.

Na política não vale tudo. Ela pressupõe o respeito pelo próximo, pelos princípios éticos, morais e cívicos. Felizmente, na luta política pacífica e democrática surgiu uma Constituição moderna ajustada à nossa realidade e que indica como devemos organizar o Estado, a sociedade e a economia.

A Constituição da República define o Estado angolano como um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos a separação dos poderes e a interdependência de funções. Consagra a independência dos Tribunais e a legitimação do poder político através de eleições livres, periódicas e multipartidárias, baseadas no sufrágio universal, e consagra também o respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais, pelo direito de participar em actividades políticas e associativas, assim como uma economia assente nas regras do mercado.

O modelo de economia centralizada foi há muito abolido e foram estabelecidas as bases jurídicas para a organização da economia social de mercado, em que o sector privado se afirmará cada vez mais como a principal fonte de criação da riqueza nacional, da realização da actividade económica e da criação de emprego.

Como foi ao longo da história, noutras latitudes, a transição do modo de produção anterior para o modo de produção capitalista coloca como questão essencial a acumulação primitiva do capital.

Angola está a desenvolver-se com base em regras gerais universalmente aceites, mas respeitando as suas especificidades e a sua história.

Não podemos estruturar o sistema económico nacional sem a presença no mundo do capital e do trabalho de empresas e grupos económicos angolanos conscientes e fortes, pois eles serão a garantia da nossa independência.

Há quem pretenda confundir deliberadamente este exercício de promoção e defesa do interesse nacional com a promoção da corrupção para enfraquecer o nosso país, porque sabe que a acção contra a corrupção é conduzida por outros meios.

Aos angolanos não podem ser só reservados espaços ao nível das micro, pequenas e médias empresas e dos negócios financeiros. Têm também de ganhar terreno nos mercados globais e procurar competir a seu tempo de igual para igual. Temos de convir que o país está a realizar um esforço louvável no domínio da reabilitação e da construção de infra-estruturas e formação de quadros.

E vamos, naturalmente, continuar a prestar maior atenção à educação e à saúde. Em 1975 tínhamos uma taxa de analfabetismo de mais de 95 por cento. Hoje essa taxa baixou para cerca de 35 por cento. No ensino primário temos actualmente 5 milhões, 70 mil e 800 alunos, enquanto que no secundário encontram-se matriculados um milhão, 604 mil e 549 alunos.

Só havia uma universidade e o país não tinha mais de 40 licenciados. Hoje funcionam 62 instituições de ensino superior, que oferecem um total de 436 cursos.

Outra questão. Quantas pessoas viviam em casebres sem saneamento básico, sem luz eléctrica, sem água potável e sem infraestruturas nos musseques e nas sanzalas? Não vou errar se disser que era mais de 75 por cento da população do país. Hoje 60 por cento da população tem acesso à água potável e à energia eléctrica e esta percentagem tende a aumentar.

CAROS COMPATRIOTAS,

Angola conquistou a paz, uniu todos os seus filhos e reconstruiu praticamente todo o país, que foi devastado por uma guerra que durou mais de 27 anos.

É nosso dever consolidar a estabilidade política e todas estas conquistas na base de uma estratégia que vise a estabilidade macro-económica, a construção de infra-estruturas, a qualificação dos quadros e o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação, por forma a garantir um crescimento sustentado do PIB acima dos 6 por cento e um desenvolvimento económico e social inclusivo.

Deste modo, podemos acelerar a diversificação da economia e o crescimento do emprego, reduzir significativamente a pobreza e promover a inserção da economia nacional na economia mundial.

Sabemos que os jovens querem tudo resolvido de um dia para o outro. Assim foi em todas as gerações anteriores. Somos um país independente, respeitado e admirado por muitos por causa do bom trabalho do seu Povo, e da sua juventude em particular. Temos que continuar a transformar a energia e o dinamismo da juventude em alavanca para continuarmos a construção de uma Nação mais próspera, feliz e justa. O país deve fazer tudo para oferecer à juventude cada vez mais oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Dois terços da nossa população, que é a nossa maior riqueza, têm menos de 25 anos de idade.

A Nação deve assumir como sendo seu dever trabalhar para garantir um futuro melhor à juventude e às gerações vindouras. É necessário também trabalharmos no sentido de se assegurar a contínua promoção da mulher, visando o aumento do seu número em cargos políticos e administrativos, a igualdade do género e o combate à violência doméstica.

CAROS COMPATRIOTAS,

O nosso país alcançou realizações em todos os domínios da vida, que nos enchem de orgulho e que são o resultado do génio e do trabalho de todos os cidadãos.

Saúdo todos os que se empenham na aplicação das leis e dos programas do Executivo e tornam a nossa governação cada vez mais inclusiva e competente. A obra humana pode ser aperfeiçoada sempre e saudamos também aqueles que apoiaram a governação do País, formulando críticas e sugestões positivas.

No plano externo todos os países realizam esforços para preservar a paz e a segurança e promover o bem-estar das suas populações. Foram, por isso, definidas as normas de convivência e de relacionamento para tornar o mundo mais seguro e garantir uma vida digna para todos.

Angola não é uma excepção e tem cumprido todos os seus compromissos, respeitando as normas de convivência e relacionamento bilateral e multilateral, porque pugna por um mundo mais seguro, mais justo, mais solidário e mais fraterno.

Infelizmente, o egoísmo e o desrespeito das normas do direito internacional e particularmente a ingerência nos assuntos internos de outros Estados por países mais

fortes são factores que geram instabilidade, tensão e conflitos armados com consequências políticas e sociais graves, pondo em risco a segurança internacional. A nossa esperança e confiança recaem sobre as Nações Unidas que deve ser dotada de todos os instrumentos para que proteja melhor a paz, a segurança e os interesses de todos os povos, começando por uma melhor coordenação da acção global contra o terrorismo e a favor da protecção do planeta do aquecimento global e das consequências negativas das alterações climáticas.

O nosso país é muito respeitado e goza de grandes simpatias porque desde a Proclamação da Independência Nacional tem levado a cabo uma política regional e internacional norteadas pelos princípios da defesa da liberdade, da autodeterminação e Independência Nacional dos Povos e da amizade e cooperação mutuamente vantajosa entre os Estados.

Angola respeita as cartas da União Africana e das Nações Unidas, onde pela segunda vez desempenha o papel de Membro não Permanente do seu Conselho de Segurança.

E junta a sua voz aos que reclamam pela reforma das Nações Unidas, a fim de ajustar às necessidades do mundo multipolar em que vivemos e de assegurar uma presença permanente, em pé de igualdade, do representante de África no seu Conselho de Segurança.

A defesa dos interesses de África é uma prioridade absoluta da nossa diplomacia. Continuamos a desenvolver como no passado uma diplomacia activa e construtiva, tanto no plano bilateral como no multilateral, para fortalecer a amizade e a cooperação e estabelecer parcerias vantajosas para as partes envolvidas.

A roda da História gira para frente e revela as novas facetas, vitórias e sucessos dos que ousam ser perseverantes e determinados. Angola tem condições para continuar a evoluir e ser sempre uma estrela nos céus de África.

Honremos sempre a nossa História.

VIVA ANGOLA!